



CRISTIANE CRISTOFOLINI

**UM ESTUDO DE MEMÓRIA SOCIAL SOBRE O ENSINO COLABORATIVO NOS
ANOS INICIAIS NA EEB CASTRO ALVES/ARARANGUÁ-SC**

CANOAS, 2024

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL E BENS
CULTURAIS**

Mestrado Profissional em Memória Social e Bens Culturais

CRISTIANE CRISTOFOLINI

**UM ESTUDO DE MEMÓRIA SOCIAL SOBRE O ENSINO COLABORATIVO NOS
ANOS INICIAIS NA EEB CASTRO ALVES/ARARANGUÁ-SC**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientação: Prof. Dr. Clóvis Trezzi

CANOAS, 2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C933 Cristofolini, Cristiane.
Um estudo de memória social sobre o ensino colaborativo nos anos iniciais na EEB Castro Alves/Araranguá-SC [manuscrito] / Cristiane Cristofolini. – 2024.
114 f. : il.

Dissertação (mestrado em Memória Social e Bens Culturais) – Universidade La Salle, Canoas, 2024.
“Orientação: Prof. Dr. Clóvis Trezzi”.

1. Memória social. 2. Professor. 3. Aluno. 4. Inclusão educacional. 5. Ensino colaborativo. I. Trezzi, Clóvis. II. Título.

CDU: 37:316.7

Bibliotecário responsável: Lucas de Oliveira Santos - CRB 10/2839

CRISTIANE CRISTOFOLINI

**UM ESTUDO DE MEMÓRIA SOCIAL SOBRE O ENSINO COLABORATIVO NOS
ANOS INICIAIS NA EEB CASTRO ALVES/ARARANGUÁ-SC**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Aprovada pela banca examinadora em 29/04/2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Clóvis Trezzi
Universidade La Salle

Profa. Dra. Lúcia Regina Lucas da Rosa
Universidade La Salle

Profa. Dra. Ingrid Vargas Bortolaso
Universidade La Salle

Profa. Dra. Camila Aguilar Busatta
Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela minha vida e por me proporcionar tantos momentos felizes como este que é a conclusão do mestrado.

Agradeço ao meu pai Tarcísio e minha mãe Dagmar, por sempre me apoiarem em minhas decisões.

Às minhas filhas Luiza e Laura, pela compreensão e por trazerem todo o sentido para as minhas buscas.

Aos meus irmãos, irmãs e toda família, pela presença constante ao meu lado.

À minha tia Alice, que foi o “despertar” para a minha profissão.

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Clóvis Trezzi, pela paciência, dedicação e por toda disponibilidade e empenho.

Às minhas colegas de mestrado, que foram fundamentais para a caminhada desta formação.

À escola, direção e toda equipe pedagógica, pela oportunidade de utilização do espaço escolar como pesquisa.

Agradeço também aos meus colegas e amigas, por todo o apoio.

E, por fim, agradeço aos meus alunos, que dão vida às nossas escolhas.

RESUMO

Esta dissertação pertence à Linha 1 de pesquisa no Mestrado em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle, intitulada Memória, Cultura e Identidade. Lança um olhar sobre como melhorar a qualidade do ensino/aprendizagem em sala de aula. Torna-se relevante este estudo pois atende aos desejos da prática pedagógica. O ensino colaborativo tem por princípio que dois professores, em pé de igualdade, realizem o planejamento juntos. Um professor regente e um professor com formação em educação especial, são corresponsáveis, e constroem propostas para a turma, tendo foco não na deficiência, e sim no grupo. Tem a perspectiva de favorecer a todos os estudantes as mesmas possibilidades de acesso ao conteúdo, ampliando muito mais a dinâmica do processo de ensino, atingindo muito mais e muito melhor os estudantes. O estudo é relevante para o campo de estudos da memória social, pois como um bem coletivo, a memória social converge com a cultura. A memória é linguagem e construção de história. É por meio dela que avançamos no conhecimento, e é no meio social que as aprendizagens são consolidadas, sendo a memória humana constituída dentro do grupo. Na sala de aula, alunos e professores se envolvem em temas e exercícios diários, onde deve ser o lugar de expressão e valorização das diferenças. O problema central de pesquisa está voltado à aplicabilidade do ensino colaborativo como forma de melhorar as práticas de ensino, e tem como questão norteadora: Quais as possibilidades de contribuição do ensino colaborativo no campo da memória social e sua relação com as práticas pedagógicas nos anos iniciais do ensino fundamental da Escola Estadual Castro Alves de Araranguá/SC? O objetivo geral está assim definido como objetivo geral da pesquisa: Investigar, no campo da memória social, o ensino colaborativo e sua relação com as práticas pedagógicas nos anos iniciais do ensino fundamental da Escola Estadual Castro Alves de Araranguá/SC. Como metodologia, esta pesquisa é qualitativa e empírica, se caracterizando como descritiva. A coleta de dados se deu através de uma entrevista com professores da Escola Estadual Castro Alves de Araranguá/SC. A discussão analisa os dados apresentados nas entrevistas, nos relatos dos professores com elementos constituídos da vivência do grupo, permitindo novas conversas sobre o tema e possibilitando buscar novas práticas pedagógicas. A partir da pesquisa, conclui-se que os estudos da memória no campo da aprendizagem propõem a problematização dos processos de construção de saberes, uso de comunicações e práticas pedagógicas. Os resultados observados nesta pesquisa apontam que os documentos norteadores não trazem de forma clara sobre como deve ser a dinâmica dos professores dentro da sala de aula; faltando, as políticas públicas serem mais efetivas neste sentido. A pesquisa possibilitou, a partir das inquietações comumente observadas, investir em novas práticas educativas em nosso tempo.

Palavras-chave: Memória Social. Professor. Aluno. Inclusão Educacional. Ensino Colaborativo.

ABSTRACT

This dissertation belongs to Line 1 of research in the Master's Degree in Social Memory and Cultural Assets at La Salle University, entitled Memory, Culture and Identity. Takes a look at how to improve the quality of teaching/learning in the classroom. This study becomes relevant as it meets the desires of pedagogical practice. The principle of collaborative teaching is that two teachers, on equal footing, carry out planning together. A leading teacher and a teacher with special education training are co-responsible and create proposals for the class, focusing not on the disability, but on the group. It has the prospect of providing all students with the same possibilities of access to content, greatly expanding the dynamics of the teaching process, reaching students much more and much better. The study is relevant to the field of social memory studies, because as a collective good, social memory converges with culture. Memory is language and the construction of history. It is through it that we advance in knowledge, and it is in the social environment that learning is consolidated, with human memory constituted within the group. In the classroom, students and teachers engage in daily themes and exercises, where differences should be expressed and valued. The central research problem is focused on the applicability of collaborative teaching as a way of improving teaching practices, and its guiding question is: What are the possibilities for the contribution of collaborative teaching in the field of social memory and its relationship with pedagogical practices in the initial years? of elementary school at the Castro Alves State School in Araranguá/SC? The general objective of the research is defined as follows: Investigating, in the field of social memory, collaborative teaching and its relationship with pedagogical practices in the early years of elementary school at Escola Estadual Castro Alves de Araranguá/SC. As a methodology, this research is qualitative and empirical, characterized as descriptive. Data collection took place through an interview with teachers from the Castro Alves State School in Araranguá/SC. The discussion analyzes the data presented in the interviews, in the teachers' reports with elements made up of the group's experience, allowing new conversations on the topic and making it possible to search for new pedagogical practices. From the research, it is concluded that memory studies in the field of learning propose the problematization of the processes of knowledge construction, use of communications and pedagogical practices. The results observed in this research indicate that the guiding documents do not clearly explain what the dynamics of teachers should be like within the classroom; lacking, public policies are more effective in this sense. The research made it possible, based on commonly observed concerns, to invest in new educational practices in our time.

Keywords: Social Memory. Teacher. Student. Inclusion. Collaborative Teaching.

LISTA DE FIGURAS

Imagem 01 – Desenho da pesquisa.....	17
Figura 2 – E.E.B. Castro Alves.....	20

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Síntese de buscas 2023 BDTD (1).....	26
Quadro 2 - Síntese de buscas 2023 BDTD (2).....	26
Quadro 3 - Síntese de buscas 2023 BDTD (3).....	27

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACT	Admissão de professores em caráter temporário
AEE	Atendimento Educacional Especializado
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
EEB	Escola de Educação Básica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
PPP	Projeto Político Pedagógico
SISGESC	Sistema de Gestão Escolar
TDAH	Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade
UNESC	Universidade do Extremo Sul Catarinense

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	Memorial	18
1.2	Contexto	20
1.2.1	<i>Questão de Pesquisa</i>	21
1.2.2	<i>Objetivos</i>	22
1.2.2.1	Objetivo geral	23
1.2.2.2	Objetivos específicos	23
1.2.3	<i>Justificativa</i>	23
1.2.3.1	Relevância acadêmica	24
1.2.3.2	Relevância social	27
2	BASES CONCEITUAIS	30
2.1	Campo da memória social	30
2.1.1	<i>Memória individual e memória coletiva</i>	34
2.1.2	<i>Memória e educação</i>	39
2.2	Ensino colaborativo no campo da educação especial	46
3	METODOLOGIA DA PESQUISA	55
3.1	A fase exploratória da pesquisa ou trabalho de campo	55
3.2	Tratamento do material	56
3.2.1	<i>Primeira fase</i>	56
3.2.2	<i>Segunda fase</i>	56
3.2.3	<i>Terceira fase</i>	57
3.3	Abordagem da pesquisa	57
3.4	Coleta de dados	59
3.5	Análise dos dados	59
3.5.1	<i>Professoras participantes da pesquisa</i>	60
3.5.2	<i>Os elementos presentes na investigação - Relato das professoras titulares</i>	61
3.5.2.1	Ensino colaborativo	62
3.5.2.2	Planejamento	63
3.5.2.3	Estratégias e materiais.....	63
3.5.2.4	Diagnóstico de deficiência	64
3.5.2.5	Necessidade do ensino colaborativo	64
3.5.2.6	Dificuldades para colocar em prática	65
3.5.3	<i>Os elementos presentes na investigação - Relato das segundas professoras</i>	66
3.5.3.1	Ensino colaborativo	66
3.5.3.2	Planejamento	66
3.5.3.3	Estratégias e materiais	67
3.5.3.4	Diagnóstico de deficiência	67
3.5.3.5	Sobre a necessidade de existir o ensino colaborativo	67
3.5.3.6	Dificuldades para colocar em prática	68
3.5.4	<i>Análise da pesquisa</i>	68

4	PRODUTO FINAL	80
4.1	O produto	81
4.2	Estudo dos clientes	82
4.3	Estudo dos fornecedores	82
4.4	Plano de marketing	82
4.5	Plano financeiro	82
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
	REFERÊNCIAS	94
	APÊNDICE 1 – PADLET	98
	APÊNDICE 2 – PLANILHA DE CUSTOS	99
	ANEXO 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO	100
	ANEXO 2 – ENTREVISTA	101
	ANEXO 3 – E-BOOK	102

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho investiga a contribuição do ensino colaborativo para as práticas pedagógicas na ótica da memória social. São analisadas as narrativas dos professores sobre a importância desse serviço na construção dos processos educativos em sala de aula. A pesquisa se desenvolveu na escola pública da rede estadual de ensino, EEB Castro Alves, na cidade de Araranguá/SC.

Esta pesquisa está vinculada à Linha 01 do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle. A Linha é intitulada “Memória, Cultura e identidade” e

acolhe atividades de pesquisa interdisciplinares voltadas para a produção de conhecimentos relativos à memória e cultura em escala local, regional e global e suas relações com: a formação e transformação de identidades coletivas em suas dimensões geracionais, étnicas, territoriais, ambientais, religiosas e políticas; o diagnóstico, inventário, preservação e promoção de patrimônios culturais e naturais bem como de espaços de cultura e de memória; os Direitos Humanos, memória política e memórias traumáticas; gênero, sexualidades e feminismos; a memória e educação em diferentes espaços; a interpretação e compreensão de fenômenos naturais, com ênfase nas representações e imaginários, migrações e diversidade das formas de ocupação; a análise de territórios, conflitos e movimentos socioambientais. (Universidade La Salle, 2023).

A premissa inicial desta pesquisa é que trabalhar em sala de aula, de maneira colaborativa, muda a perspectiva do fazer pedagógico, de maneira especial com os alunos de inclusão. Pretende-se investigar como se dá essa mudança e em que grau ela contribui para os processos de ensino e aprendizagem.

O referencial teórico tem em Capellini e Zerbato (2019) a principal referência acerca do ensino colaborativo, que é conceituado como um trabalho compartilhado, de coparticipação entre o professor de Ensino Comum e o professor de Educação Especial.

Ambos participam plenamente, embora de formas diferentes, do processo de ensino e aprendizagem. O professor de ensino comum mantém a responsabilidade primária em relação ao conteúdo que será ensinado, enquanto o educador especial se responsabiliza pelas estratégias de promoção desse processo. Os estudantes são agrupados de forma heterogênea e os dois professores trabalham com todos os estudantes. (Capellini; Zerbato, 2019, p. 39).

O ensino colaborativo define-se como a dinâmica envolvendo os dois professores (professor do ensino comum e o professor da educação especial) na mesma sala de aula, compartilhando os mesmos objetivos, sendo assumido como um

ensino conjunto, mútuo ou compartilhado. O professor da educação especial então traz as suas contribuições, pensando nas questões como acessibilidade, do que precisa ser organizado, e o professor da educação básica traz a contribuição do conteúdo que precisa ser feito, e os dois ali vão planejar juntos, entre estratégias e recursos necessários para trabalhar. Ao ir para a ação, os dois agem simultaneamente, de forma conjunta em alguns momentos. Ao entrar na sala, não se percebe qual é o professor que está atuando com o aluno com deficiência e o professor que está atuando com todos os estudantes, porque estes se revezam na questão da intervenção; se revezam, porque têm um compromisso com o planejamento, a avaliação do que está sendo realizado e um replanejamento. Ensino colaborativo ou coensino é então utilizado como sinônimo dessa prática. As definições sugerem a compreensão do tema.

Este trabalho não contempla outras definições como o termo: aprendizagem compartilhada ou aprendizagem colaborativa, que é um conceito híbrido ou misto, compondo um instrumento de aprendizado, onde a aprendizagem compartilhada foge de um roteiro tradicional. Nessa perspectiva o roteiro é um instrumento de aprendizado que possibilita, por meio da interação com a pesquisa, com seu estudo o vínculo do aluno com o professor; a troca de conhecimento com os colegas faz com que este estudo se fixe, de acordo com o que faça sentido para o aluno. Há um processo dialogado, propondo o exercício de valores como responsabilidade e autonomia. Aqui, o professor poderá dar o roteiro com indicações de leitura e o aluno busca, dentro de um prazo determinado, o assunto a ser estudado. Com suas anotações, ele trará questionamentos, conclusões, fazendo a socialização ou entrega para o professor, verificando a apropriação do aluno ao conhecimento, que poderá contemplar um roteiro de aprendizagem disciplinar ou interdisciplinar. Dessa maneira, entendemos sua definição, que é de uma aprendizagem como o próprio nome diz: compartilhada e colaborativa.

A sociedade contemporânea é marcada por mudanças que se sucedem cada vez mais rapidamente. Podemos citar como exemplo a organização social e as tecnologias. Há também mudanças nos conceitos. Estamos na era da sustentabilidade, do alargamento das desigualdades, de problemas sociais e isso está sendo refletido e sentido nas escolas. Libâneo, Oliveira e Toschi (2012, p. 62) mostram como essas mudanças interferem na escola:

- a) Exigem novo tipo de trabalhador, mais flexível e polivalente [...];

- b) Levam o capitalismo a estabelecer, para a escola, facilidades mais compatíveis com os interesses do mercado;
- c) Modificam os objetivos e as prioridades da escola;
- d) Produzem modificações nos interesses, necessidades e valores escolares;
- e) Forçam a escola a mudar suas práticas [...];
- f) Induzem alteração na atitude do professor e no trabalho docente [...].

Diante dessa situação é possível buscar uma escola ideal, como no poema “A escola”, atribuído a Paulo Freire¹: “[...] É por aqui que podemos começar a melhorar o mundo” (Ferreira, 2019, p. 88). Essa busca parte do princípio de que a escola carrega em si mesma a tarefa de ser o berço das transformações, do contato com o conhecimento científico, da procura por novos horizontes, do pensar, sonhar e acreditar num mundo melhor. Contudo, nela encontramos o reflexo de uma sociedade de mudanças, as quais nem sempre conseguimos acompanhar sem que precisemos nos habituar a buscar sempre mais.

A sala de aula é o espaço onde tudo isso se evidencia. O professor precisa descobrir e entender quem são os seus alunos, quais são suas habilidades, conhecer as variadas dimensões humanas, de caráter, culturais, personalidades e sobretudo, em diferentes níveis de aprendizagens num mesmo espaço. Como ser um professor melhor para seus alunos? Como lidar com tantas metodologias diferentes para alcançá-los e despertar neles o desejo pela aprendizagem?

Compreende-se a necessidade de construir uma educação que melhor atenda a todos. Isso se faz necessário para que se possa pensar em algo melhor para o aperfeiçoamento das práticas pedagógicas, principalmente nos tempos atuais. Para a elaboração desta dissertação, visitamos ainda documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, aprovada em 2008. Percebemos o aumento no número de alunos, público alvo da Educação Especial, frequentando classes comuns. De acordo com o Anuário Brasileiro da Educação Básica (Todos pela Educação, 2021, p. 48), de 2010 a 2020 houve um aumento de 702,6 mil para 1,3 milhão de alunos com deficiência matriculados na educação básica. Isso está longe de cumprir a meta 4 do Plano Nacional de Educação, mas representa um grande avanço. Em Santa Catarina, a porcentagem de alunos com deficiência, transtornos

¹ Segundo o Instituto Paulo Freire, “esse poema não foi escrito por ele e sim por uma educadora que estava assistindo a uma palestra dele. Com base no que ouvia, ela foi escrevendo o poema utilizando frases e ideias de Freire”. Informação disponível em: <https://www.paulofreire.org/perguntas-frequentes>. Acesso em: 03 mai 2023.

globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados em classes comuns passou de 92,0% para 99,7%.

Existe, porém, uma cobrança, ainda que muitas vezes involuntária, por melhorias no ensino para que se possa atender a todos num mesmo espaço, que é a sala de aula. Isso se mostra frequentemente desgastante para os profissionais. Como exemplo, o Anuário Brasileiro da Educação Básica, com dados do Censo Escolar 2020, demonstra que apenas 63,3% das escolas da zona urbana possuem banheiro adequado para pessoas com deficiência. Na zona rural, são apenas 31,2% (Todos pela educação, 2021, p. 48). Compreender que a inclusão é um trabalho de parceria e colaboração é o que fundamentará e tornará possível uma escola melhor. Compartilhar esses elementos é ajudar nessa prática para juntos buscarmos soluções que tornem uma educação inclusiva a todos. A inclusão no Brasil é definida pela Lei 13.146/2015 (Brasil, 2015). Ela se refere ao pleno direito de as pessoas com deficiência acessarem o espaço escolar regular e usufruírem de tudo o que a escola oferece, em igualdade para todos os estudantes.

Este trabalho busca elementos que possam servir de inspiração para a construção de uma educação que melhor atenda a todos. Como dissertação de Mestrado Profissional em Memória Social e Bens Culturais, traz reflexões sobre o ensino colaborativo e as possibilidades de aplicação, partindo do campo da memória social. A relação com este campo acontece quando se considera que o ensino colaborativo é uma forma de reconstruir o cenário da sala de aula hoje, fugindo do modelo tradicional que prevê um professor apenas trabalhando sozinho na condução da classe. Este serviço vem favorecer a aprendizagem dos alunos, visando o aprimoramento do ensino em sala de aula. Quando se pode contar com dois professores responsáveis pela aprendizagem de todos os alunos no mesmo espaço, aumentam-se as possibilidades de aprendizagem. Professor especializado e professor do ensino comum terão substancial ajuda no seu dia a dia com o planejamento e desenvolvimento das aulas, como também no seu crescimento profissional. A construção de parceria entre os professores possibilita a não sobrecarga a um mesmo profissional, pois estes passam a dividir tarefas, existindo tempo para novas buscas e novas pesquisas.

Cada vez mais precisamos aprender para ensinar. Para trabalhar com a formação de pessoas, de seres humanos em construção, o professor precisa atuar como um bom profissional. Aprender a despertar nos alunos a capacidade de pensar,

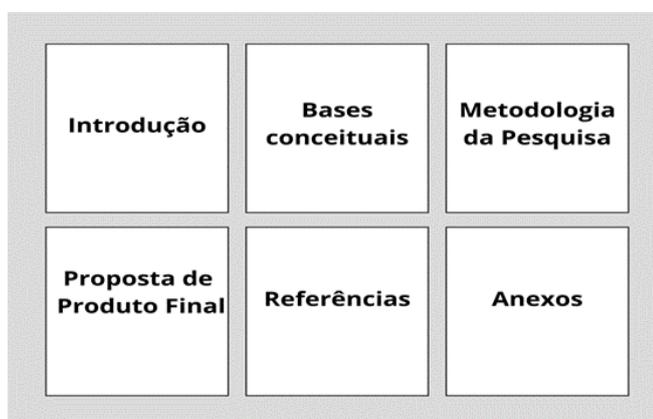
fazer escolhas, tomar decisões, desenvolver a consciência humana, lidar com as emoções e isso exige dedicação. Conhecer como se dá o processo de desenvolvimento da criança, despertar e explorar todo o potencial de aprendizagem de cada aluno é um grande desafio, pois temos consciência de que não são iguais e por isso é necessário instrumentalizar-se para trabalhar com tantas potencialidades humanas.

A construção de parceria entre os professores pode diminuir as diferenças possibilitando, dessa forma, o aprendizado de novas práticas para que todos alcancem o conhecimento. O professor precisa estar em constante movimento na busca por novas aprendizagens, pois os alunos não são os mesmos. Os tempos mudam e a nossa formação profissional nunca poderá ser inerte.

A presente pesquisa se constitui no estudo sobre a possibilidade de aplicação do ensino colaborativo, tendo como escolha as séries iniciais da Escola Estadual Castro Alves/Araranguá/SC. Para a realização da pesquisa qualitativa, foi feito um levantamento bibliográfico, que buscou relacionar o conceito de ensino colaborativo (Capellini; Zerbato, 2019) com outros conceitos do campo da memória social (Halbwachs, 1990; Pollak, 1992). A seguir, foram feitas entrevistas com 06 (seis) professoras que atuam na EEB Castro Alves de Araranguá/SC. A análise dos dados se dá a partir da análise de conteúdo proposta por Minayo e descrita por Gomes (2002).

Apresenta-se aqui os capítulos que seguem o trabalho científico *in loco*.

Imagem 01: Desenho da pesquisa



Fonte: Desenvolvido pela autora (2023).

A apresentação segue a organização dos capítulos. Logo na introdução, é apresentada uma breve descrição sobre o tema do projeto, demonstrando a relevância da presente pesquisa. São apresentados o problema e os objetivos, sendo feita uma descrição de como será conduzida a análise.

Para melhor organização, o trabalho está estruturado em quatro capítulos. No capítulo 1, é contextualizada a história da educação especial, entendendo as buscas pelo direito à educação. O capítulo 2 traz o referencial teórico, com a revisão da literatura e principais autores embasando a pesquisa. O capítulo 3 traz o percurso metodológico, descrevendo o tipo de pesquisa que norteia o trabalho e apresenta também a análise e os resultados da pesquisa. O capítulo 4 traz as considerações finais e o capítulo 5 refere-se ao produto final.

1.1 Memorial²

Minha trajetória acadêmica iniciou logo após a conclusão do ensino médio. Cursei o ensino profissionalizante de Técnico em Contabilidade. Assim que completei dezoito anos, iniciei a faculdade de Administração, pois já trabalhava no escritório de meu pai e na loja de roupas de minha mãe, e naturalmente, a escolha do curso superior foi nessa área. Frequentei a faculdade de Administração por cerca de um ano e meio e não me sentia realizada. Nesse meio tempo, trabalhei também como secretária de uma instituição filantrópica, pois queria algo que me realizasse como pessoa e que, além do trabalho, eu pudesse ser realmente feliz. Então, decidi trocar de curso e fiz a transferência para o curso de Pedagogia na Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc).

A escolha de ser professora está também relacionada à lembrança de minha tia Alice que era minha professora no pré-escolar, uma pessoa muito importante para mim. Recordo-me até hoje de muitos momentos vividos nessa época. Rememorar nos dá base para muitos conceitos. São as memórias autobiográficas trazidas por Brandão (2017, p. 24), constituídas pelas memórias de longa duração. Temos um caminhar, uma história de vida, escolhas que nos fazem ser quem somos. Escolhas estas lançadas por lembranças ou esquecimentos, nos sustentando sobre crenças e valores e projetando nosso futuro.

² Por ser uma narrativa pessoal, esta seção está escrita em primeira pessoa.

Mesmo formada, por um tempo meu cotidiano ainda continuou no campo do comércio e bancos. Depois veio a maternidade, e só aí, mesmo não tendo experiência na área da educação, criei coragem e assumi a minha formação acadêmica. Trabalhei como ACT (Admissão de Professores em Caráter Temporário) mais ou menos por 10 anos. Então, por trabalhar muito com alunos da educação especial, busquei especialização na área, fazendo a minha pós-graduação *lato sensu* em Educação Especial e depois, a complementação/graduação ainda em Educação Especial. Em 2021, com muita alegria, entrei para o quadro de professores efetivos do Estado de Santa Catarina, trabalhando na Escola de Educação Básica Castro Alves, de Araranguá, com turmas do terceiro ano do Ensino Fundamental.

Minhas atividades profissionais me trouxeram ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais, como uma etapa a ser alcançada em busca de constante conhecimento. É uma busca que constrói memórias e que, além de realização pessoal, contribui como pesquisa e construção de história e conhecimento. No momento, isso se evidencia no meu trabalho com a alfabetização e vejo a grande necessidade de aprofundamento nessa área. Ao me deparar com a diversidade de indivíduos entre os quais me incluo e outros que atinjo no dia a dia da minha profissão, sinto que há a necessidade de constante aprendizado. Temas como conhecimento humano, aprendizagem, linguagens, cultura e identidade são relevantes para a pesquisa.

Minha pesquisa é sobre práticas de ensino, focando no ensino colaborativo. Considera-se que esta prática é inclusiva, proporcionando aprendizado e desenvolvimento humano. Convido cada leitor a se apropriar desse trabalho, para que, despido de preconceitos, mergulhado em seu próprio tempo, debruçado sobre suas memórias, possa refletir, ressignificar e projetar um horizonte no qual cada um possa contribuir para uma conversa permanente sobre questões fundamentais que permeiam nosso meio, no respeito às diferenças, em uma cultura de paz.

O público-alvo da pesquisa são os professores titulares e segundos professores e todos os envolvidos no processo de educação colaborativa da Escola Estadual Castro Alves de Araranguá/SC, que é também meu local de trabalho. Acredito que a pesquisa só irá acrescentar em minha formação e contribuirá muito para o aperfeiçoamento de novas práticas pedagógicas, somando para o meu crescimento profissional e, sobretudo, para a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos.

1.2 Contexto

Situamos este estudo nas práticas existentes e no lugar em que nossa pesquisa será realizada. “O espaço público é uma determinação político-jurídica, mas também um produto do uso social, ou seja, existem espaços públicos inacessíveis ou proibidos e outros que não são juridicamente públicos, mas têm um uso coletivo intenso” (Castro, 2002, p. 54).

Imagem 2: EEB Castro Alves



Fonte: Desenvolvido pela autora (2023)

Nosso espaço é a escola EEB Castro Alves que atende turmas de primeiro ao nono ano do Ensino Fundamental, oferecendo aulas para alunos na faixa etária entre 6 e 16 anos de idade. Possui 930 alunos, 66 professores, 8 funcionários terceirizados para os serviços gerais e 3 funcionários terceirizados para a alimentação escolar. A escola mantém eleições para o Conselho Deliberativo, APP e Grêmios Estudantis com a participação da comunidade escolar. Muitas celebrações e eventos culturais da escola merecem destaque tais como: Dia do Aniversário da Escola comemorado juntamente com o Dia do Estudante, Dia da Partilha, Noite das Diferenças, Festival de Primavera, Desfile de 7 de setembro, Fanfarras Silvia Hubbe Pereira, Inter salas, Festa Junina, Semana da Criança, Formatura dos nonos anos, Passeios Interdisciplinares, Projetos pedagógicos sobre diversos assuntos referentes ao ensino aprendizagem e relacionados com a comunidade escolar, entre muitos outros.

Compreende-se que a inclusão, quando bem-feita, permite que todas as pessoas se sintam inseridas na sociedade, como é seu direito. Assim, a relevância social da pesquisa está ligada diretamente à relação da escola inclusiva com o

educando, visando transformá-lo em sujeito da própria vida. A inserção social da pessoa com deficiência é fundamental para a pessoa e para a sociedade.

O ensino colaborativo preconiza o desenvolvimento de um currículo não padronizado e possui função de ensinar em cenários inclusivos. Considera-se que, por vezes, um estudante pode ser diagnosticado com dificuldades ou mesmo impossibilidade de aprendizagem, quando na verdade ele é vítima de práticas de ensino excludentes ou de falhas nos processos pedagógicos que não consideram as diferenças. Estas falhas, que se traduzem em um atendimento inadequado, trazem maiores desafios e consequências para a vida limitada do estudante.

Quando professores e equipe administrativa da escola aderem ao ensino colaborativo, compactuam para uma sociedade melhor. Não é fácil construir uma cultura de colaboração na escola. Isso leva tempo, e para isso é necessário o compromisso de todos os envolvidos nos processos educativos, incluindo as famílias e os estudantes.

É preciso criar espaços formativos para os professores, o que trará um compartilhamento de experiências e conhecimentos desta proposta. Nos encontros com os pais e a comunidade, deve-se conscientizar sobre os benefícios do ensino colaborativo. Isto só é possível com o apoio da equipe gestora. É um processo onde se contribui e aprende junto. Para a sua efetivação, há a necessidade de apoio das políticas públicas com o suporte das leis que garantem este serviço, necessitando de mudanças estruturais que fortaleçam esse trabalho dentro das escolas, bem como recursos necessários e formação inicial e continuada de qualidade aos profissionais para que trabalhem de forma clara sobre seus papéis e responsabilidades e de forma conjunta. Por ser uma estratégia inclusiva, é de impacto social.

Ao ser vivenciado e/ou aplicado na escola da referida pesquisa, trará benefícios também para àqueles que desta se apropriarem, podendo trazer mudanças sociais.

1.2.1 Questão de Pesquisa

A presente pesquisa está voltada à aplicabilidade do ensino colaborativo como forma de melhorar as práticas de ensino, e tem como questão norteadora: Quais as possibilidades de contribuição do ensino colaborativo no campo da memória social e sua relação com as práticas pedagógicas nos anos iniciais do ensino fundamental da Escola Estadual Castro Alves de Araranguá/SC?

A questão emerge a partir da percepção de que o ensino colaborativo é uma forma diferente, não convencional, de se organizar o fazer pedagógico, que pode ser visto de maneiras distintas pelos professores. Essa percepção despertou o interesse da pesquisadora para compreender melhor a possibilidade de contribuição do ensino colaborativo para a prática das professoras da referida escola.

A realidade da sala de aula, hoje, nos remete a buscar soluções práticas mais efetivas para o trabalho docente. No fazer pedagógico da sala de aula é comum que o professor encontre dificuldades, e elas existirão independentemente da sua formação. Essas diferenças podem ser culturais, ou então de outra natureza: problemas socioemocionais com alunos desmotivados para a aprendizagem; crianças desassistidas pela família; carência afetiva e necessidade de amor; falta de atenção e indisciplina em casa; famílias trabalhando demais e com pouco tempo para seus filhos; alunos desmotivados para os estudos e bastante ansiosos; diferentes personalidades e diferentes níveis de aprendizagem; diferentes ritmos e níveis de escrita; alunos com diferentes necessidades de aprendizagens, diferentes bagagens culturais e inclusão do diferente.

Posto isso, uma das grandes dificuldades em sala de aula é atender a todos com tantas peculiaridades. No Estado de Santa Catarina há o professor titular que atua conjuntamente com o segundo professor em turmas que possuem alunos da Educação Especial. Portanto, já existe mais um professor em sala de aula, o especialista na Educação Especial. Isso, porém, não impede que algumas dificuldades persistam. Para que haja uma inclusão efetiva é de vital importância que os professores tenham tempo para planejamento em conjunto e não fiquem trabalhando de forma individualizada com seus alunos em sala de aula. Não há uma lei clara ou políticas públicas que detalhem como deve ser o trabalho em conjunto. Diante desses desafios, a realidade atual da sala de aula nos remete a buscar soluções práticas mais efetivas para o trabalho docente.

1.2.2 Objetivos

A partir do problema colocado, ficam assim definidos os objetivos da pesquisa:

1.2.2.1 Objetivo geral

Investigar, no campo da memória social, o ensino colaborativo e sua relação com as práticas pedagógicas nos anos iniciais do ensino fundamental da Escola Estadual Castro Alves de Araranguá/SC.

1.2.2.2 Objetivos específicos

- Pesquisar a existência do ensino colaborativo como prática pedagógica para a inclusão;
- Analisar as narrativas dos professores sobre a importância desse serviço no seu fazer pedagógico;
- Dialogar com a memória coletiva presente nas narrativas de professores das séries iniciais sobre o ensino inclusivo e;
- Desenvolver um produto que possa favorecer as atividades de inclusão através do ensino colaborativo.

1.2.3. *Justificativa*

Esta pesquisa se justifica pela percepção de que é possível pensar diferentes formas de fazer a inclusão; uma delas é o ensino colaborativo que se destaca pela dinâmica de envolvimento de ambos os professores no fazer pedagógico. A pesquisa é justificada pela necessidade crescente de explorar novas formas inovadoras e eficientes de inclusão educacional. Trabalhar em sala de aula de maneira colaborativa muda a perspectiva do processo de ensino e aprendizagem. Esta pesquisa investiga como se dá essa mudança e em que grau ela contribui para o fazer pedagógico. O trabalho se contextualiza na escola pública estadual EEB Castro Alves, que tem sua sede no centro da cidade de Araranguá-SC e é também patrimônio cultural da cidade, pois existe há 78 anos e marca a história de várias gerações. Como as demais escolas estaduais de Santa Catarina, a Escola Castro Alves trabalha com o segundo professor nas turmas que possuem alunos da educação especial.

O Estado de Santa Catarina possui a função de segundo professor na sala de aula desde 2007. Isso faz do estado um dos pioneiros no ensino colaborativo no Brasil.

A pesquisa, portanto, se justifica também pelo significado histórico desta atividade na educação catarinense e brasileira.

O aprimoramento das práticas pedagógicas visa melhorar a qualidade social de todos, em especial, de cada um dos estudantes, buscando alternativas para garantir a apropriação do conhecimento. Possibilita ainda desenvolver as habilidades de cada um, contribuindo para sua integralidade como sujeito histórico, podendo se desenvolver de forma individual e coletiva. O ensino colaborativo é amparado em valores éticos, oportunizando que todos tenham condições de se desenvolver e se transformar. Prioriza alunos que, independentemente de sua condição, se sintam parte da escola, a valorizem, bem como a seus professores. Estar na escola deve ser um espaço de conquistas diárias no seu processo de formação, que permite se ver como alguém individual e valorizado em seu meio. Um ser único, singular e sem estereótipos.

Valorizando a escola como um bem social, esta pesquisa é sobre a importância do ensino colaborativo e sua contribuição para o fazer pedagógico, considerando a realidade do ensino existente e a busca por aprimoramento. Considera-se aqui que aprender e se desenvolver socialmente é o que dá base para a vida do educando. Ao desejar o melhor para os alunos, a escola busca um ensino cada vez mais qualificado. A criança aprende não só na escola. É com seus pais e familiares que o ensino espontâneo acontece, principalmente pelo exemplo, sobre valores e caráter. Porém, é na escola que ela aprende muito sobre como viver em sociedade, desenvolvendo-se de forma integral.

1.2.3.1 Relevância acadêmica

Para verificar a relevância acadêmica deste projeto, fez-se um primeiro levantamento de dados sobre outras teses e dissertações já defendidas sobre o assunto, o que ajuda a perceber a importância do tema através da quantidade de pesquisas realizadas. Ao pesquisar no banco de teses e dissertações da CAPES³, usando o descritor “ensino colaborativo”, foram localizadas 131 publicações que se referem a esse modelo de ensino. De 2016 a 2021, houve uma regularidade nas publicações e em 2022 o número de publicações referentes ao tema praticamente

³ Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>.

dobrou com a publicação de 131 trabalhos, ou seja, uma única publicação por autor e orientadores para o tema, apresentam-se 93 opções. Ao refinar os resultados para o número de bancas, vemos então a participação em 326 entre diversas áreas.

Considerando a Grande Área do Conhecimento, há um número bem mais expressivo para as ciências humanas, sendo a área mais expressiva a da educação em várias instituições diferentes, aparecendo a Universidade do Estado do Rio de Janeiro e em segunda opção e a Universidade Federal de São Carlos com o maior número de publicações. Sobre temas relacionados ao ensino colaborativo, há vários trabalhos envolvendo a inclusão escolar. A pesquisa foi realizada no dia 09 de maio de 2023. Considera-se que esses resultados podem variar de acordo com a data da pesquisa, mas são suficientes para avaliar que é um tema relevante pelo número de trabalhos.

Em seguida, fez-se outro levantamento, identificando pesquisas relacionadas ao tema investigado. Realizaram-se essas novas buscas no período de 03 a 15 de novembro de 2023, entre teses e dissertações no banco de dados BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações)⁴ utilizando dois descritores, conforme descrito na sequência. Realizou-se uma pesquisa exclusivamente temática para fins de seleção, observando títulos e verificando a relação com o trabalho investigado. Essa busca começou logo após a banca de qualificação do projeto de pesquisa que ocorreu em 31 de julho de 2023.

Iniciando-se às consultas, foi utilizado como descritor “ensino colaborativo”. Nessa busca obteve-se o resultado de 137 trabalhos, sem recorte temporal. A partir destes resultados, procedeu-se à leitura pelos títulos apresentados. Dessa leitura, o termo “ensino colaborativo” foi encontrado em 95 trabalhos. Com o objetivo de refinar as buscas, foram utilizados os termos “ensino colaborativo em Santa Catarina” onde a base nos mostrou que nenhum registro foi encontrado. De modo mais genérico, foi realizada ainda uma pesquisa com o descritor “educação especial em Santa Catarina”, onde apareceram 5 trabalhos. Feitas todas as buscas na base eletrônica, estas se encerraram em 15 de novembro de 2023 às 21:00h.

A partir do quadro abaixo, vemos a síntese das buscas e o quantitativo dos resultados.

⁴ Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>.

Quadro 1 - Síntese de buscas 2023 – BDTD (1)

Buscas - BDTD - 03 a 15 de novembro de 2023 - Quantitativo de trabalhos			
Buscas	Termo(s)/ Descritor(es)	Quantidade/Trabalhos	
Geral	“ensino colaborativo”	137	
		Dissertações: 108	Teses: 29
Geral	“ensino colaborativo em Santa Catarina”	nenhum registro	
		Dissertações: 0	Teses: 0
Avançada	“ensino colaborativo em Santa Catarina”	nenhum registro	
		Dissertações: 0	Teses: 0

Fonte: Desenvolvido pela autora (2023)

Com o quantitativo de resultados da base de dados, após a leitura dos títulos observados, entre esses alguns resumos, constatou-se que alguns desses não tinham relação com a pesquisa. Assim, foi feito então, um novo quadro apresentando a quantidade de teses e dissertações, que tinham relação mais próxima ao tema da pesquisa, unindo apenas o descritor “ensino colaborativo”.

Quadro 2 - Síntese de buscas 2023 – BDTD (2)

Buscas - BDTD - 03 a 15 de novembro de 2023 - Principais trabalhos			
Buscas	Termo(s)/ Descritor(es)	Quantidade/Trabalhos	
Geral	“ensino colaborativo”	95	
		Dissertações: 72	Teses: 23

Fonte: Desenvolvido pela autora (2023)

Foi realizada também uma nova pesquisa, de modo mais genérico, utilizando o descritor “educação especial em Santa Catarina”. O quantitativo de resultados é demonstrado no quadro a seguir, onde aparecem apenas 5 dissertações.

Quadro 3 - Síntese de buscas 2023 – BDTD (3)

Buscas - BDTD - 03 a 15 de novembro de 2023 - Principais trabalhos			
Buscas	Termo(s)/ Descritor(es)	Quantidade/Trabalhos	
Geral	“educação especial em Santa Catarina”	5	
		Dissertações: 5	Teses: 0

Fonte: Desenvolvido pela autora (2023)

1.2.3.2 Relevância social

O acesso a uma educação de qualidade é, sem dúvida, um direito constitucional. Uma educação justa e igualitária deve necessariamente respeitar a diversidade e é um direito garantido por lei. A Constituição Federal de 1988, no artigo 5º, diz que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança, e à propriedade” (Brasil, 1988). Assim, esse direito deve ser assegurado a todas as crianças de forma igualitária, independentemente de sua cultura ou etnia, passando pelo respeito à diversidade.

Documentos como, a Declaração Mundial de Educação para Todos e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva também defendem veementemente o acesso universal à educação. A Declaração Mundial de Educação para Todos apresenta o que compete para garantir as necessidades de aprendizagem básicas, o cuidado básico e uma educação de qualidade, com oportunidades para o desenvolvimento da educação infantil, um ensino fundamental pertinente e uma educação extraescolar correspondente aos conhecimentos

necessários básicos bem como a alfabetização. É um plano de ação que busca atender as insuficiências primárias de aprendizagem.

Levando-se em conta esses direitos essenciais, emerge a possibilidade de um real progresso. A educação favorece uma vida melhor em sociedade, com mais segurança e bem-estar da população, um meio ambiente mais puro, e sobretudo favorece uma condição fundamental para o progresso e desenvolvimento individual do ser humano. O reconhecimento de uma educação básica de qualidade é de suma importância para desenvolver formações de nível superior, desenvolvimento tecnológico e científico, bem como desenvolvimento autônomo.

A garantia dos instrumentos essenciais de aprendizagem também é importante para a vida em sociedade, para que as pessoas possam desenvolver suas habilidades e participar plenamente da vida no trabalho com dignidade e com tomada de decisões seguras. Suprir a educação básica também é promover capacitação e construção em níveis mais elevados de sociedade. A satisfação dessas necessidades básicas é um bem social que permite promover o respeito aos valores humanos, aos valores morais de uma sociedade, a justiça social, política e religiosa, tornando-se assim uma responsabilidade social. A concretização desse potencial desenvolvimento humano depende do acesso das pessoas à educação, que compreende atenção e concentração à aprendizagem, promover a equidade, oferecer oportunidades de alcance ao aprendizado, um ambiente favorável e adequado e reduzir desigualdades.

A Declaração afirma ainda o compromisso efetivo para a superação de disparidades educacionais. Nenhuma pessoa ou grupo deve sofrer qualquer tipo de discriminação, inclusive no que se refere às oportunidades educacionais. Necessidades de aprendizagem para as pessoas com deficiência precisam de atenção especial e as medidas devem garantir a igualdade de acesso para todos.

A escola, como um espaço de socialização e de construção do conhecimento, deve estar aberta para o sujeito de forma igualitária e justa. É seu papel permitir o compartilhamento de ideias, o que só acontece se houver respeito às diferenças. Para isso, deve reconhecer que as pessoas são diferentes e possuem necessidades próprias e que devem ter garantidos os seus direitos, podendo aproveitar as oportunidades que existem de acordo com suas condições. Não há um modelo único de ambiente escolar, mas este deve contribuir para que os objetivos da escola sejam alcançados. E, estes objetivos serão alcançados se a criança estiver bem amparada e acolhida na escola.

De acordo com Brandão (2017, p.17), o que afeta nossos sentidos pode ser transformado em aprendizagem e conseqüentemente em memórias. Seus acontecimentos só serão mantidos se acompanhados da emoção. A escola é o primeiro contato da criança com o mundo social. E é lá que, a partir do seu meio, de acordo com o que lhe significa, que irá construir as suas memórias, evidenciando lembranças individuais misturando estas as memórias coletivas. Quando se está trabalhando com seres humanos, deve-se buscar a melhor forma.

Não é de hoje que a educação precisa de mudanças. Há muito tempo existe a exclusão e a luta por melhores condições de aprendizagem, principalmente para o público alvo da Educação Especial como podemos perceber pelo contexto histórico.

A relevância social desta pesquisa desponta na discussão sobre a relação entre inclusão e realização pessoal/profissional das pessoas com deficiência. Hoje se sabe que, mesmo com graus mais severos de comprometimento, uma criança com deficiência pode se desenvolver de acordo com a sua capacidade e ser uma pessoa relevante para a sociedade.

Ao discutirmos sobre alunos da Educação Especial inseridos no Ensino Comum, nos referimos a todos os alunos que de uma forma ou de outra precisam ser incluídos, considerando também os que estão em alguma situação inferior, necessitando de auxílio/apoio mais individualizado.

2 BASES CONCEITUAIS

2.1 Campo da Memória Social

O conceito de memória abrange vários campos discursivos, nos quais a linguagem representa a prática de pensar sobre este fim, sobre a memória existente no campo da individualidade bem como da coletividade. A memória está enraizada sobre a cultura e também a política, possibilitando o armazenamento de informações e de conhecimento.

O campo da memória social encontra-se na perspectiva psicossocial e designa o conjunto de fenômenos psicossociais, intensamente explorados pelas ciências da cognição. Sendo a memória um tema explorado pela neurociência, ela é objeto de estudo também da sociedade, da cultura e da política, tornando-se importante na pesquisa experimental de estudos cognitivos, aliando-se às ciências humanas. Sua plasticidade lhe permite passar por vários campos do conhecimento, não como um conceito, mas estruturando-se como um campo de estudos de difícil delimitação, que atravessa diferentes áreas disciplinares. Seu estudo faz parte de um quadro multifenômico e multidisciplinar enfrentado pela psicologia ou em outras formulações teóricas relevantes. Auxilia ainda psicólogos sociais a fazerem a reconstrução dos estudos.

As linhas teóricas da memória social abrangem em primeiro lugar a memória coletiva, conceito trabalhado por Halbwachs (1990, 2006). Para este autor, ela pode ser vista como um quadro social, em meio a perspectivas individuais. Halbwachs fundamenta a construção da memória em âmbito social, que está em constante composição. Traz também uma abordagem centrada no caráter instrumental da memória, a recordação e sua construção no presente. A terceira concepção é que a memória social não pode ser apenas o resultado de processos dominadores. E por fim, afirma que a memória precisa de um sistema de significados que é produzido com o tempo. Partindo da memória e suas construções afins, vê-se princípios unificadores no campo da memória social.

Como campo de estudo traz, com relação aos princípios unificadores, que a memória humana é construção e não uma reprodução de experiências anteriores vividas, mas que se faz partindo daqueles recursos já existentes advindos da

sociedade, em função da presente realidade. Halbwachs, com os quadros sociais da memória, demonstra as necessidades presentes nessa reconstrução, sendo a memória constituída dentro do grupo.

A memória social depende das interações sociais bem como da comunicação e é princípio unificador da construção social. Memória e pensamentos sociais, interesse motivacional, bem como diferentes sentimentos, são constitutivos desse processo. Ela designa o conjunto dos fenômenos ou manifestações da memória na sociedade e é processo de construção social. E, a memória histórica ressalta os registros do passado ou a memória da história, onde seus registros são imateriais, rememorados por meio da transmissão oral. A memória é uma construção das experiências passadas em função das necessidades e interesses do presente. Sua atribuição aos grupos, passa a ser de ordem sócio cultural. A memória social depende da interação bem como da comunicação, sendo para Halbwachs (1990; 2006) a memória coletiva; considerando os fenômenos da comunicação como processos construtores, e se modificam com as relações do ambiente.

Memória e pensamento social estão associados; proporcionam uma forma de conhecimento ao processo de construção da memória sobre linguagem, costumes e fatos, contextualizando experiências. São representações sociais ancoradas em conhecimentos preexistentes. O sentimento e o interesse estão no processo construtivo da memória social.

Temos como pressuposto a compreensão de que a memória é linguagem e construção de história; assim, podemos entender a sua importância no meio social. É por meio dela que avançamos no conhecimento, pois é construída nas relações intermediadas e assim produzidas de sentido. É no meio social que as aprendizagens são consolidadas. Para Halbwachs (1990; 2006), o indivíduo recorda porque é pertencente a um grupo. É por meio da sociedade que as pessoas se recordam pelo fato de pertencerem a uma comunidade.

O grupo, conforme concebido por Halbwachs, é uma entidade autónoma e independente no seio do qual é mantida uma ligação exclusiva com um passado comum. As memórias subsistem porque fazem parte de um conjunto de valorações e aceções que são comuns a todos os membros do grupo, na medida em que as imagens privadas que cada um tem do passado são submetidas a padrões apropriados mantidos colectivamente (Peralta, 2007, p. 7).

Para Halbwachs, a memória promove laços de proximidade entre as pessoas de um grupo, com base num passado coletivo existente. A memória coletiva é o que dá base à identidade do grupo, lhe assegurando continuidade em seu tempo.

A memória é vista como reconstrução do passado que atende interesses do presente. Interesses esses que podem ser culturais, políticos, econômicos e que podem resguardar alguma identidade. Possui grande memória afetiva construída pelo sujeito de seu passado, podendo ser comunicável e compartilhada. São acontecimentos vividos que fazem parte da identidade, da pessoa envolvida ou até mesmo de acontecimentos vividos por tabela, que são muito ligados de forma identitária ao passado, como traumas coletivos que afetam algum grupo, que guardam essa memória sem mesmo ter vivido, mas de certo modo sentido pela proximidade, se identificando por fazer parte do mesmo grupo conectado a essa memória coletiva.

Os lugares de memórias também têm o objetivo de celebrar acontecimentos que são identificados como uma comunidade fundadora, existindo uma unidade política e pedagógica com o efeito de existir sua continuidade e construir fronteiras simbólicas. A memória está sempre vulnerável às mudanças do presente e é defendida pelas narrativas de poder presenciadas. As memórias individuais possuem sempre as suas marcas no social. Lembrar do passado é preservar a identidade e sua constituição, redefinindo sua identidade, rediscutindo as identidades e ressignificando o passado, pois a memória também é seletiva, onde o esquecimento também é necessário, podendo-se abrir novas perspectivas e relações de forças em detrimento de atender a interesses e lidar com processos traumáticos de nossa história. A memória tem o poder de construção de identidades e de grupos em razão dos que sofreram. Pode ser observada de um ponto de vista afetivo, mas também é fonte histórica, sendo muito importante sua cronologia. Pode-se aqui lembrar dos marcos de memória que envolvem a educação especial, inseridos em seu tempo histórico, que sofrem exclusões.

A identidade de uma pessoa depende da memória que ela constrói, da maneira como ela se reconhece, se projeta no meio social, reagindo de formas distintas, não sendo possível separar memória e identidade. A partir dos elementos aos quais o sujeito é exposto, este possui diferentes maneiras de reagir ou desenvolver algum transtorno. Se falarmos nas deficiências existentes, estas dependem da memória que essa pessoa constrói ao longo de sua vida, como fator determinante para a construção da sua individualidade. Contextualizar tempo e espaço e perceber os elementos dos

acontecimentos vividos, faz-nos identificar a conjuntura estabelecida da exclusão. A duração desse tempo depende da vivência dessas buscas, de lembrar e construir novas narrativas para transformar e construir novas memórias.

A educação especial hoje reconhece os alunos com transtornos do espectro autista, altas habilidades e Síndrome de Down, como constituintes de um grupo que compartilha uma identidade coletiva. A memória é passível de ser transmitida através da palavra, podendo ser recriada para dar sentido para os sujeitos individuais ou coletivos, pois todos são sujeitos sociais. A cada encontro abre-se a possibilidade de recordar o passado ou reinventá-lo, emergindo a partir das relações e de sua história.

Lutar pela inclusão como o dia de luta (servindo para diminuir barreiras impostas que ainda existem ou barreiras de atitudes para entender que pessoas com deficiência são indivíduos capazes), é manter viva a memória da educação especial como a memória social existente.

O estudo de memória abrange uma perspectiva interdisciplinar, necessitando uma abertura da compreensão. A memória é um conteúdo amplamente estudado pelas ciências sociais, especialmente pela filosofia, história e sociologia. Está presente também em outras disciplinas, como a linguística, a psicologia e as ciências neurobiológicas. Ou seja, como conteúdo, ela é discutida de maneira ampla.

De acordo com Brandão (2006, p. 8), “a origem da palavra remete à mitologia greco-romana, mais especificamente à deusa Mnemosine, personificação da memória e da lembrança”. Mnemósine era filha do Céu e da Terra, irmã de Cronos e mãe das Musas. Estas, juntamente com sua mãe, regiam todas as formas de expressão artística.

Encontramos, ainda, em Brandão, a ideia de que “cada grupo social interpreta e reinterpreta o passado porque é ele que pode dar significado e legitimar o presente e o futuro” (Brandão, 2006, p. 14). Surge, assim, o campo da memória social, que parte da ideia de que a memória não é reprodução, mas construção e reconstrução. Para haver conhecimento e aprendizado é necessário mexer com as emoções, acompanhando o fato vivido, ficando assim gravado aquilo que não é indiferente. A memória formadora é individual e social. A nossa história é constituída pelas memórias de longa duração e que podem ser recuperadas. É considerada fonte de cultura humana como um acervo do seu meio social, dos acontecimentos vividos, dos seus costumes, formando a sociedade. Os grupos ao qual pertencemos trazem informações sobre nós, fortalecendo nossa identidade e significados.

Dentre os pioneiros no uso do campo de memória social está Halbwachs (1990; 2006), que afirma que toda lembrança é única e experienciada pelo indivíduo de forma solitária, fazendo parte de uma comunidade afetiva.

Este compartilhamento entra em contato com outras experiências, de outras pessoas e de tempos diferentes, e ocorre como uma teia de relações entre o passado, o presente e o futuro, perpassada pelas diferentes experiências que compõem essa teia. Assim entendendo, a memória se remonta ao passado, atualizando-se com relação aos fatos. É a construção feita sobre um fato passado que repercute no presente.

Para Pollak (1992), a memória social e a identidade individual estão intrinsecamente unidas. Ao afirmar que “a memória é um fenômeno construído” (Pollak, 1992, p. 204), o autor está dizendo que tanto o sujeito, a partir de suas experiências, ajuda a construir a memória social quanto, na construção da sua identidade, recebe influência da própria memória que ajudou a construir. Considera-se, assim, que não há separação possível entre memória e identidade, seja social ou seja pessoal. Pollak fala da identidade como,

(...) a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros (Pollak, 1992, p. 204).

Dedicamos os próximos tópicos à discussão da memória individual, da memória coletiva, que também se constituem socialmente.

2.1.1 Memória individual e memória coletiva

Somos parte de uma comunidade afetiva, que dá sentido e referência a quem somos, e que evolui em seu tempo. Assim, a memória individual está enraizada dentro dos quadros de referência diversos. A rememoração pessoal se entrelaça dentro da existência social na qual estamos engajados, transformando-se em lembrança. Esta é uma referência dos quadros, experiências sociais e históricas, compreendendo as relações. Halbwachs (1990) fala da impossibilidade de recordação das lembranças se elas não forem aplicadas aos quadros reais e sociais que servem como referência e reconstrução da memória. O tempo não é mais estável e a análise da memória é uma definição do tempo, não sendo este mais homogêneo.

A experiência nos mostra que, a partir da memória autobiográfica nas histórias narradas, e muitas vezes escritas, podemos, usando a linguagem, refletir, compreender, reorganizar e ressignificar essas trajetórias e projetos de vida-trabalho, nossas e de outros, articulando as memórias individuais e coletivas, dando-lhes um sentido-significado (Brandão, 2006, p. 15).

Os estudos de Halbwachs sobre a memória coletiva abrem caminhos também para a sociologia, ultrapassando o pensamento do mestre da escola Francesa, Émile Durkheim (1999; 2000). Para este autor, em cujo pensamento Halbwachs (1990) se inspirou, a noção de consciência coletiva é “o conjunto das crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade” (Durkheim, 1999, p. 50). A consciência coletiva, em Durkheim, se diferencia da individual, porque esta não depende das interações sociais, mas tão simplesmente do indivíduo.

Halbwachs (1990), que desenvolveu o conceito de memória coletiva, supera essa relação ao dizer que para a rememoração das lembranças, faz-se necessário tomarmos os quadros sociais reais para o ponto de aplicação, servindo estes de referência para a reconstrução da memória.

Para o autor, o tempo não é mais o meio estável. O que tem sentido é o pertencimento ao grupo do qual o indivíduo faz parte, o que é vivido em comum e a sua evolução, tanto enquanto grupo como indivíduo. Para ter sentido, este deve fazer parte de uma comunidade afetiva. A memória individual existe enraizada no meio social e a partir da existência constitui as lembranças, também como forma de linguagem. A consciência nunca estará vazia e a lembrança nos remete a direções variadas, nos situando como um ponto de referência diante dos quadros sociais da existência. De acordo com a consciência coletiva e individual, conforme objetivos, desenvolvem-se diferentes formas de memória.

Não podemos pensar nada, não podemos pensar em nós mesmos, senão pelos outros e para os outros, e sob a condição desse acordo substancial que, através do coletivo, persegue o universal e distingue [...] o sonho, a realidade e a loucura individual da razão comum” (Halbwachs, 1990, p.21).

O ser humano se caracteriza, entre outras coisas, pela integração das relações sociais. Ao ver de perto a realidade, diferenciam-se os indivíduos. A memória histórica é a reconstrução dos fatos presentes e sociais projetados no passado e a memória coletiva recompõe o passado, desenvolvendo as memórias, coletiva e individual. As direções da consciência mudam de acordo com os objetivos que as implicam, onde os grupos coletivos manifestam-se no tempo. A memória é apenas uma direção da consciência e não seu alicerce.

Nos acontecimentos humanos, da vida real, nos entrecruzamentos das relações sociais em diferentes tempos, situa-se a lembrança. As organizações administrativas, atitudes políticas, religiões, levam consigo marcas temporais, sendo igualmente projetadas para o passado e/ou futuro impactando nos grupos humanos, nas relações e projeções da vida social, deixando marcas visíveis do tempo. Para Halbwachs (1990), a sociedade concreta é condição do coletivo, tornando possível a consciência individual, nos levando a compreensão de que ninguém se lembra das coisas sozinho, mas pela relação com a sociedade, sendo pela presença ou de suas obras, memória e suas relações e sociedade.

Pelo que percebemos, nossas percepções se confrontam com nossas lembranças e também a dos outros, permanecendo coletivas. Ao recordar, refletimos sobre pontos de vista, no qual somos parte de algum grupo social, com ideias e opiniões, compondo modos de pensar. Nada se faz sozinho. Outros tiveram lembranças em comum, ou até mesmo ajudam a recordar. O esquecimento também se torna memória, pois afeta as recordações coletivas já que fazemos parte do mesmo grupo. Ao pensarmos em alguns aspectos em comum, podemos confundir as lembranças individuais com as coletivas. Ao fazermos parte de uma mesma sociedade compreendemos que, ao mesmo tempo que uma lembrança é reconhecida e também reconstruída, pois há a necessidade de uma comunidade afetiva.

A memória individual existe situada dentro da teia de referências na qual estamos engajados. É da combinação de diversos elementos que emerge o que chamamos de lembranças, que se traduzem em uma linguagem. E a consciência já não está mais vazia. A lembrança é colocada como a fronteira e o limite do pensamento coletivo. Halbwachs (1990), situa-nos sobre a experiência pessoal com a memória, resultando em mudanças produzidas por meio das relações grupais das quais fazemos parte. E, dentro dessa consciência coletiva e individual se gera a memória de várias formas dependendo dos objetivos que as envolvem. Diante de vivências diárias no trabalho escolar e das dificuldades para o ensino/aprendizagem dos alunos, buscamos recursos e estratégias necessárias para uma educação efetiva.

A memória parece ser algo exclusivamente individual, mas Maurice Halbwachs, nos anos 20-30, conforme citado por Pollak, (1992, p. 2) afirmava que a memória é um fenômeno social passível de ser construído coletivamente, estando sujeito a mudanças. Se a memória possui característica de mudança, é necessário lembrar que

em sua grande maioria existem pontos imutáveis. Podemos perceber nas narrativas históricas ou em uma entrevista muito longa em que a ordem dos fatos já não é plenamente obedecida, que as histórias acabam voltando sempre nos mesmos acontecimentos, existindo a determinados momentos históricos e fatos invariantes. É como se existissem componentes que não pudessem ser reduzidos, impossibilitando mudanças, solidificando-se na memória, fazendo parte da realidade da pessoa, de sua própria essência, constituindo-se, a memória, de sua própria vivência.

Para Halbwachs (1990) é necessário considerar que os quadros sociais reais servem como ponto de referência para a localização das lembranças e a reconstrução da memória. Para ele, não há sentido se não observar o grupo ao qual se é pertencente porque é assim que grupo e indivíduo evoluem. A lembrança é como um ponto de referência de nossas experiências vividas coletivamente em nossa história, nos situando. Experiências pessoais resultam também em mudanças nas grupais.

Pollak (1992), em seu artigo “Memória e identidade social”, aborda importantes reflexões sobre as concepções de memória e sua relação com a identidade social. Para ele, há diferentes elementos da memória, nos quais podem acontecer várias projeções em que a pessoa vive sem ter estado fisicamente, sem ter sido ela. São acontecimentos vividos coletivamente e a pessoa se sente parte integrante daquele grupo, nem sempre participando diretamente, mas por algo que foi muito significativo. Às vezes, nem mesmo ficaria claro se a pessoa participou dessa realidade ou não pois, são os fenômenos de projeção e transferência. A memória traz percepções da época vivida, no qual projeta-se entendendo o tempo histórico. Os elementos constitutivos da memória em primeiro plano são os vividos pessoalmente. A memória e a construção da sua identidade estão ligadas à vida da pessoa que muitas vezes relaciona fatos/acontecimentos ao que é importante para si, guardando com mais facilidade essas informações, sendo seletiva e sofrendo mudanças, dependendo do momento em que é expressa, ou seja, se estrutura de acordo com suas preocupações. É construída individualmente e socialmente, sendo organizada e ligada a sentimentos de interesses individuais e disputas para deixarem marcos de memória para gerações futuras.

Há elementos da memória em que, por meio de sua socialização política ou histórica, ocorre uma identificação extremamente marcante, como uma rememoração compartilhada entre gerações. Constituída por pessoas, a memória vai se formando

indiretamente por personagens que não estão no mesmo tempo vivido, mas que no decorrer da vida fizeram parte de forma indireta, mas sentidas e pertencentes da mesma época. Há também nesse sentido, os lugares de memória ligados a uma lembrança marcante vivida por ela mesma ou por tabela, como em lugares de apoio da memória, sendo públicos, como lugares de comemoração (pessoal), ou monumento aos mortos, rememorando uma história sofrida.

Tomaremos aqui o exemplo de escola e dos conflitos ou confrontos possíveis entre memórias individuais. A memória está presente quando a criança está aprendendo, não somente no campo individual. Há relação com a identidade social, pois ela é construída no coletivo. A memória está ligada à experiência vivida individualmente ou coletivamente e vai se constituindo à medida que essa experiência é vivenciada com os colegas em uma sala de aula, ao estar com o outro, pertencente àquele grupo.

A escola precisa oferecer bons momentos de aprendizado e de acolhimento, para que cada criança, com sua singularidade, possa desenvolver suas potencialidades. Uma das ferramentas e estratégias para uma educação de qualidade é a que se estuda nessa pesquisa. Ensino colaborativo ou co-ensino é uma proposta de ensino que tem por objetivo a inclusão dos alunos da educação especial de forma igualitária, com a presença de dois profissionais na sala de aula. Pressupõe uma rede de apoio com a contratação de profissionais e capacitação dos mesmos para trabalhar de forma colaborativa. Profissionais que se sintam engajados com a educação inclusiva, propondo a integração e o atendimento dos alunos com as mesmas normas, sem diferença, comprometidos com a aprendizagem de todos os estudantes, superando práticas sociais desiguais.

Ao se trabalhar com dois professores em sala de aula, favorecendo o planejamento em conjunto, há maiores chances de as estratégias pedagógicas darem certo pois, as forças dos dois professores se concentram em todos os alunos. Desse modo, proporcionar-se-á integração equitativa, com igualdade entre os membros do grupo.

O ensino colaborativo é uma importante maneira de favorecer a inclusão. É emergente este processo de tomada de decisões em favor das diferenças. Quando o assunto é a inclusão, já não estamos mais falando sobre um futuro, mas sobre necessidades do presente.

Há influências exercidas sobre nós, nas relações com os grupos, nas correntes de pensamentos coletivos dando-nos referência ou para nos sinalizar. Somos, portanto, indivíduos que se lembram apoiados e membros de um grupo. E, a importância é dada de acordo com as influências exercidas socialmente sobre cada um. A memória dá vida às coisas que já existiram e compreendemos melhor o nosso presente. Ao trabalhar com o ensino-aprendizagem na escola, rememoramos a história, constituindo identidades.

A discussão de memória e identidade dão essência para refletirmos sobre o papel do ensino colaborativo na contemporaneidade, pois são valores que estão em disputa nas relações interpessoais e de aprendizagem.

2.1.2 Memória e educação

A escola é um espaço privilegiado para socialização e formação. Seus conteúdos devem estar em concordância com questões marcadas socialmente em cada momento histórico. Deve estar relacionada a realidade dos envolvidos.

A memória individual e coletiva que envolve a educação enlaça o campo de significação dos sujeitos. Para compreender os fenômenos e desafios da educação, torna-se relevante olhar para o passado e o encontro com sua historicidade possibilita a produção de novos saberes bem como objetivar práticas educativas atuais. A educação inclusiva acontece quando existe o respeito às diferenças, às individualidades, quando há interação e diálogo e espaço para a troca de experiências. Relembrar é tornar o passado presente. “A memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe, com a escola, com a igreja, com a profissão; enfim, com os grupos de convívio e com os grupos de referência peculiares a esse indivíduo” (Bosi, 1994, p. 17).

Para Bosi (2003), a história oral revela o cotidiano e valoriza a história vivida. É por meio da história oral que se pode ver muitos pontos distintos e às vezes excluídos da história ensinada pelos mediadores institucionais. E, para ela existe um vínculo entre memória, lembrança e esquecimento presente nos relatos e que faz parte da zona limite entre a história e a memória, possuindo estes fatores de interferência.

Há uma conceitualização do passado no momento presente. Não há para a pessoa em sua memória, uma visão estática e cristalina dos acontecimentos passados, mas existem possibilidades de construir uma versão dos fatos e transmiti-

la, constituindo, a partir dessas narrativas do passado, história. Ao relatar se misturam situações reais e imaginárias.

Bosi (1994) defende a arte de narrar. Assim, a história passa do oral para o escrito. É construída pelo narrador e pelo ouvinte, permitindo perceber o que realmente ficou, foi experimentado e hoje é visto. E, o que chega até nós pode representar não o real, mas aquilo que foi experimentado. A matéria lembrada pode ser tanto individual quanto social, ficando apenas a que tem significado.

Para Bosi (1994), a memória coletiva se desenvolve com a convivência familiar e escolar, que une a memória de seus membros; acrescentando e corrigindo dependendo da interação do grupo, sendo este, um suporte da memória. E sobre o tempo, a memória deixa a divisão do tempo com diferente impressão de acordo com os marcos de significação onde as lembranças não seguem o tempo medido do relógio. Ficam nos períodos da vida lembranças marcantes. “Para Halbwachs o indivíduo que lembra é sempre um indivíduo inserido e habitado por grupos de referência; a memória é sempre construída em grupo, mas é também, sempre, um trabalho do sujeito” (Schmidt; Mahfoud, 1993, p. 288). É o indivíduo que impõe marcos em suas lembranças, mas que são frutos de acontecimentos coletivos: seja na família, na escola, na comunidade. O que marca a sua memória, o indivíduo procura dar seu significado. A partir das referências que existem no presente, as lembranças são reconstruídas, mas que retomam fatos do passado, sendo que a memória passa a ter valor essencial dos que ali estão, ou que fazem parte do grupo.

Cada indivíduo carrega suas lembranças pessoais inserido numa cultura e é nesse contexto que suas lembranças são consolidadas, podendo a memória individual sofrer influência das memórias do grupo que a compõe, relacionado a sua classe social, sua religiosidade e seu relacionamento com a família, sendo seus referenciais. Essas memórias no grupo ao qual está inserido, são as memórias coletivas, dando base à identidade do indivíduo. “Podemos, assim, dizer que a memória pessoal está ligada à memória em grupo que, por sua vez, está amarrada à memória coletiva de cada sociedade” (Lobato, 2014, p.70).

É na memória coletiva que há a força dos grupos. Para Halbwachs (1990), as lembranças retomam relações sociais com seu meio. Os grupos permitem, num quadro de referência espaço-temporal, a localização da lembrança. A memória permite o reconhecimento e a reconstrução, atualizando os quadros sociais, podendo haver articulação das lembranças. A cada lembrança realizada, ressignifica-se as

crenças antigas, imagens e histórias. A memória para Bosi, pode ajudar na compreensão da sociedade em seu tempo.

A memória desempenha um papel fundamental no processo educacional sendo crucial para a aprendizagem, conservação e retomada de informações. A memória é essencial para adquirir novos conhecimentos e habilidades. Quando aprendemos algo novo, nosso cérebro codifica essa informação em memória de curto prazo e, em seguida, pode consolidá-la em memória de longo prazo por meio da prática, repetição e associação com conhecimentos prévios. Guardar informações é fundamental para o sucesso escolar. Uma boa memória faz com que o aluno lembre daquilo que aprendeu e aplique o conhecimento em situações vivenciadas.

Trabalhar com o ensino colaborativo permite a busca de estratégias de aprendizagens e memorização; permite uma melhor organização e elaboração do ensino, que podem ajudar os estudantes a guardar informações de modo mais eficaz. Os professores, bem como o ensino colaborativo, poderão ajudar os alunos a consolidarem o que aprenderam, tendo a memória como função no pensamento crítico e para resolução de problemas. Ao lembrar-se de conceitos e experiências passadas, os alunos podem fazer conexões, analisar informações e tomar decisões. Assim, a memória é essencial para a eficácia e o sucesso do processo educacional em todos os níveis. Compreender o ensino colaborativo e suas conexões com dinâmica escolar e a memória social, pode levar a abordagens de ensino mais eficazes e a uma experiência educacional mais rica para os alunos.

O ensino colaborativo promove o desenvolvimento de habilidades sociais, como comunicar ideias, resolver conflitos, praticar empatia, sendo habilidades sociais essenciais para o sucesso não apenas na escola, mas para a vida cotidiana e para uma futura carreira profissional, permitindo promover um ambiente positivo e inclusivo, onde os alunos se sintam valorizados, engajados e motivados. Podendo, portanto, os educadores, criarem ambientes de aprendizagens dinâmicos e enriquecedores e preparando os alunos para o sucesso escolar.

Quando estamos em uma sala de aula, onde a criança traz histórias diferentes em sua bagagem, algumas vindas de condições difíceis, evocam da memória seus costumes, suas culturas, seu modo de falar/expressar, seus valores e nos deparamos com várias histórias de vidas. Cada ser humano possui sua essência, suas particularidades, sonhos, aprendizados. Se o que fica para a criança é o que para ela tem sentido, suas memórias a constituem. É no fazer pedagógico, no tocante das

relações sociais, humanas que o “mistério” acontece. O aprendizado é fruto daquilo que é provocado na criança. É a partir das relações sociais que é tirado o que lhe é cômodo, gerando condições propícias para novos conhecimentos.

Para que a criança aprenda, ela precisa ser estimulada. Esse papel é do professor. Quando desenvolvemos na criança os estímulos, criamos nelas memórias e a partir dessas memórias a criança começa a aprender. Ela aprende sempre que vai descobrir coisas novas, e a estimulação é o que vai provocar nela as condições para o seu aprendizado, apoiados em seus valores e atitudes adquiridas culturalmente. Assim, vemos em uma sala de aula a memória entre narrativas individuais e coletivas.

Tudo o que afeta nossos sentidos é reelaborado e pode ser transformado em aprendizagem e, posteriormente, em memórias. Como isto acontece? São três os passos necessários para que esse mecanismo de cognição se complete: 1º passo - a codificação de informações - elas chegam ao cérebro através dos órgãos dos sentidos; 2º passo - a armazenagem das informações - elas são codificadas, estruturadas e armazenadas no cérebro (em diferentes áreas); 3º passo - a manutenção e recuperação das informações - transformação das informações em lembranças permanentes, passíveis de recuperação (Brandão, 2017, p. 17).

E o que mantém, podendo ser recuperado é o que foi vinculado pela emoção. Fica gravado como aprendizado o que foi significativo, constituindo esse sistema complexo da formação da memória.

Trabalhar com o ensino em sala de aula compete em formação de memória, onde o conhecimento fica mantido, sendo possível lembrá-lo se envolto pela emoção que acompanha os fatos vividos. “Nada somos além do que recordamos, mas também do que esquecemos, sejam as lembranças silenciadas, voluntárias ou involuntárias, seja dos não ditos. O que lembramos, mas que não podemos ou queremos falar” (Brandão, 2017, p. 21). O ser humano é tanto individual como grupalmente constituído pela memória.

Mudanças de época podem interferir nas relações interpessoais, o que sentimos simultaneamente, ocasionando algum distanciamento, o que pode ocasionar sentimentos de perdas de referência e crise das identidades culturais, tanto para o indivíduo como para o coletivo. Considerar o tempo vivido, de experiências adquiridas ancora e estabiliza o sentimento de pertencimento, articulando o presente e o passado. A história dos indivíduos, formados por lembranças, é como um acervo de costumes e acontecimentos que marcam e moldam a sociedade, nos constituindo também como sujeitos sociais. Somos aquilo que recordamos ou esquecemos,

voluntária ou involuntariamente, apoiando essas lembranças em crenças e atitudes culturalmente adquiridas.

Segundo Halbwachs, uma semente de rememoração pode permanecer um dado abstrato, pode, ainda, formar-se em imagem e como tal permanecer ou, finalmente, pode tornar-se lembrança viva. Estes destinos dependem da ausência ou presença de outros que se constituem como grupos de referência. (Schmidt; Mahfoud, 1993, p. 288).

Cada memória é marcada por uma identidade única, evidenciando lembranças individuais que tecem as memórias coletivas, contextualizando a memória histórica e humanizada pela linguagem sempre que compartilhadas. É pela palavra que projetamos quem somos, nossos sonhos, nossos afetos, assim como a memória, cada olhar é também único sobre os fatos vividos. As memórias autobiográficas conferem significados às trajetórias de vida, dando a sensação de continuidade do tempo. E nessa comunidade afetiva, como seres sociais, faz-se também um processo de construção individual através de atividades que suas bases provêm de memórias individuais e coletivas, que são realizadas em ambientes diversos e ampliam a ação.

A escola hoje prepara cidadãos para serem autônomos, para viverem em sociedade. Na medida em que povos se conectam, interagem entre si, há mudanças no indivíduo.

Os conflitos entre as diferenças culturais (e outras diferenças) precisa ser trabalhado na escola, que faz, além da transmissão de conhecimento, essa mediação. Uma prática que enxerga e dá lugar ao diferente, que respeita semelhanças e diferenças é inclusiva e na escola é possível o encontro dessas diferenças. Cabe a nós, neste compromisso, facilitar as relações e o conhecimento do outro.

É importante salientar que o direito à igualdade avançou nas questões políticas e legais, mas é crucial que a escola compreenda o direito à igualdade nas questões pedagógicas. Um exemplo de direito à igualdade na questão pedagógica é reconhecer a capacidade universal de aprender de todos como ponto de partida e compreender que existem diferenças nos processos de aprendizado dos estudantes (Proposta Curricular, 2014, p. 90).

É preciso considerar as diferenças para que não haja uma prática discriminatória. Essa diversidade requer dos professores certas exigências para que todos tenham o mesmo atendimento, havendo interação e desenvolvimento do aprendizado, devendo ser constante no dia a dia. Para isso é preciso planejar, inserir as práticas discutidas em grupo. Para evitar essa padronização, a escola precisa produzir essa prática, onde todos possam se respeitar dentro das diferenças. A escola

viabiliza para que haja uma sociedade melhor. É preciso manter metas de trabalho, parte do planejamento para colocarmos em prática e em grupo e que sejamos facilitadores nessa causa.

Todo espaço serve para aprender. Vida e educação estão interligadas. É papel da escola construir um indivíduo com autonomia, um indivíduo para o mundo. A criança se torna humana a partir do conhecimento da diversidade. O professor não vai conseguir possibilitar conhecimento se não repensar a sua forma de ser professor, necessitando compreender que cada criança possui a sua história, onde o olhar deve ser para cada um que tem uma necessidade diferente, porque todos nós somos diferentes. Uma prática pedagógica eficiente é planejada e deve ser discutida com todos os envolvidos; ela produz transformação, pois todos estão unidos em uma mesma causa, evitando a desigualdade no ambiente escolar. A leitura do mundo ensina a conhecer a realidade, e todo esse processo de pesquisa nos ensina muito. Se há espaços, há contribuições que apontam para melhorar as dificuldades.

Falar sobre a inclusão é olhar sobre as pessoas que possuem necessidades educacionais individualizadas. Preparar professores para ensinarem todos os alunos é falar sobre inclusão ou de uma educação inclusiva, competindo-lhes aspectos como atuação em sala de aula e a formação dos professores. Ao trabalhar em sala de aula, o professor precisa olhar não somente para as limitações do aluno, mas para as suas competências e potencialidades, assumindo esse compromisso com a diversidade. Precisa auxiliar o aluno, intervindo para que alcancem a sua autonomia. Compreender que todos os alunos por serem diferentes possuem especificidades, implica em eleger procedimentos diferenciados de avaliação do processo. Um aspecto extremamente importante é a sua disponibilidade diante da turma, verificar a sua postura acolhedora e positiva nessa prática. Isso deve ser conhecido e olhado por toda a equipe pedagógica, em apoio ao professor, bem como pela gestão escolar, Atendimento Educacional Especializado e a família. Esta rede de apoio em que haja articulação serve para derrubar essas barreiras ainda existentes que ainda causam dificuldades para o seu desenvolvimento.

Quando falamos em educação inclusiva, há a necessidade de falar sobre a formação dos professores. Sua atualização traz qualidade à sua prática pedagógica. Buscar informações diminuem os obstáculos para essa prática inclusiva. Ao existirem espaços de reflexão e conhecimento, estes auxiliam para ressignificar e modificar paradigmas.

Ter uma atuação em sala de aula que crie oportunidades para que todos os alunos possam desenvolver suas potencialidades e serem atendidos de forma igualitária nos faz compreender o quanto a educação precisa de um trabalho colaborativo, tanto para a sua formação como para a sua laboração diária.

O aluno, público-alvo da educação especial, estar hoje frequentando o ensino regular é algo satisfatório, pois nossa sociedade está se abrindo para reafirmar que é sim, uma sociedade diversa, que compreende que todos nós somos indivíduos não padronizáveis. No entendimento sobre memória, percebemos as individualidades dos seres humanos. Nenhuma memória, sejam particulares ou coletivas são iguais, pois somos seres inseridos em diferentes contextos. Cada criança, público-alvo da educação especial ou não, nasce e cresce dentro de um ambiente extremamente particular; podendo receber afeto, cuidados, serem ouvidos ou não. Ao chegarem num ambiente social, podem ser acolhidos ou não, inseridos em uma sociedade ainda cheia de buscas, onde a inclusão ainda precisa ser discutida, onde as memórias não estão tão distantes de nós ao lembrarmos do não preparo da nossa sociedade para receber e acolher quem foge dos padrões sociais impostos. Não está distante de nós tantas histórias as quais podem ser rememoradas e ainda sentidas. A memória que temos hoje é de um povo sofrido pela exclusão. Conforme trazido pela proposta curricular (2014),

A sociedade apresenta uma dívida histórica em relação às pessoas com deficiência ou com algum tipo de transtorno. Outrora foram mortas e eliminadas; perseguidas e julgadas como pecadoras, enclausuradas e separadas dos ambientes comuns da sociedade; classificadas com base em modelos médicos que enfatizavam a patologia e a necessidade de tratamentos medicamentosos. Como resultado desse processo histórico de exclusão e de segregação, solidificou-se uma concepção de deficiência ou de transtorno relacionada à inferioridade e à incapacidade que leva a atitudes sociais de discriminação e preconceito daqueles que não tiveram a oportunidade de conviver com essas pessoas (Proposta Curricular, 2014, p. 70).

Aprimorar as práticas pedagógicas é extremamente necessário, podendo representar a esperança e satisfação para os que mais sofrem com as desigualdades. É por meio da linguagem e comunicação que as memórias sociais vão sendo reconstruídas e produzem significado ao longo do tempo. Ao promover laços de proximidade, a memória coletiva com base no passado existente, promove a identidade do grupo, ao qual possibilita e abre caminho para novas construções, novos marcos de memória.

Os caminhos da memória são permeados por aspectos individuais e sociais, como um tecido formado por fios entrelaçados, que, mesmo sendo conhecidos pelas evocações das lembranças, requerem um aparato psíquico. O que lembramos e como lembramos constroem-se num movimento da demanda social e interna do sujeito. A inter-relação no meio social alimenta as lembranças individuais. A memória não é uma, é plural, e vai sendo construída pelo indivíduo em seu meio social (Lobato, 2014, p. 71).

Tudo se referindo ao fato do pertencimento de um grupo. A memória social depende dessas relações sociais como princípio unificador de reconstrução de seu tempo. E, por ser construção de história, proporciona também avanços para o conhecimento.

2.2 Ensino colaborativo no campo da educação especial

Os séculos XVIII e XIX marcam a segregação de maneira uniforme das pessoas com deficiência em escolas especiais. A luta pela garantia de direitos humanos e pela igualdade das pessoas com deficiência é um cenário recente aqui no Brasil, começando a ser incluída na formação de professores a partir do século XIX, sendo impulsionados pelos acordos internacionais, alinhando suas políticas internas. Na segunda metade do século XX, se desenvolvem as classes especiais com a ideologia da igualdade, inclusão e respeito às diferenças, possibilitando também ferramentas de luta por igualdade de condições.

Na década de 1970 se intensificou a busca pela inclusão dos alunos com deficiências nas escolas, pois o que se via era apenas alguns alunos na rede privada e algumas redes filantrópicas com atendimento aos alunos com deficiências sensoriais. A necessidade, desde aquele tempo, era a de que pudesse existir uma escola para atender tanto os alunos da classe comum como os que necessitassem de atendimento especial, e que fossem educados juntos e próximos das suas residências. Por vários motivos históricos, políticos ou sociais, esses alunos não estavam nas escolas regulares. A partir de documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos, fortaleceu-se esse direito que tinha como objetivo garantir educação a todos, conseguindo que fosse cumprido pelo menos em partes, originando-se assim, o movimento de inclusão.

Em 1990 e 2000, ainda eram poucos os alunos que frequentavam as escolas da educação especial, e os alunos com deficiência que vinham tendo acesso à escola regular não recebiam uma educação qualificada, seja por falta de profissionais ou de

recursos. O descaso do poder público era evidente, pois a oferta de matrículas na rede pública ocorria de forma lenta. Dava-se preferência à matrícula na rede privada e nas instituições filantrópicas.

No início de 2000, o conceito de colaboração vinha sendo especialmente importante pois, a perspectiva da educação inclusiva estava transformando o panorama existente e atendendo às metas escolares. Como traz Brandão (2017), procuramos compreender o tempo no qual estamos vivendo, a partir de leituras, de identificações ou considerações que fizemos do passado. Essa busca nos é necessária para que possamos compreender esse tempo, que ainda é de muitas incertezas, de que temos muito a percorrer. Uma memória marcada pela exclusão. A partir de releituras do passado procuramos compreender o cenário atual.

Na história da educação especial, no Brasil, houve avanços importantes com relação aos direitos de escolarização. A atual Política Nacional de Educação Especial (Brasil, 2008) orienta sobre o AEE (Atendimento Educacional Especializado) em salas de recursos multifuncionais, como modelo de serviço e atendimento dos alunos, que são público-alvo da educação especial. Assim, muitos documentos normativos brasileiros referentes à escolarização dos alunos, indicam o AEE como um serviço de apoio para contribuir com o ensino comum e seus atendimentos no contraturno por meio dos seus recursos de informática, como por exemplo, LIBRAS, código braille, (devem estar articulados com os conhecimentos de acordo com a sua turma em sala de aula). A Educação Especial possui sua modalidade de educação escolar oferecida de preferência em escolas regulares e, para atendimento das peculiaridades destes alunos, segundo a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96), haverá o serviço de apoio especializado. Assim, podemos entender que a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, possui garantia por diferentes documentos para o acesso dos alunos no ensino comum.

O Estado de Santa Catarina, em face do contexto e buscando cumprir a lei e garantir a igualdade de oportunidades, definiu as diretrizes da Política de Educação Especial para a inclusão escolar.

Trata-se de uma ampla orientação em relação aos diferentes serviços especializados oferecidos na escola, para o público da Educação Especial e às práticas necessárias de articulação efetiva entre todos os educadores - gestores, professores da educação regular - para alcançar o sucesso na aprendizagem de todos os estudantes (Estado de Santa Catarina, 2018, p.13).

Dados apontados pelo Educacenso de 2017, de acordo com a Política de Educação Especial (Estado de Santa Catarina, 2018, p. 29), mostram que houve um aumento do número de matrículas de alunos da Educação Especial no ensino comum, representando um aumento de 152,53 % em nove anos. O governo, além da oferta de matrícula e promoção de qualidade para esses estudantes, implantou ao longo do período serviços educacionais especializados como o segundo professor de turma, professor bilíngue, intérprete, guia-intérprete Instrutor da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), e o AEE (Atendimento Educacional Especializado). De 2009 a 2016 houve um aumento de 158,14% em estudantes incluídos no AEE, havendo crescimento expressivo. Percebe-se um número ainda maior de alunos com Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH), tomando-se como referência os dados de 2014 a 2017. Porém, por não haver a inclusão desse público na política de Educação Especial do Estado e não estar posta às diretrizes da Política de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva do Ministério da Educação, não entra no censo correspondente.

Por meio do sistema SISGESC (Sistema de Gestão Escolar) apontado na Política de Educação Especial, há a coleta de informações desse público matriculados nas escolas estaduais de Santa Catarina, onde dados também mostram aumento significativo de matrículas, representando um aumento de 48,46% em três anos, entre o período de 2014 a 2017. Paralelamente a isso, houve um aumento significativo na contratação de segundos professores conforme apontam os dados no Sistema Educacenso em 2017, demonstrando investimento na qualificação dos serviços educacionais especializados para atuar dentro das salas de aula, possibilitando melhores condições para a inclusão escolar.

A Política de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva, visa orientar as ações das políticas públicas, como o rumo das políticas nacionais, refinando a prática com as orientações vindas de outros documentos internacionais como a convenção internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência aprovada pela ONU em 2006. Sendo a política uma orientação para os sistemas educacionais, este documento deixa claro que a educação inclusiva está relacionada fundamentalmente com o assunto dos direitos humanos e que a equidade, as diferenças e a igualdade são valores a serem buscados. Tem por objetivo o acesso e participação do público-alvo da política nos sistemas regulares de ensino, olhando também para o papel da sociedade para que haja mais inclusão.

A educação inclusiva é um modo de superação das exclusões existentes na sociedade e a escola possui atuação fundamental nesse assunto.

Assim, vemos que o acesso vem sendo garantido, porém, há inúmeras barreiras a serem vencidas. Ainda não há plena garantia desse direito para todos, como por exemplo: barreiras na metodologia de ensino quando separadas em decorrência de concepções limitantes por parte de alguns profissionais quanto às possibilidades dos alunos com alguma deficiência ou algum transtorno; pouca flexibilidade por parte de alguns profissionais, nas formas de avaliar o aluno ou ao ministrarem suas aulas; também há barreiras encontradas na forma de veiculação das informações no interior da escola quando não são levadas em consideração, formas diferenciadas de aprendizagens como recursos para potencializar a efetiva participação dos alunos (Estado de Santa Catarina, 2018, p. 32).

Assim, no tocante às metas da inclusão escolar, especialistas, professores de educação especial e da educação comum devem aprender a trabalhar juntos, para assegurar que todos os estudantes alcancem melhores desempenhos e, neste contexto, colaboração tem se tornado uma necessidade (Capellini; Zerbato, 2019, p. 10).

Em uma sala de aula, onde circundam nossas relações e narrativas entre memórias individuais e coletivas, há também o aluno da educação especial com o seu acesso e participação garantidos por lei. Ele tem direito ao desenvolvimento na aprendizagem e, às vezes, pode ser privado de participar das atividades diante das dificuldades da escola em levar em conta suas especificidades para sua participação efetiva. Assim, esta pesquisa também é uma forma para questionar esses assuntos e buscar revisões.

Ao levar em conta as diferenças, a Proposta Curricular de Santa Catarina já vinha trazendo em seu texto discussões e orientações sobre a diversidade.

Falar em socialização do conhecimento implica em garanti-lo a todos. Não se socializa nada entre alguns. Isto tem implicações com políticas educacionais que devem zelar pela inclusão e não pela exclusão, tais como campanhas de matrícula abrangentes, capacitação de professores, programas de formação, e com posturas dos professores diante do ato pedagógico, que zelem igualmente pela inclusão, tais como: zelar para que todos aprendam, não apenas os que tenham maior facilidade para tal, garantir que o conhecimento do qual o professor é portador seja efetivamente oportunizado a todos os alunos (Estado de Santa Catarina, 1998, p. 12).

Estudos indicados por Capellini e Zerbato (2019) apontam que a existência de um único modelo não tem contribuído para o aprendizado dos alunos na classe comum. Segundo a autora, o ensino colaborativo é ainda pouco conhecido; está

sendo implementado de maneira pontual em algumas escolas no Brasil, e é promissor para a escolarização dos alunos que são o público alvo da Educação Especial.

Literatura científica de outros países (West; Idol, 1990; Walter-Thomas, 1997) já apontava o trabalho colaborativo como estratégia para promover o desenvolvimento da aprendizagem de alunos da educação especial como também o de educadores, tanto no campo pessoal como profissional. Assim, buscamos avaliar possibilidades para a nossa realidade escolar e o ensino colaborativo ou co-ensino é uma proposta de ensino que tem por objetivo a inclusão dos alunos da educação especial de forma igualitária. Inserir o ensino colaborativo é um meio de estimular o aprendizado e a frequência escolar, além disso, será incorporado o serviço de apoio já existente.

Isso pressupõe uma rede de apoio de profissionais com a contratação e capacitação de professores para trabalharem de forma colaborativa com profissionais que se sintam engajados com a educação inclusiva, propondo a integração e o atendimento dos alunos com as mesmas normas, sem diferença, comprometidos com a aprendizagem de todos os estudantes, superando práticas sociais desiguais. Nesse sistema, os profissionais da sala de aula atuam de forma conjunta, o professor do ensino comum e o professor especialista em Educação Especial, compartilhando conhecimento em prol dos mesmos objetivos e também se alegrando com o sucesso de todos. As decisões são tomadas sempre em conjunto, pois compreende-se que a inclusão vai além do aluno estar na sala de aula ou com atividades adaptadas.

A inclusão se fundamenta no juízo das diferenças e particularidades dos sujeitos. A ideia é que haja uma verdadeira inclusão com o desenvolvimento de todos os alunos, independentemente do grau de comprometimento. Espera-se, ainda, o envolvimento de todos os professores com o mesmo grau de responsabilidade. Ao trabalharem juntos, os professores da Educação Especial e professor Titular se arriscam e encorajam-se a novas atividades. Para um trabalho efetivo e de resultados, o professor deve ter clareza do seu papel e trabalhar em conjunto com seus pares, responsabilizando-se pelos avanços de aprendizagem dos alunos da classe. Cada professor possui habilidades próprias de ensino e conhecimentos específicos que se somados conjuntamente tendem a melhorar a qualidade de ensino, tanto para os alunos da Educação Especial quanto para os demais alunos. “O indivíduo é influenciado e influencia, formando um elo numa corrente sem fim, ao que chamamos ‘saber’, que constrói e dá sentido às memórias individuais e coletivas, e as identidades a elas ligadas” (Brandão, 2017, p. 63).

A compatibilidade de pensamentos e opiniões entre esses dois profissionais deve fazer diferença e possibilitar o sucesso do trabalho, podendo haver rotatividade das duplas como forma de condução da aula. A presença da equipe diretiva e pedagógica da escola auxiliará em diferentes combinações, pois sabemos que cada professor tem sua maneira de ensinar e a rotatividade das duplas poderá ser uma realidade a ser pensada. Os professores em seu relacionamento com os demais, precisam desenvolver habilidades de comunicação em sua formação, resolvendo assim, as possíveis dificuldades e criando oportunidades para o seu crescimento profissional. Através da mediação da gestão escolar juntamente com a comunicação frequente entre os profissionais, ocorrerão mudanças para o crescimento e o sucesso das aulas. Habilidades de comunicação e diálogo são fatores enriquecedores nessa construção. É por meio da linguagem que surgem as construções de pensamentos.

Das memórias que surgem, oscilamos entre as que tratam de fatos reais e aquelas fictícias que permeiam nosso imaginário; as leituras que fazemos das nossas memórias se apoiam em crenças, valores e atitudes culturalmente adquiridas a partir das histórias de vida de cada um. Assim, circulamos nossas narrativas entre memórias individuais e coletivas e é nessa constelação de memórias que procuramos compreender o tempo presente a partir das (re)leituras que fazemos do passado (Brandão, 2017, p. 5).

As habilidades de ensino perpassam as habilidades comunicativas pois há também a necessidade da tomada de decisões em conjunto e o aprender a ouvir o seu colega, bem como o respeito a suas angústias, medos e ideias também se faz extremamente necessário para que juntos busquem as melhores soluções. Não é possível que a responsabilidade em dar conta de metodologias recaia num único profissional para atender às especificidades, por isso a parceria é um caminho valioso de aprendizagem e ensinamento.

Cappelini e Zerbato (2019), diante das práticas identificadas no meio escolar, conceituam e organizam três diferentes caminhos sobre a maneira de ensinar turmas heterogêneas, sendo assim organizadas: atividades adaptadas, atividades paralelas e atividades acessíveis. Conceituamos assim, que as atividades adaptadas são desenvolvidas quando há o trabalho em conjunto do professor da educação especial. É importante entender que os registros de uma avaliação podem ser de várias formas, não só usando lápis e caderno, mas também com figuras, envolvendo a todos nesse processo, mesmo aqueles que apresentam dificuldades motoras, ainda que para isso seja necessário elaborar atividades de acordo com as especificidades e possibilidades existentes na sala de aula. O mesmo assunto pode ser trabalhado com os demais e

isso não interfere nos registros, que podem ser diferentes. Uma criança com deficiência, como paralisia, pode ter adaptações com letras móveis e figuras no computador; essas adaptações nem sempre interferirão no currículo e nem sempre é necessário um currículo alternativo, sendo que as tomadas de decisões podem ser realizadas em conjunto como garantia de planejamento educacional individualizado. As estratégias e adaptações de maior ou menor afastamento do currículo dependerão das especificidades. As adaptações são, às vezes, apenas as formas de registro das avaliações ou a forma de apresentar o conteúdo para o estudante e a forma de expressão desse estudante é que é diferente.

Deve-se eliminar barreiras impostas pelo ambiente que dificultam o desenvolvimento do ensino-aprendizagem. Nada impede de serem criadas adaptações com diferentes arranjos para um mesmo espaço de aprendizagem, nem a construção de parcerias e de uma cultura colaborativa. Atividades adaptadas podem ser excludentes se não forem criadas situações diversificadas de acesso ao conhecimento e situações de aprendizagem diversificadas para um aprendizado significativo. Denomina-se atividades paralelas quando as atividades são outras, dando a impressão de não capacidade para a realização das mesmas atividades propostas para os outros colegas, e que são baseadas e planejadas nas dificuldades com a não conectividade com a turma. As atividades acessíveis são aquelas onde há a oferta da participação de todos os alunos, possibilitando o acesso ao conhecimento, mesmo que, às vezes, sejam utilizadas algumas estratégias diferenciadas ou algum apoio seja necessário.

Estratégias que incluam o diferente podem auxiliar, tanto estes estudantes como os demais, tornando-se um desafio proporcionar um ambiente para a aprendizagem onde os professores, tanto da Educação Especial como o da Classe Comum, consigam planejar e ensinar todos os alunos da classe colaborativamente.

A escola deve fazer com que o aluno, com ou sem deficiência, consiga alcançar a sua autonomia buscando uma formação crítica e interagindo na sociedade. Cada aluno com suas especificidades pode se desenvolver muito com a convivência e diversidade presentes na escola pois há mais possibilidades de modelos para se espelhar e conseqüentemente se desenvolver. Nesse sentido, o espaço escolar contribui muito para esse fim.

Nos registros sobre o histórico da educação inclusiva, nas lutas desse sistema educacional e, sobretudo, das pessoas com deficiência, vê-se a memória sofrida de toda a nossa história.

Elas possuem uma dimensão subjetiva e socioafetiva, e são tanto individuais como coletivas, e consideradas as fontes e reservas culturais dos grupos humanos. Assim, como os indivíduos são constituídos por suas lembranças, nossa cultura e história podem ser consideradas o acervo dos costumes e dos acontecimentos sociais, econômicos e políticos que, cronologicamente organizados, formam as bases da sociedade na qual vivemos. É a história e a memória dos povos (Brandão, 2017, p. 24).

É importante olhar para o passado e conseguir identificar como a história da exclusão e segregação foi sendo construída para perceber a importância de se alinhar com uma política de inclusão e o respeito ao direito de todas as pessoas compartilharem seus direitos sociais e terem direito ao acesso à educação. “Essa história que é nossa, e dos grupos aos quais pertencemos nos diz quem somos, auxilia e fortalece nossa identidade, ilumina nosso caminho na busca de sentidos para nosso ser estar no mundo” (Brandão, 2017, p. 24).

Nóvoa (2009), mostra a importância dos professores como elementos insubstituíveis na educação, tanto para as aprendizagens como também para a inclusão, e também para lidar com os desafios diante das novas tecnologias e a diversidade. O autor destaca a importância da formação docente, da reflexão conjunta, desde a organização até a observação na prática, o que reforça a qualidade do ensino. Formas colaborativas de trabalho entre os professores podem ser inspiradas na colegialidade de outras profissões. A escola, segundo Nóvoa (2009), deve ser um espaço de partilha e análise das práticas pedagógicas, transformando as experiências em conhecimento para a formação dos profissionais mais jovens e para desenvolvimento de projetos educativos, comunicando para além da escola. Para o autor, a realidade da escola vai além do seu espaço físico e comunica-se com o público necessitando muitas vezes intervir no espaço público da educação, sendo parte esta, da profissão docente. O trabalho de formação precisa estar associado aos problemas vistos e sentidos diariamente pelos professores. Há necessidade de passos concretos para haver mudança. A exigência diante de novas realidades culturais e dificuldades trazidas pelos alunos da atualidade, dos que não querem aprender, faz com que observemos a dimensão do ensino e do ser professor.

Desenvolver habilidades para o trabalho em conjunto, construindo uma cultura colaborativa, é o que podemos ver de melhor em busca de soluções para tantos

desafios. Ao apresentar tais implicações para o modelo da educação atual, o objetivo não é encerrar os cenários existentes e sim causar uma reflexão para o sistema de ensino e provocar mudanças necessárias.

Nóvoa (2022) diz que é preciso pensar sobre a escola num tempo de mudanças, não como lugar futuro, mas num tempo presente que demanda transformação. A escola implica em trabalho social num espaço público comum, onde acontecem relações humanas marcadas por histórias e emoções; é um espaço de vivência e formação humana que une conhecimento e sentimento; onde acontece aprendizagem e encontro; onde a educação é por meio do convívio de uns com os outros e por isso é importante valorizá-la e protegê-la como espaço de transformação. Juntos, profissionais e alunos, constroem processos de aprendizagens significativos porque nada acontece sozinho. São juntos que se projetam os melhores caminhos para uma educação transformadora.

O modelo educacional existente hoje é fruto de uma educação escolar vivida e tida como referência nos últimos 150 anos. Torcemos para que as evoluções tecnológicas tragam mudanças significativas, o que já está sendo esperado nesse meio, uma mudança quanto à sua forma. Pesquisas já apontam que os alunos aprendem uns com os outros, e é por meio da socialização entre eles que podem ocorrer aprendizagens significativas.

Não há receitas prontas, não há saber pronto, existem muitas dúvidas e estas são necessárias e legítimas. Por isso, é necessário o diálogo entre os professores, a cooperação entre todos os profissionais, a fim de construir caminhos na busca de melhores soluções para tantos desafios. Desejamos uma escola que promova a justiça educacional para todos.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

A presente pesquisa busca investigar como a aplicabilidade do ensino colaborativo pode melhorar as práticas de ensino, tendo como pergunta norteadora: Quais as possibilidades de contribuição do ensino colaborativo no campo da memória social e sua relação com as práticas pedagógicas nos anos iniciais do ensino fundamental da Escola Estadual Castro Alves de Araranguá/SC? Tendo o objetivo de investigar, no campo da memória social, o ensino colaborativo e sua relação com as práticas pedagógicas nos anos iniciais do ensino fundamental da Escola Estadual Castro Alves de Araranguá/SC.

Itens metodológicos:

3.1 A fase exploratória da pesquisa ou trabalho de campo

O espaço no qual se desenvolve a pesquisa é a EEB Castro Alves de Araranguá-SC. Para contribuir e alcançar os objetivos da pesquisa, foram realizadas entrevistas com 6 professoras, escolhidas de forma aleatória, contemplando professoras e segundas professoras das séries iniciais do ensino fundamental. A estrutura das entrevistas ocorreu por meio de um questionário, se caracterizando como semi-estruturada, pois a cada pergunta abria-se espaço para o diálogo, podendo-se assim coletar mais informações. É por meio dessa investigação que dados reais, sobre a prática pedagógica, são colocados em evidência. É por meio da entrevista que confrontamos a teoria pesquisada e se há relação com a realidade escolar em pauta. A forma de categorização da pesquisa é definida como descritiva. No que corresponde ao campo de observação, este é realizado na própria escola; optando-se definir o número de sujeitos envolvidos (3 professoras titulares e 3 segundas professoras), utilizando o critério de acordo com os objetivos trabalhados, que é a dinâmica de trabalho envolvendo o ensino colaborativo nas séries iniciais da referida escola, onde os sujeitos envolvidos vivenciam situações em comum. Tendo estes professores, uma vinculação mais significativa para o problema pesquisado. A escolha do espaço de pesquisa é o próprio ambiente de trabalho da pesquisadora.

3.2 Tratamento do material

A coleta de dados é um campo de observações para a produção primária de dados, tendo, a pesquisadora estado na interação direta com os sujeitos entrevistados, bem como observações e questionários aplicados.

Para os procedimentos de análise, seus dados foram classificados em categorias emergindo das perguntas e direcionando para em sua análise atender aos objetivos.

3.2.1 Primeira fase

De acordo com Gomes (2007, p. 102), que cita o método da análise de conteúdo desenvolvida por Minayo, esta fase é a da organização do material, quando se toma contato com a sua estrutura. Pode ser uma leitura flutuante ou algo um pouco mais aprofundado.

Nesta pesquisa, para a primeira fase foi realizada uma leitura geral das respostas obtidas, observando atentamente os elementos apresentados. Com uma visão de conjunto, e também percepção das particularidades, denominou-se as questões que expressam os dados das entrevistas. Esta leitura favoreceu a separação das categorias que serão apresentadas no capítulo seguinte e permitiu estabelecer paralelos entre as respostas.

3.2.2 Segunda fase

Para Gomes (2007, p. 102), nesta fase se faz a aplicação da fase anterior, ou seja, os dados são destrinchados e separados em categorias. Para isso, pode ser preciso ler as e interpretar as respostas a fim de que nenhum dado se perca.

Com base na estrutura das questões da pesquisa, foram descritos e observados os elementos apresentados conforme os seguintes subtópicos: *Professoras participantes da pesquisa; Os elementos presentes na investigação - Relato das professoras titulares; Os elementos presentes na investigação - Relato das segundas professoras; Ensino colaborativo; Planejamento; Estratégias e materiais; Diagnóstico de deficiência; Necessidade do ensino colaborativo; Dificuldade para colocar em prática.* Conforme previsto por Gomes, foi necessário ler com atenção e

mais de uma vez cada resposta. A divisão das respostas em categorias emergiu dessa leitura atenta.

3.2.3 Terceira fase

Esta fase se refere à análise propriamente dita. Aqui buscou-se articulação entre a fundamentação teórica com o contexto apresentado nos depoimentos e observações do trabalho de campo.

Ao estudar a análise de conteúdo qualitativa, há a descoberta de novas indagações sobre a realidade apresentada, conforme descrito em sua abordagem.

3.3 Abordagem da pesquisa

A abordagem da pesquisa precisa ser coerente com o objetivo. Lüdke e André (2018, p. 18) evidenciam que não existe uma abordagem que seja mais correta que outra:

Embora já tenha havido algumas tentativas para especificar o processo de coleta e análise de dados durante a observação participante, não existe um método que possa ser recomendado como o melhor ou mais efetivo. [...] a natureza dos problemas é que determina o método, isto é, a escolha do método se faz em função do tipo de problema estudado.

Esta pesquisa segue o método de abordagem qualitativa, que se aplica ao estudo das relações vividas no cotidiano escolar, se aplicando ao estudo, das representações e opiniões. A escolha da abordagem qualitativa é para poder permitir explorar essa dinâmica do ensino colaborativo e captar nuances dos relatos dos professores que não seriam acessíveis através da metodologia quantitativa. Esse tipo de abordagem investiga melhor grupos segmentados de histórias e relações sociais. O método qualitativo permite pôr à vista crenças, percepções dos andamentos ou ações sociais ainda não conhecidas correspondentes a grupos particulares. Revela interpretações que os humanos instituem sobre como vivem e pensam, proporcionando a construção de novas abordagens, trazendo assim os resultados da realidade pesquisada.

A forma de pesquisa social está ligada à teoria, buscando compreender os fenômenos, explicando a realidade e prática com abordagem qualitativa. A pesquisa qualitativa trabalha no universo dos valores, na compreensão dos significados, sobre

o agir e o pensar do ser humano, interpretando ações dentro do seu convívio. Desde muito tempo o homem se preocupa em compreender a realidade e a ciência ocidental é uma forma de construção da existência. A dinâmica da vida social e individual é possuidora de significados. A metodologia apropriada de reestruturação das relações e significados da realidade se trata especificamente de caráter qualitativo. A metodologia inclui conceitos teóricos de atuação, unindo a realidade empírica e pensamentos existentes. E a pesquisa, como atividade básica, sendo a própria construção, buscando resolver assuntos da vida real. É um trabalho manual e personalizado. Para facilitar o processo de trabalho, Minayo (2007), a pesquisa é dividida em três etapas:

(1) fase exploratória; (2) trabalho de campo; (3) análise e tratamento do material empírico e documental. A fase exploratória consiste na produção do projeto de pesquisa e de todos os procedimentos necessários para preparar a entrada em campo. O trabalho de campo consiste em levar para a prática empírica a construção teórica elaborada na primeira etapa. Essa fase combina instrumentos de observação, entrevistas ou outras modalidades de comunicação e interlocução com os pesquisadores, levantamento de material documental e outros. A terceira etapa(...) diz respeito ao conjunto de procedimentos para valorizar, compreender, interpretar os dados empíricos, articulá-los com a teoria que fundamentou o projeto ou com outras leituras teóricas e interpretativas cuja necessidade foi dada pelo trabalho de campo. Podemos subdividir esse momento em três tipos de procedimentos: (a) ordenação dos dados; (b) classificação dos dados; (c) análise propriamente dita (Minayo, 2007, p. 26).

A análise qualitativa é uma descoberta de códigos sociais interpretados e compreendidos à luz da teoria, que aponta dados para o pesquisador. Com a pesquisa, depois do conhecimento obtido, geram-se novas indagações.

No trabalho de campo será utilizada como estratégia, a entrevista, com o objetivo de buscar informações tocantes ao fundamento da pesquisa. A entrevista se caracteriza como semiestruturada, onde há a possibilidade do entrevistado falar sobre o tema proposto sem se prender à restrição da pergunta. Os entrevistados podem fornecer dados secundários, que poderiam ser coletados em outras fontes ou primários, consistindo em informações construídas por meio do diálogo, sobre suas reflexões e trocas sobre a realidade vivida.

A escolha do tipo de pesquisa se refere ao tema proposto fazendo-se necessário a utilização desta metodologia onde apontará práticas já existentes. Esta pesquisa partirá da coleta de dados realizada com a observação da prática da escola e de entrevista com as professoras, conforme descrito a seguir.

3.4 Coleta de dados

A coleta de dados para esta pesquisa foi realizada na Escola Estadual Castro Alves, localizada na cidade de Araranguá/SC. Os sujeitos de estudo são professores dos anos iniciais da referida escola. A escolha dos profissionais foi feita de forma aleatória, envolvendo 3 professores titulares e 3 segundos professores, de maneira equitativa.

Ao longo do segundo semestre de 2023, um grupo de professores, conforme mencionado acima, foi convidado a responder algumas perguntas referentes a pesquisa, trazendo elementos para a coleta de dados onde foram ouvidas as memórias de suas práticas, depoimentos e dificuldades dos professores. Essa entrevista objetivou coletar informações acerca da atuação profissional dos professores titulares e segundos professores, de forma a compreender como o ensino colaborativo contribui para a efetivação da sua prática pedagógica.

3.5 Análise dos dados

De acordo com Lüdke e André (2018, p. 53),

(...) a análise está presente em vários estágios da investigação, tornando-se mais sistemática e mais formal após o encerramento da coleta de dados. Desde o início do estudo, no entanto, nós fazemos uso de procedimentos analíticos quando procuramos verificar a pertinência das questões selecionadas frente às características específicas da situação estudada.

O tratamento das informações coletadas na pesquisa foi realizado por meio das técnicas de análise de conteúdo, conforme proposto por Minayo (2007). A análise de pesquisa qualitativa tem como principal foco as representações sociais observadas, bem como a exploração do conjunto das opiniões sobre o tema investigado. Considera-se que sempre haverá diversidade de opiniões, porém calcula-se que a dimensão sociocultural do que se vê em um grupo, tem as mesmas características com pontos em comum e diferenças.

Ao interpretar informações dentro da pesquisa qualitativa, observa-se a homogeneidade como também pontos que diferenciam dentro de um mesmo grupo, buscando analisar as relações entre as partes decompostas, depois interpretar. Ao descrever os dados, estes poderão ser conduzidos refletindo as interpretações desta análise. Sendo também importantes a descrição e análise para se conduzir a

compreensão, como etapa final desta pesquisa. Porém, tanto a análise como as interpretações a respeito do tema de investigação, ocorrem em todo o processo. Assim também, como o retorno às fases anteriores, sempre que for necessário a busca por mais informações quando não há dados pontuais o suficiente, produzindo entendimento. Para um bom trabalho de análise, é necessário fazer a avaliação do material coletado se é o suficiente; se é de boa qualidade.

3.5.1. Professoras participantes da pesquisa

Considerando o contexto, bem como a disponibilidade dos professores, a pesquisa foi realizada no próprio ambiente escolar envolvendo professores e segundos professores a fim de conseguir compreender, contemplar e conhecer a realidade em questão vivenciada pelas 2 percepções (professores titulares e segundos professores), sendo no total 6 professores envolvidos.

A investigação ocorreu apenas com professoras, pois a escola possui somente mulheres nos anos iniciais do ensino fundamental. Em 2023, nas turmas de séries iniciais atuaram 12 professoras titulares, sendo 8 turmas no período matutino e 7 turmas no período vespertino. Algumas professoras trabalhavam o período todo e todas as turmas, possuíam segundo professor. Observando que, no contexto de Santa Catarina, há um segundo professor na sala de aula quando existem alunos da Educação Especial. No caso da Escola Estadual Castro Alves, em todas as turmas investigadas havia alunos da Educação Especial, daí a presença de um segundo professor em todas as turmas. Também havia 2 professores bilíngues em 2 dessas turmas. Ao relatar a pesquisa, se fará referência às professoras como: E1, E2, E3, E4, E5, E6, sendo a letra E para caracterizar *entrevista*. As 3 primeiras professoras são titulares e as demais, as 3 últimas mencionadas são segundas professoras. As entrevistas foram realizadas de forma presencial, no próprio turno de trabalho, havendo interferência externa em apenas uma delas, no qual a professora precisou atender seu aluno. As gravações foram registradas via áudio, em concordância com as entrevistadas, que foram convidadas, cada professora participante da pesquisa, a assinarem um documento intitulado: **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE**, documento este, importante para a análise ética do projeto de pesquisa.

Os arquivos de áudio serão destruídos após a defesa da presente dissertação.

A seguir são apresentadas as profissionais que contribuíram com a pesquisa.

A professora E1 é pedagoga e também estudante de mestrado em Memória Social e Bens Culturais e possui carga horária de 40h semanais; A professora E2 é pós-graduada em Neuropsicopedagogia Institucional, possuindo carga horária de 40h semanais; E3 tem licenciatura em História e em Pedagogia e trabalha 40h semanais; E4 é pedagoga, pós-graduada em Educação Infantil, e possui complementação em Educação Especial, trabalhando 40h semanais; E5 é formada em Pedagogia e tem pós-graduação em Educação Especial e Séries Iniciais, trabalha 20h nesta unidade escolar e 20h em outra escola estadual no mesmo município; E6 é pós-graduada em Alfabetização e Letramento e Educação Especial e está fazendo uma especialização em Psicopedagogia, trabalha 40h semanais. Todas as entrevistadas têm 40h semanais de trabalho no estado de SC; todas são formadas e com no mínimo especialização em uma área.

Para a realização das entrevistas, iniciou-se apresentando o objetivo e o porquê desta pesquisa. Posteriormente, foram apresentadas as questões (em anexo), que de maneira aberta, em diálogo, evidenciaram fatos e percepções.

A seguir são examinados elementos presentes na pesquisa em diálogo com os norteadores teóricos que a embasam. A organização dos dados foi feita em duas percepções, à dos professores titulares e dos segundos professores, onde a análise mostra os resultados decorrentes da presente busca.

3.5.2. Os elementos presentes na investigação - Relato das professoras titulares

Como mencionado anteriormente, as entrevistas foram gravadas em áudio, cujos arquivos serão destruídos após a apresentação do resultado final desta pesquisa. Para a redação deste trabalho, os áudios foram transcritos e serão utilizados aqui apenas os trechos que consideramos importantes, de acordo com o tema da pesquisa.

As categorias aqui selecionadas foram elaboradas *a priori*, ou seja, elas emergem não das respostas, mas das perguntas. Cada pergunta feita corresponde uma categoria. Esta opção se deu tendo em vista a necessidade percebida de

direcionar as perguntas a temas específicos, que ajudaram a atender os objetivos da pesquisa.

Nas páginas que se seguem, estão descritas as falas das entrevistadas, titulares e segundas professoras, a partir das categorias pré-selecionadas e, posteriormente, a análise que se fará a partir dos autores estudados durante a realização desta pesquisa.

3.5.2.1 Ensino colaborativo

Esta categoria foi selecionada a partir da pergunta 2, que remete à existência do ensino colaborativo na escola.

Ao relatar sobre o assunto, E1 relata que em uma das suas turmas deste ano, existe colaboração e ajuda, entre as duas professoras atuantes na sala de aula, tanto no fazer o planejamento e na preparação das atividades, quanto na ajuda com os alunos. Tanto a professora titular quanto a segunda professora têm a mesma linguagem e a mesma forma de explicar, de conduzir os momentos como: ida ao banheiro e hora da leitura e, ambas combinam essa organização, que ao seu entendimento, pode ser considerado ensino colaborativo. Percebe-se que há muito tempo não existia essa colaboração entre ela e a segunda professora.

A professora E2, discorrendo em seu diálogo, acredita que estamos longe ainda de alcançar esse tipo de ensino. Para ela, o professor faz o melhor em seu trabalho, mas percebe que ainda é bem individualizado. Ainda não conseguimos ter esses momentos de troca, tanto com a família, ou entre os professores. Poucos são os momentos de troca com a família, onde só chamamos em casos de indisciplina, ou quando a criança está com dificuldade, mas para outros momentos de reunião, não são chamados. Assim, também há a dificuldade de troca com os parceiros da mesma turma, de estar planejando junto ou com o colega da outra turma. Traz ainda que, para a realização de projetos, na correria da escola, também existe essa dificuldade, por mais que se almeja, não acontece, e na correria o trabalho acaba sendo individualmente, sendo que isso seria uma necessidade. Na escola são momentos mínimos que acontecem para o trabalho em conjunto. Complementa, em seu modo de ver, que para o estado parar um dia de aula, não é um ganho, possuindo o estado outros interesses, devendo ser revisto. Nem por trimestre não existe essa parada, sendo que deveria ser ao menos um período, onde pudéssemos sentar e observar as

dificuldades que os alunos têm, e que também dá outra turma tem e o que precisaríamos fazer para superar, buscando ideias e ajuda mútua.

Para E3, não se efetiva bem esse trabalho, do ensino colaborativo. O que se percebe na escola ou entre os professores é uma troca de ideias mas que não vê isso como ensino colaborativo. Em sua visão, se assim fosse, todos teriam que participar juntos, e isso não acontece devido a questão da falta de tempo.

3.5.2.2 Planejamento

Avançou-se então sobre outra questão importante, com relação ao modo como é realizado o planejamento das aulas. E1 descreveu que não consegue realizar o planejamento em conjunto com a segunda professora, pois não existe a hora atividade para os segundos professores. E quando pretendem trabalhar algo diferente, trocam informações pelo *whatsapp*. No período vespertino também não conseguem, pois a segunda professora é única e exclusiva do aluno da educação especial que demanda muita atenção. Também não há nenhum tipo de colaboração entre as duas, mesmo quando o aluno nas primeiras aulas está mais calmo.

E2 comenta que não tem tempo pra parar e planejar, dialogando com a segunda professora, pois na hora atividade existem muitas tarefas para dar conta e não há esse tempo para as duas juntas. O tempo da hora atividade é curto demais. O que a segunda professora faz é adaptar ou simplificar as mesmas atividades.

E3 diz que algumas coisas fazem juntas, outras não. Mas com relação ao planejamento, ela faz e manda para as segundas professoras, que concordam e/ou fazem as devidas adaptações de acordo com as necessidades dos alunos delas.

3.5.2.3 Estratégias e materiais

Dando sequência, ao questionar sobre estratégias, recursos e materiais utilizados, tendo em vista as adaptações didáticas, todas as entrevistadas responderam que são realizadas adaptações de acordo com a necessidade do aluno. E1 comenta que devido ao aluno participar de tantas atividades extraclasse, ele chega cansado na escola, e mesmo com atividades diferenciadas, ele se nega e não demonstra interesse. No outro período, as atividades são muito ilustrativas e há troca entre as professoras para combinar as atividades.

Para E2, as atividades que são adaptadas ajudam muito, porque senão o aluno “estaria ali perdido”. Vê como uma maneira de incluir e afirma que, se não fossem por essas atividades, ele não conseguiria acompanhar os demais. É uma maneira de interagir, se comunicar com a criança e fazer com que ela aprenda.

A professora seguinte, E3, falou que utilizam atividades um pouco mais facilitadas, mas que não necessitam de tantas adaptações diferenciadas. As adaptações são, às vezes, apenas as formas de registro das avaliações ou a forma de apresentar o conteúdo para o estudante e a forma de expressão desse estudante é que é diferente.

3.5.2.4 Diagnóstico de deficiência

Quando buscadas informações sobre o diagnóstico de deficiência, sobre ter acesso e o estudar com antecedência, E1 diz que tem acesso quando vai atrás. Assim que recebe um aluno, procura conhecê-lo olhando seu diagnóstico. Ela, como professora titular, entende a necessidade de também ficar por dentro, pois às vezes o segundo professor não tem experiência em sala de aula. Além disso, ela conversa com os professores anteriores desse aluno para saber quais práticas deram certo.

E2 diz que tem acesso ao diagnóstico, mas não o estuda com antecedência. Primeiro conhece o aluno na sala e, junto com a segunda professora, vai tentando entender o que esse aluno tem, para conferir o laudo depois.

Sobre o diagnóstico de deficiência, sobre ter acesso e o estudar com antecedência, a E3 diz que não tem acesso ao diagnóstico antes; quando vê, o aluno já está na sala de aula. Afirma que em casos isolados, se for atrás ou se houver necessidade, esse laudo é mostrado. Todas concordam que obter esse acesso ao diagnóstico é muito importante, pois haverá mais informações sobre o aluno e saberão de onde partir e como lidar com ele.

3.5.2.5 Necessidade do ensino colaborativo

Ao perguntar para as entrevistadas se elas consideram o ensino colaborativo necessário, bem como quais as dificuldades que encontram para que haja ensino colaborativo, todas as entrevistadas responderam que sim. E1 considera que o ensino colaborativo é muito importante, ainda mais para o Estado de Santa Catarina, que tem

o segundo professor previsto em lei, pois quem está na sala de aula como segundo professor não é um auxiliar, mas um professor especializado na educação especial, que junto com o professor titular são dois profissionais que precisam se ajudar para o sucesso da turma.

E2 diz que é muito importante, e que se não tivesse a segunda professora hoje na sala, seria muito difícil dar conta da alfabetização, considerando que hoje, os alunos são muito dependentes. Para ela, o perfil dos alunos mudou assim como seus interesses, agitação e, percebe-se que o interesse deles pela escrita hoje é mínimo devido talvez a tecnologia, pois demoram para memorizar e têm dificuldades com a disciplina. Os pais também mudaram, estão sempre correndo e não tem tempo para os filhos e tudo isso atrapalha.

Para a E3, é necessário. Vê a importância de um professor passar para o outro aquilo que trabalhou durante o ano, e se não der pra fazer esse trabalho no final do ano, é importante realizar no início do ano letivo, sendo uma forma de colaboração, e estar sempre comprometida com o tempo curto.

3.5.2.6 Dificuldades para colocar em prática

Sobre as dificuldades para se colocar o ensino colaborativo em prática, aparece principalmente a falta de tempo para planejamento em conjunto. Para E1, deveria existir a hora atividade que garantisse esse planejamento em conjunto. Devido às circunstâncias (falta de professores) e nem para as professoras titulares isso é garantido. Há também a questão das aulas serem de 45 min e nunca é esse o tempo para planejamento, sendo janelas no meio, o que também atrapalha. Então precisaria existir a hora atividade com o segundo professor, para poder planejar e definir estratégias, porque a turma está com dificuldade, e a gente sabe quais são as dificuldades, mas às vezes a professora sozinha não vê a solução. Se houver ensino colaborativo, são duas cabeças pensando juntas para definir que estratégias serão usadas. Às vezes, o colega que você tem ali trabalha em outras escolas, e pode trazer estratégias diferentes. Para as E2, e E3 a dificuldade é a falta de tempo para o planejamento.

3.5.3. Os elementos presentes na investigação - Relato das segundas professoras

Neste tópico, abordamos as falas das segundas professoras. São adotadas as mesmas categorias destacadas nas falas das professoras titulares, pois elas foram selecionadas *a priori*.

O modelo utilizado para destacar as ideias presentes nas falas é o mesmo utilizado com as professoras titulares.

3.5.3.1 Ensino colaborativo

A professora E4, após diálogo inicial sobre o significado do que é o ensino colaborativo, diz que, dentro da sua sala de aula funciona perfeitamente. Percebe que, na escola, alguns professores possuem algumas resistências para estarem contribuindo com o colega, existindo falta de compreensão e de colaboração.

Para E5, existe o ensino colaborativo, visto como uma participação de todos os professores no processo pedagógico. Afirma que existe interação na escola no geral, onde destaca o dia da família como um exemplo.

A E6 vê a escola como um grupo que se ajuda e vê que tudo é interdisciplinar. Afirma existir troca de atividades e conhecimentos entre as turmas. Vê que a maior dificuldade hoje, para ela, é a questão da família dos alunos. A escola acaba se responsabilizando por questões que não seriam exclusivamente suas.

3.5.3.2 Planejamento

Sobre a forma de planejamento, E4 diz que acontece no dia a dia. A professora titular passa seu planejamento e são feitas as adaptações necessárias, mas logo comenta também que os segundos professores não possuem tempo para planejar junto e não têm hora atividade.

E5 coloca que está tendo uma interação muito boa com a professora titular, que estão trabalhando juntas. O que a professora titular passa para os alunos, ela passa o conteúdo para a segunda professora que está conseguindo passar para as alunas, existindo troca entre elas.

A E6 diz que é inviável planejarem juntas. A professora titular passa o planejamento anual e dentro deste, a segunda professora faz também o seu. Trocam

os planejamentos, mas nunca em conjunto. E que muitas das atividades não tem concordância, sendo muito diferentes, enfatizando contrates.

3.5.3.3 Estratégias e materiais

Ao perguntar sobre estratégias, recursos e materiais utilizados, tendo em vista as adaptações didáticas, as professoras falaram que utilizam atividades como xerox, materiais concretos, recortes ou atividade de grupo, dependendo das necessidades apresentadas pelos alunos.

3.5.3.4 Diagnóstico de deficiência

Sobre ter acesso e estudar o diagnóstico com antecedência, E4 afirmou ter acesso. Muitas vezes se surpreende com reações diferentes entre cada um dos alunos da educação especial. E5 diz que assim que chegam os seus alunos, obtém acesso aos diagnósticos e é orientada. E6 também afirma ter acesso já no início do ano letivo, na reunião pedagógica com a orientadora, que já passa os laudos e as avaliações anteriores das outras professoras. Expõe que ter acesso ao diagnóstico antecipadamente é muito importante para conseguir conhecer melhor o aluno.

3.5.3.5 Sobre a necessidade de existir o ensino colaborativo

E4 considera importantíssimo as duas professoras trabalharem em colaboração, e vê isso como um complemento à ação pedagógica; para ela, uma complementa a outra. A professora E5 diz que com certeza é muito importante existir o ensino colaborativo. Para a E6 faz-se necessário, mas, as complementa dizendo que a realidade do aluno da educação especial e dos demais alunos é bem diferente e que às vezes há uma distância entre os professores e o aluno da educação especial por não saberem lidar com aquele aluno, não se comunicando com estes e sim, desviando a atenção para a segunda professora, ao invés de atender o aluno.

3.5.3.6 Dificuldades para efetivar a prática

Todas as segundas professoras falam sobre a falta de um horário para sentarem-se e planejarem com a professora titular, tirarem as dúvidas sobre o planejamento, saberem o que fazer naquela semana, adequarem o planejamento e tirarem dúvidas sobre a comunicação com o aluno. “Às vezes, quando o aluno da educação especial não veio, há a vontade de ajudar na sala, mas por essa falta de comunicação, acaba-se não tendo muita intimidade. Às vezes ela precisaria de mim pra fazer uma atividade, e ela não tem essa intimidade. Parecem dois mundos separados.” (Entrevistada 6), e coloca que, em seu entendimento, não pode ser assim.

3.5.4. *A análise da pesquisa*

A partir daqui se desenvolve a análise da pesquisa. São retomadas as ideias das entrevistadas à luz dos autores pesquisados. Optou-se por não fazer aqui a subdivisão em categorias, conforme a perspectiva de Minayo (2007), pois estas já estão explicitadas no item anterior, que faz uma síntese das falas das entrevistadas. Contudo, essas categorias estão implícitas no texto.

Pode-se perceber e retomar algumas questões sobre o significado daquilo que corresponde ao ensino colaborativo. Segundo Capellini e Zerbato (2019), que fornecem suporte teórico sobre este tema, no ensino colaborativo não existe um modelo único de organização do ensino, depende do contexto escolar, do entrosamento dos dois professores, das características da turma, do tempo disponível e recursos para o trabalho em conjunto. Os dois professores sempre escolherão a melhor forma de se trabalhar unidos, podendo ser reavaliado a sua configuração conforme os objetivos que procuram atingir. O ensino colaborativo, assim, não é uma modalidade de ensino, mas um conjunto de caracterizações do fazer pedagógico.

As autoras referidas, escolhem diferentes modos de organização do ensino colaborativo. Segundo elas, existem diferentes modelos pelos quais o ensino colaborativo pode ser organizado, porém é necessária atenção. Existem diferentes modelos de ensino colaborativo: Um modelo pode ser descrito assim: um assume a condução da turma e o outro observa, sendo que um tem o papel mais ativo, mas ambos estão atentos ao que acontece na sala de aula, mesmo estando como auxiliar. Outro modelo é o de um professor que assume a liderança do ensino e o outro

assistente, assumindo um papel de apoio, onde circula em pequenos grupos oferecendo ajuda quando o professor regente assim o solicitar.

Existem também as estações de ensino, onde se busca vários cantinhos dentro da sala de aula com focos diferentes, mas que também se interrelacionam. Aqui, cada professor é responsável por um grupo e os alunos são deslocados em cantinhos e oferecidas tarefas diferenciadas conforme o potencial de cada um. Há ainda o ensino paralelo, onde se divide a turma ao meio e cada professor tem a responsabilidade de ensinar um grupo. Aqui, apesar de divididos, o planejamento é o mesmo e também são as mesmas atividades. Há também o ensino alternativo, usado quando existe um pequeno grupo de alunos que precisam de revisão, ou atividades suplementares. Um professor assume o comando com a instrução do maior grupo e o outro é responsável por ensinar aquele pequeno grupo, com conteúdos mais específicos, variando também o grupo de alunos, assim como os professores responsáveis por cada grupo.

E, há a equipe de ensino, que é o objetivo final do ensino colaborativo, onde os dois professores trabalham duplamente e se responsabilizam pelo ensino e tem a responsabilidade educacional de todo o grupo. Juntos os professores são vistos no planejamento e na realização da instrução. “Dizemos que em um time de Ensino Colaborativo, os dois professores se encontram tão sincronizados com os objetivos da turma que um olhar é suficiente na comunicação entre eles” (Capellini, Zerbato, 2019, p. 46).

Existe também a consultoria colaborativa, trazida pelas autoras, em que profissionais de outras áreas como fonoaudiólogos, psicólogos, terapeutas ocupacionais e fisioterapeutas, trabalham com a escola em parceria com o professor, e com a família, na busca de soluções aos possíveis problemas que impedem a aprendizagem do estudante da educação especial, trazendo benefício a todos os envolvidos. Ao professor, aliviando a sensação de que o ensino não depende somente de uma profissão isolada; aos pais novas formas de conduta com seus filhos. A equipe de consultoria colaborativa poderá também elaborar recursos a serem utilizados também na residência do próprio estudante com deficiência, para que consiga realizar suas atividades escolares e também do cotidiano.

Ao falar sobre ensino colaborativo, as autoras Capellini; Zerbato, 2019, nos trazem algumas questões como: colaboração não é o mesmo que inclusão; amizade não é pré-requisito para a colaboração; colaboração também não é algo que se obtém

rapidamente ou de forma fácil. A participação deve ser voluntária e promover o envolvimento dos profissionais.

Em análise, segundo conceituação de Bardin *apud* Minayo (2007, p. 85) sobre análise de avaliação ou análise representacional, as entrevistadas estiveram predispostas em suas atitudes e falas conforme seus conhecimentos e percepções acerca do assunto. Na análise de expressão, a princípio, apresentaram-se de forma mais conceitual, ao falarem sobre o ensino colaborativo. Depois, houve maior exploração do assunto onde se pode perceber maior abertura e confiança para contribuir com a pesquisa. Com relação a análise de enunciação, levamos em conta que as perguntas foram conduzidas de forma aberta, existindo comunicação entre o processo da coleta de dados. Evitou-se constranger colegas profissionais, mesmo às vezes, não concordando tanto com tais atitudes comunicadas.

Com relação a análise temática, a partir dos elementos apresentados, foi possível perceber que há maneiras diferentes de compreender o que é o ensino colaborativo e que para as entrevistadas existe colaboração tanto na escola como na sala de aula.

Conforme se conduzia a conversa, era possível perceber que poderia haver em alguns casos uma tentativa de ensino colaborativo propriamente dita na busca pela parceria. A E1 coloca que, em uma das suas turmas deste ano, existe colaboração. Aqui, com essa fala e notoriamente no momento da entrevista, a professora demonstra em seu entendimento, a possibilidade de existir o ensino colaborativo em pelo menos uma das suas turmas. Ela explica como é atuante o trabalho da segunda professora juntamente com ela em sala de aula. Fala da ajuda que existe entre as duas professoras no realizar o planejamento, preparar as atividades, e com os alunos. Para ela, as duas têm a mesma linguagem, a mesma forma de explicar, de conduzir os momentos como: ida ao banheiro, hora da leitura; combinando as duas. Essa organização, que ao seu entendimento, é ensino colaborativo. “Eu não sou a única professora deles, nós duas somos as professoras da turma”; “(...) está tudo organizado assim; não está centrado em mim, mas nas duas” (Entrevistada 1). Percebe-se que há muito tempo não existia essa colaboração entre ela e a segunda professora. Em seu entendimento, não deveria ter um professor único e central, mas que deveria ser assim, os dois trabalhando juntos. A professora demonstra compreender o que é ensino colaborativo e tenta colocar em prática juntamente com a segunda professora e, essa maneira de trabalho prova que há entendimento entre

as duas. Para que haja sucesso no ensino colaborativo e o desenvolvimento de parceria, é necessário existir confiança e comunicação em grupo para juntas resolverem problemas e conflitos. Compreendemos em sua fala que há parceria, confiança para o trabalho em sala de aula. A entrevistada E1 demonstra nessa primeira questão, compreensão um modo mais visível sobre o ensino colaborativo e uma tentativa de colocá-lo em prática. Há uma troca entre as colegas e a não centralização das informações em uma única pessoa.

A entrevistada E2, acredita que o trabalho ainda é longo para alcançar esse tipo de ensino. Que apesar de todo empenho realizado pelos professores, onde fazem o seu melhor, ainda é um trabalho individualizado. Não há esses momentos de troca com a família ou com os professores e comenta que poucos são esses momentos. Evidencia que a família é chamada, mesmo em casos de indisciplina, ou quando o aluno está com dificuldades, mas que para outros momentos de troca não são chamados. Destaca também sobre a dificuldade de troca que existe entre os colegas, parceiros de turma ou de outra turma e da dificuldade de estar planejando junto. “Na correria, a gente acaba fazendo o que dá, individualmente” (Entrevistada 2). Para ela, o trabalho ainda é muito individualizado, não existindo tempo de troca entre os professores e nem com a família. Vendo o ensino colaborativo como algo que ainda não foi alcançado, onde a família e a escola deveriam caminhar juntas, bem como os professores entre uma série e outra, trocarem mais informações. Em sua sala de aula, há a ajuda da segunda professora, mas muita coisa existindo individualmente.

De acordo com Halbwachs (1990), para a construção da memória há a condição do significado dos grupos. Uma rememoração depende da presença ou ausência dos que constituem como grupo de referência. Sendo este, o grupo que o indivíduo se identificou e fez parte, estando presente pela possibilidade de tomada dos modos de pensar e experiências próprias daquele grupo.

A E3, diz o seguinte:

Eu acho que, no meu ponto de vista, não se efetiva bem esse trabalho do ensino colaborativo. Eu vejo uma troca de ideias, mas não vejo isso como um estudo colaborativo, porque se fosse colaborativo, todos teriam que participar junto e a gente não participa. Todo mundo junto e até por causa da questão do tempo e a gente não tem (Entrevistada 3).

Para a E3, não se efetiva na escola esse modo de ensino.

A E4, quando dialogado sobre o significado do que é o ensino colaborativo, pôde dizer que dentro da sua sala de aula, o ensino colaborativo acontece, mas

percebe que na escola há resistência de alguns professores para estarem contribuindo e colaborando com o colega. Para a E4, ensino colaborativo é sinônimo de ajuda entre os colegas.

A E5 corrobora, “Sim, eu acho que tem uma interação na escola. Não todos, no geral, por exemplo o dia da família na escola, já é ensino colaborativo. Acho que a interação tem, entre os professores, diretores(...)” (Entrevistada 5). Para ela existe o ensino colaborativo, que é visto como uma participação de todos os professores e que existe interação na escola no geral, onde destaca o dia da família.

O Dia da Família, que já faz parte da rotina escolar de todos os anos, é um dia de confraternizar e incentiva essa proposta, beneficiando a criança que está crescendo, sendo a família a sua base de constituição, costumando ser o primeiro grupo social no qual o indivíduo se reconhece, vive suas limitações e que o acompanha por toda a vida. É na família que se aprende a conviver com as diferenças, a compartilhar e respeitar a individualidade. Mesmo depois de algum tempo não estando mais juntos, ficam as memórias e o aprendizado. Para Halbwachs (1993), é na sociedade que o ser humano relembra e se reconhece, ilustrando a importância das relações entre os indivíduos, para que se tornem cidadãos plenos.

A E6 reconhece a escola como um grupo que se ajuda e trabalha interdisciplinarmente. Para ela existe troca de atividades e conhecimentos entre as séries, mas a maior dificuldade hoje é a questão da família dos alunos, onde a escola acaba se responsabilizando por outras questões que deveriam ser familiares. Para Halbwachs(1993), a memória existe dentro do contexto social vivido pelo indivíduo. Nossas lembranças, por mais que pareçam ser unicamente carregadas de sentimentos e individuais, são produzidas socialmente. A existência das relações sociais vividas no grupo traz vitalidade às imagens, podendo se tornar uma lembrança viva. Então, assim, a lembrança constitui-se a partir do coletivo inserida num contexto social. A lembrança é um processo coletivo e necessita de uma comunidade afetiva. Pessoas entretidas em suas relações grupais.

Sobre o ponto de vista da (E6), em relação ao ensino colaborativo, vemos contradição com algumas respostas das entrevistadas anteriores quando traz a questão da troca de conhecimentos, atividades e ajuda entre as séries, quando as demais entrevistadas relataram a grande dificuldade de tempo para troca.

Sobre o planejamento, a E1 afirma que não consegue realizar o planejamento em conjunto com a segunda professora, pois para estes professores não há a hora

atividade, o que dificulta muito. E quando pretendem trabalhar algo diferente, trocam informações pelo *whatsapp*. No outro período em que dá aula, também não conseguem planejar juntas devido ao aluno da educação especial que demanda muita atenção da segunda professora. Ressalta que não há nenhum tipo de colaboração entre as duas, mesmo quando o aluno se encontra mais calmo. E, se acaso os professores não conseguirem ter essa aproximação, tendo um nível mais elevado de colaboração, será difícil o trabalho em conjunto, onde precisará mudar estratégias de ensino dentro da sala.

A E2 ressalta sobre as inúmeras tarefas a serem realizadas no momento da hora atividade, não existindo esse tempo para as duas juntas, por ser um tempo curto. A segunda professora então, adapta ou simplifica as mesmas atividades. Existem modelos em que geralmente acontece no início do trabalho colaborativo, isso quando o planejamento comum ainda não é existente, que traz a denominação de estágio inicial, quando está se conhecendo o contexto e também há a aproximação dos dois professores. Em seu relato, percebe-se que, no período matutino, existe essa aproximação e auxílio constante da segunda professora com todos os alunos. Seguindo, traz que com a aluna do período vespertino, o planejamento é totalmente diferente, porque a aluna não acompanha. “A dificuldade é muito maior e, eu nem sei, ela faz o dela e eu faço o meu. É bem distante” (Entrevistada 2).

A E3, com relação ao planejamento, “Eu faço o planejamento e mando pra elas. Elas concordam e fazem as devidas adaptações de acordo com as necessidades dos alunos delas” (Entrevistada 3). Aqui percebemos uma distância da professora titular até com o aluno da educação especial, onde cada uma planeja e cuida dos seus respectivos alunos.

Em sequência, a E4 diz que o planejamento acontece no dia a dia. Que a professora titular passa o planejamento dela, e são feitas as adaptações necessárias. E, com relação ainda ao planejamento, destaca: “Nós não temos tempo para isso. Eu não tenho hora atividade. Planejar junto não” (Entrevistada 4).

Para a E5 está tendo uma interação muito boa entre ela e a professora titular que trabalham juntas. “Ela me passa o conteúdo, e eu estou conseguindo passar para as minhas alunas. Está tendo uma troca bem legal assim” (Entrevistada 5).

A E6 fala da grande dificuldade sobre o planejamento em conjunto, comentando ser inviável.

Ela passa para mim o planejamento anual, e dentro do anual dela eu vou fazendo o meu. Então a gente troca os planejamentos, mas nunca em conjunto. Ela envia o dela pra mim e eu envio o meu pra ela. Mas muitas atividades que a gente faz não tem concordância e a minha é muito diferente da dela, destoa muito, por falta de tempo mesmo, de sentar junto e fazer o planejamento amarradinho (Entrevistada 6).

Ao falarem sobre planejamento, unanimemente a resposta foi de que cada uma das professoras possui o seu planejamento, não sendo realizado em conjunto. Não possuem um tempo para planejarem juntas e é no dia a dia, conforme a necessidade das aulas, que vai existindo a colaboração entre as duas professoras. Em todos os casos, quem faz o planejamento é a professora titular, que repassa para as segundas professoras fazerem as adaptações que julgarem necessárias.

Em todas as entrevistas, foi destacado a falta de tempo para planejarem juntas, pois as segundas professoras não possuem hora atividade, também devido a muitas outras tarefas que demandam tempo como: arrumar um painel, atender um familiar, preencher algum laudo, quando não surgem outros imprevistos.

Entendendo que a educação dos indivíduos PAEE (Público Alvo da Educação Especial) não pode recair apenas sobre a responsabilidade de um profissional, quer seja o professor de Educação Especial, ou somente o professor de ensino comum, e considerando que não é possível um único profissional dar conta de saber sobre todas as metodologias para atendimento das especificidades de cada estudante, verifica-se que o trabalho em parceria pode ser um caminho muito valioso para favorecimento do aprendizado aos estudantes (Capellini; Zerbato, 2019, p. 34).

Para que haja ensino colaborativo, uma das questões mais importantes é o planejamento em conjunto; é pensar em todos os alunos da classe e oferecer estratégias para o alcance dos objetivos. É somar e dividir tarefas, trazendo conforto para ambos os professores.

Com relação às estratégias, recursos e materiais utilizados, tendo em vista as adaptações didáticas, todas as entrevistadas responderam que são realizadas adaptações de acordo com a necessidade do aluno. A E1 traz que o aluno da educação especial não demonstra interesse pelas atividades, mesmo aquelas adaptadas, devido ao seu cansaço.

Tem atividade adaptada pra ele, mas o que acontece é que ele vem no SAED, ele tem terapia, tem aula de música, ele tem fono, então chega a tarde e ele está super cansado. É um momento que a gente não consegue ter concentração com ele. Na primeira, na segunda aula até vai, mas depois ele corre, grita, é complicado, faz o auê geral! Ele não falta e no final do dia não é fácil. Não sei como eles conseguem ter algum desenvolvimento. Alí é só o professor titular. Em nenhum momento dá para planejar junto, infelizmente (Entrevistada 1).

No período matutino existe troca constante entre as professoras a fim de combinarem as atividades. Para a E2, as atividades que são adaptadas são muito importantes e também é uma maneira de incluir e conseguir acompanhar os colegas. Para ela, as adaptações são uma maneira de interagir, se comunicar com a criança e fazer com que ela aprenda. Conceituam-se aqui, diante das práticas identificadas no meio escolar pelas autoras Capelini e Zerbato (2019), como sendo atividades adaptadas, que são desenvolvidas quando há o trabalho em conjunto do professor da educação especial. As estratégias e adaptações de maior ou menor afastamento do currículo dependerão das especificidades.

A E3, relatou sobre a utilização de atividades um pouco mais facilitadas, sem tantas diferenciações. “Praticamente elas usam o mesmo material que eu uso, só que de uma forma mais reforçada, com mais reforço de atividades, mas o material didático é praticamente o mesmo, não vejo diferença delas usarem, até porque os alunos não têm a necessidade de tanta adaptação” (Entrevistada 3).

A demais professoras entrevistadas: E4, E5 e E6, utilizam atividades como xerox, materiais concretos, recortes ou atividade de grupo, dependendo das necessidades apresentadas pelos alunos.

No ensino colaborativo, embasado na conduta social da deficiência, subentende-se que a escola se modifica para atender o aluno e não devendo ser o oposto. Baseado na abordagem social, o estudante precisa interagir e aprender com os demais, contribuindo intensamente com o seu processo de formação. Se isto não ocorrer, ou seja, se não corresponder à demanda do aluno, não irá adiantar aumentar sua carga horária na escola, pois esse modelo de trabalho busca proclamar a qualidade do ensino em classe.

Nota-se então que, dependendo do grau de necessidade, são utilizados muitos recursos diferenciados para que o aluno consiga muitas vezes adaptar-se ao meio e dali possa haver algum desenvolvimento. Existem outros casos onde a utilização de recursos é menor, servindo como uma forma de facilitar a compreensão do aluno, como a utilização de atividades adaptadas impressas.

Sobre ter acesso ao diagnóstico de deficiência, e o estudar com antecedência, a E1 relata ter acesso quando vai atrás do laudo do aluno assim que ele chega, procurando conhecê-lo melhor. Compreende a necessidade de também ficar por dentro e de conhecer melhor o aluno da educação especial devido às vezes o segundo professor não ter essa experiência. Procura também conversar com os professores

anteriores desse aluno e saber quais práticas funcionam. A E2 diz ter acesso ao diagnóstico mas não o estuda com antecedência. Primeiro atende o aluno na sala, e ela, juntamente com a segunda professora vão tentando entender o que esse aluno tem, e o laudo depois.

A E3 diz que não tem acesso ao diagnóstico antes. “Se eu ir atrás eu tenho, se não, eu não tenho isso. Só se acontecer alguma coisa, algum fato com esse aluno, que eu vá até a orientação, aí que é puxado esse laudo e é nos mostrado” (Entrevistada 3).

Em resumo, concordam que obter esse acesso ao diagnóstico é muito importante para saber de onde partir com o aluno, conhecendo-o melhor.

A E4 tem o acesso e muitas vezes se surpreende com reações diferentes entre cada um dos alunos da educação especial. Que no convívio se vê as diferenças existentes. “Às vezes, tendo as deficiências, iguais ou parecidas, mas têm reações diferentes. Então cada um é um aprendizado” (Entrevistada 4). A E5 possui acesso ao diagnóstico e também assim que chegaram os seus alunos, foi orientada. “Sim, quando eu peguei os meus três alunos (...) me repassaram o parecer dos três, me explicaram tudo certinho” (Entrevistada 5). A E6 também afirma ter acesso já no início do ano letivo, onde são passados os laudos bem como as avaliações anteriores correspondentes àquela criança. “No primeiro dia de aula, na primeira semana, a gente tem reunião pedagógica com a nossa orientadora e ela nos passa os laudos, passa as avaliações anteriores das outras professoras” (Entrevistada 6).

Lembramos aqui dos quadros sociais trazidos por Halbwachs (1990). Os quadros sociais remetem à vida em sociedade, trazidos por ele, consistentes na própria vida em sociedade e a experiência humana com relação à linguagem, ao tempo vivido e ao seu meio. Obter antecipadamente o acesso ao diagnóstico de deficiência, trará conhecimento básico sobre o aluno que chega até nós. Sendo possível, a partir deste, conhecer as ferramentas de acesso a esta criança.

Assim, compreende-se em parte, Halbwachs (1990), a comunidade afetiva atualiza e traz uma identificação com o grupo no passado, retoma costumes e o modo de pensar como parte do grupo. Esse apego à uma comunidade afetiva é o que dá solidez às lembranças. O desapego causa esquecimento; não existindo lembrança. Para Halbwachs (1990), a lembrança é uma reconstrução localizada num tempo e num espaço. As lembranças retomam relações sociais construídas com um fundamento comum. Conhecer o diagnóstico da criança é também buscar

compreender o seu contexto social. Para Halbwachs (1990), os grupos permitem, num quadro de referência espaço temporal, a localização da lembrança. A memória reconhece e reconstrói, atualizando os quadros sociais trazidos pelas lembranças.

A importância de conhecer a criança, a melhor forma de comunicá-la; de saber como ela interage com seus pares; o que a motiva/traz significado, para que possamos proporcionar o aprendizado de forma mais assertiva. É importante saber de imediato se esta criança possui os seus sentidos bem desenvolvidos, sendo base para o seu aprendizado. “Tudo o que afeta nossos sentidos é reelaborado e pode ser transformado em aprendizagem e, posteriormente, em memórias” (Brandão, 2017, p. 17).

Compreendendo assim, vê-se que todas as segundas professoras têm o acesso ao diagnóstico de deficiência com facilidade. As professoras titulares só tem esse acesso se forem atrás e pesquisarem sobre o desempenho do aluno. Aqui, também podemos ver falhas quando se fala em ensino colaborativo quando estes laudos também não chegam até os professores titulares. Pensar no desenvolvimento do aluno, no seu aprendizado, requer conhecê-lo para assim buscar estratégias e recursos cabíveis para o seu entendimento e comunicação/forma de interagir com os professores e colegas.

Nesse sentido, a Proposta Curricular de Santa Catarina atualizada assume a diversidade como característica da espécie humana que constrói suas experiências de vida históricas e culturais de modo genuíno, cujos sujeitos históricos são únicos em suas personalidades e são também diversos em suas formas de perceber o mundo (Política de Educação Especial, 2018, p. 23).

Sobre considerar importante ter esse acesso e o estudar com antecedência, todas as professoras foram unânimes em dizer que é muito importante para que se conheça o aluno, podendo ajudá-lo e para buscar mais informações a respeito quando ainda não se conhece sobre aquela deficiência, sendo muito importante também para saber como lidar com aquele aluno. Sendo assim, há essa necessidade por parte de todos os envolvidos, pois, para que haja desenvolvimento, é necessário saber como se dá o processo ensino/aprendizagem naquela criança, tornando-se muito importante o contato com o laudo antecipadamente.

Dando sequência, no relato das demais perguntas, as entrevistadas consideram o ensino colaborativo necessário, e muito importante, A E1 destaca:

Ainda mais nós, Santa Catarina, que temos quase em todas as salas um segundo professor, nós não temos um auxiliar, nós temos um segundo professor numa turma. O que está acontecendo que eles não estão

aprendendo? Alguma parte dali está fragilizada. A gente precisa de colaboração. Somos dois profissionais, a gente tem que se ajudar, e é para o sucesso da turma (Entrevistada 1).

A E2 narra que é muito importante e que se não tivesse a segunda professora hoje na sala, seria muito difícil dar conta da alfabetização, considerando que hoje, os alunos são muito dependentes.

Mudou o perfil de aluno, o interesse deles, a agitação, essa inquietação que eles têm. Eu acredito que pelas telas, eles não têm foco, eles demoram pra memorizar, o interesse deles pela escrita é mínimo, e tudo isso atrapalha. A indisciplina, os pais estão perdendo..., essa questão daí reflete na gente, e eu acho que tudo isso faz dificultar (Entrevistada 2).

A E3, considera necessário um professor passar para o outro àquilo que trabalhou durante o ano. Sendo assim uma forma de colaboração. “Eu já trabalhei em escola que eu recebi o planejamento do professor do ano anterior, marcado com os conteúdos que não tinham sido trabalhados, e eu acho que isso já é uma forma de colaboração, já que a gente não tem esse tempo todo pra sentar e conversar junto” (Entrevistada 3).

A E4 considera importantíssimo as duas professoras trabalharem nessa colaboração uma da outra, vendo como um complemento; para ela, uma complementa a outra. A professora E5 diz que com certeza é muito importante existir o ensino colaborativo. Para a E6 faz-se necessário, mas compreende e complementa dizendo que a realidade do aluno da educação especial e dos demais alunos é bem diferente. Que às vezes há uma distância entre os professores e o aluno da educação especial por não saberem lidar com aquele aluno, não comunicando com estes e sim, desviando a atenção para a segunda professora, ao invés de atender o aluno.

“Os coprofeores devem estar firmemente comprometidos com a ideia de que todos são “nossos alunos” e não “os meus e/ou os seus estudantes” (Capellini & Zerbato, 2019, p. 39). Essa heterogeneidade é existente e podem ser diminuídas as barreiras quando de fato dividirem-se as responsabilidades de ensinar, entre erros e acertos, em prol de um mesmo objetivo, que é oportunizar aprendizagem e o acesso ao currículo por todos os alunos.

Em sucessão, as entrevistadas relataram sobre as dificuldades para se colocar o ensino colaborativo em prática, como a falta de tempo para planejamento em conjunto. Para a E1, deveria existir a hora atividade que garanta esse planejamento em conjunto. Necessitando existir a hora atividade com o segundo professor, para poderem planejar e definir estratégias,

Porque a turma está com dificuldade, e a gente sabe quais são as dificuldades, mas o que eu posso fazer e às vezes eu sozinha não vejo a solução. Mas ali com o colega, a gente ali discutindo e vai haver solução. São duas cabeças pensando junto. E às vezes o colega trabalha em outras escolas, que pode trazer estratégias diferentes. Precisamos de hora atividade (Entrevistada 1).

As E2, e E3 relatam que a dificuldade é a falta de tempo para planejamento.

As E4, E5 e E6 falam também sobre a falta de troca, de existir um horário para sentar com a professora titular,

Eu acho que falta essa troca, falta horário específico pra gente sentar, tirar as dificuldades. Ou às vezes o meu aluno não veio; eu tenho essa vontade de ajudar na sala, mas às vezes a gente fica assim, por essa falta de comunicação acaba não tendo muita intimidade. As vezes ela precisaria de mim pra fazer uma atividade, e ela não tem essa intimidade; parece dois mundos separados e, não pode (Entrevistada 6).

Percebemos assim o quanto causa incômodo e distanciamento quando não há planejamento. Todos vêem essa necessidade, porém devido a configuração ou estruturação das aulas, ocorrem tantas dificuldades.

Sobre sua contribuição, as entrevistadas apontaram que com o ensino colaborativo, faria toda a diferença, que talvez não houvesse essa defasagem tão grande na aprendizagem; diminuiria a distância entre professores e alunos, conseguindo atender mais alunos, não existiria tantas lacunas no processo ensino/aprendizagem; geraria confiança entre os dois profissionais e assim uma maior contribuição, colaboração entre ambos, sendo muito importante para a formação das crianças. A E6, acrescenta que, uma sala colaborativa que anda junto e engrena junto só tende a melhorar. Traz a ideia de que quando o aluno da educação especial estivesse meio agitado, seria importante existir um lugar isolado para a professora levar ele, até ele se acalmar e voltar para sala, porque acaba atrapalhando no desempenho daquela aula. E, as crianças vão prestar mais atenção na estereotipia, no grito, no barulho, no choro que na professora. Então, seria muito bom se existisse esse preparo. Todas concordam que o ensino colaborativo é necessário, e que deve ser estruturado de forma diferente para que tenham tempo em comum. Mas, vê-se ainda que os alunos da educação especial são mais atendidos pelas professoras da educação especial sendo seu principal foco. Enquanto o foco principal das professoras titulares são os outros alunos.

4 PRODUTO FINAL

O resultado apresentado surge como o Produto Final, em conformidade com as exigências do Mestrado Profissional em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle (UNILASALLE).

A construção de um e-book está ligada a um bem de necessidade coletiva, com o objetivo de aprimorar esse bem que é a educação. Visa, por conseguinte, sistematizar a produção de conhecimentos e habilidades do coletivo, constatando e respondendo a algumas demandas sociais observadas.

O produto final é um e-book, livro autoral, com o número de páginas ainda não definido, explanadas de forma visualmente atrativas com alguns links de acesso a hipertextos agregando mais informações. Para chamar a atenção do leitor, apostou-se numa boa imagem de capa que reflete o conteúdo do livro e uma contracapa contendo um resumo do mesmo com foto da autora e uma pequena biografia. Nas suas páginas privilegiou-se aspectos que trazem uma boa leitura: diferenciação dos títulos nos capítulos; uma fonte de fácil leitura; nos textos tem uma introdução sobre o tema proposto, envolvendo o leitor a buscar mais informações a respeito do assunto; no desenvolvimento das ideias, uma linguagem clara e objetiva que busca o engajamento do leitor, proporcionando uma aproximação do conteúdo com a descrição de algum fato real, uma história sobre alguma experiência vivenciada.

A organização dos dados é feita a partir do referencial teórico e resultado da pesquisa de Mestrado realizada com professores evidenciando os fatos.

Através da leitura poder-se-á visualizar o quanto o ensino colaborativo pode enriquecer nossa prática pedagógica. Ao aprofundar-se no tema, conscientiza-se de que duas pessoas planejando juntas para o mesmo grupo de alunos (mesma sala de aula) as ideias são somativas e os ganhos são muitos. Ao conhecer o produto, podemos ver o quanto o trabalho em conjunto pode ser enriquecedor.

Ao pensar no ensino, em sua estrutura hoje vivenciada em sala de aula e no processo ensino aprendizagem, percebemos que precisamos de mudança. A escolha do produto vem como uma forma facilitadora de falar sobre o assunto, de perceber que podemos juntar as nossas forças para um trabalho melhor, em conformidade com uma verdadeira inclusão. Organizar e planejar em conjunto a tarefa de pensar o ensinar e o aprender trará leveza para o trabalho dos professores. Precisamos nos

apoiar para juntos pensarmos em estratégias que unam forças para melhorar o bem-estar nas escolas.

Para o lançamento do livro foi feito um convite para professores e pessoas interessadas, de forma online, com a finalidade de apresentar o produto. Este convite também é estendido para a coordenadoria regional e outras instituições para que conheçam o produto proposto.

4.1 O produto

A escolha do meio digital é a facilidade de transmissão/compartilhamento do assunto. É desenvolvido de forma online, utilizando-se de recursos da internet. A escola de referência é a EEB Castro Alves-Araranguá que possui em média 930 alunos, onde, de 31 turmas, 29 possuem segundo professor. O objetivo e a grande utilidade deste trabalho é para que os professores possam consultá-lo e esclarecer-se sobre o assunto, facilitando assim seu fazer diário. Inúmeras vantagens do e-book podem ser destacadas pela sua praticidade: fácil e rápido, apenas com um clique já se pode fazer download e ter acesso ao livro; permite que o leitor aumente o tamanho da fonte facilitando a leitura; há um leitor de tela sendo possível a leitura em voz alta; possibilita que os deficientes visuais tenham acesso ao trabalho, talvez em outros livros impressos isso não seja possível; viabiliza a inserção de vídeos entre links ou áudio tornando a leitura interessante; também pode levar o leitor a websites ou página pessoal proporcionando conhecer mais sobre o trabalho do autor.

O e-book é uma ferramenta digital de grandes atrativos que vem adquirindo seu espaço no mercado, atingindo um número crescente de leitores. Seu compartilhamento é de fácil execução, podendo ser lido em qualquer lugar, a qualquer momento, pelo seu fácil acesso por meio de qualquer equipamento eletrônico como computador, smartphone, tablet, além de haver a possibilidade de ser impresso e lido como livro tradicional. Tantas recomendações e vantagens visíveis nas avaliações acabam agregando valor ao produto na hora de vender, se destacando dos demais.

Ressalta-se a relevância da forma digital do e-book porque há a possibilidade de melhor compartilhamento e promoção do assunto, pois o mesmo torna-se mais visível e acessível para a comunidade escolar e, quando colocado no repositório da internet, toda a comunidade em geral dele pode se apropriar.

O prazo final para a criação do produto é a defesa da dissertação do Mestrado.

4.2 Estudo dos clientes

Os clientes definidos foram professores que trabalham com os alunos das séries iniciais na escola estadual EEB Castro Alves, localizada no litoral de Santa Catarina, no centro da cidade de Araranguá. Os entrevistados são professores na faixa etária de 40 anos, especializados na sua área de atuação, sendo na maioria mulheres/professoras.

4.3 Estudo dos fornecedores

Os fornecedores serão buscados tanto nos meios digitais como pessoas próximas.

4.4 Plano de marketing

A ESTRUTURA E DIVULGAÇÃO do Plano de Marketing, como forma de apresentação, poderá ser observado no *Padlet*. Para comunicar sobre o Produto há uma página de vendas que servirá também como demonstração no Instagram mais adiante. Descreve-se sobre o PREÇO/valoração do Produto, a PRAÇA e a PROMOÇÃO, iniciando-se por meio do convite de lançamento, convite 1 e 2, sendo possível lançá-los separadamente via WhatsApp da escola para os professores e no Instagram. Como forma de divulgação da ideia há também um Post para o Instagram (*story*).

A estrutura de Marketing encontra-se descrita no *padlet* (acessar o link descrito logo abaixo). O produto será digital, com uma abordagem direta, oferecido através do WhatsApp da escola, no site da secretaria de educação e nas redes sociais, Instagram.

Para melhor compreensão, acessar o *padlet* (em anexos) onde é possível visualizar o plano de divulgação.

4.5 Plano financeiro

Total de recursos investido, para melhor visualização acessar a Planilha de custos (em anexos).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do pressuposto de trazer indicativos sobre a existência do ensino colaborativo na EEB Castro Alves/Araranguá-SC, este estudo se baseou na metodologia de pesquisa de abordagem qualitativa, buscando elementos relativos à realidade. As reflexões teóricas sobre os autores fundamentam essa busca e nos dão suporte para as considerações finais da presente pesquisa. Suas contribuições trouxeram conceitos em relação ao tema proposto e em prol de aperfeiçoamentos da prática pedagógica, buscando referenciar a importância do atendimento a todas as crianças dentro da sala de aula, utilizando o ensino colaborativo e contribuindo para este fim, o de incluir a todos no mesmo espaço escolar proporcionando o desenvolvimento do aluno num fazer pedagógico mais dinâmico.

É na dinâmica dos dois professores envolvidos que a diferença na sala de aula acontece, que as contribuições teóricas se fundamentam. O espaço da criança em seu meio escolar marca e fortalece sua identidade criando laços. Memórias individuais e coletivas são realizadas. Lembramos aqui dos quadros sociais trazidos por Halbwachs(1990) em que se compreende que o ser humano se constitui a partir das relações com seu meio; por meio de lembranças e esquecimentos, ficando como aprendizado o que lhe for significativo. Para o autor (Halbwachs, 1990), a memória é um trabalho do sujeito é sempre construída em um grupo. Bem como, a lembrança é fruto do coletivo inserida num contexto social. A lembrança, fruto de um processo coletivo, necessita de uma comunidade afetiva, que permite uma identificação com o grupo no passado e retomar-se como membro do grupo.

Uma análise reflexiva sobre a memória social de Halbwachs(1993) na educação pode ser bastante enriquecedora, pois seu trabalho oferece percepções profundas sobre como a memória coletiva molda a identidade de grupos e comunidades, influenciando assim a forma como entendemos o passado, o presente e o futuro. Nossas lembranças são moldadas pelas interações com os outros e pelos contextos culturais em que vivemos. Ao reconhecer a influência da memória coletiva na construção da identidade individual e social, os educadores podem promover um senso mais profundo de pertencimento e conexão entre os alunos e suas comunidades. Isso pode ser especialmente importante em contextos onde existem divisões sociais ou conflitos históricos, pois pode ajudar os alunos a desenvolverem

empatia e compreensão para com aqueles que têm experiências e perspectivas diferentes.

Estudos dos autores sobre a memória, nos faz refletir sobre as aprendizagens em sala de aula e o que de fato contribui para a formação humana.

A escola Castro Alves/Araranguá-SC, vinculada aos seus documentos norteadores bem como a partir da construção do seu PPP (Projeto Político Pedagógico), entende que a educação compreende os processos formativos que se desenvolvem na família, na escola, na consciência humana, no que concerne a vida social do aluno. Busca compreender a realidade no qual está inserida, bem como sua transformação social, na perspectiva de uma educação integral vinculada à Proposta Curricular de Santa Catarina, tem como princípio formativo a diversidade.

A formação integral compreende um movimento contínuo da educação onde a elaboração de conhecimentos e ação da aprendizagem se torna complexa e progressiva num processo orgânico, em articulação com os diferentes componentes curriculares e metodologias que provoquem os alunos para a aprendizagem e evitando a fragmentação de propostas pedagógicas, significando considerar os tempos e modos de aprendizagem dos sujeitos, suas singularidades. Uma busca coletiva pela garantia de aprendizagens essenciais para a formação de bons cidadãos, capazes de serem bons profissionais no futuro.

Considerando o PPP, a escola acredita nas relações de respeito à diversidade, entendendo que a escola é um lugar de possibilidades que se desenvolvem através do conhecimento, buscando uma educação de forma integral humana. Busca a construção de posicionamentos reflexivos para o bem comum, uma sociedade justa capaz de superar preconceitos e assegurar a inclusão social. Como instituição, compreende que o ser humano é o construtor da sociedade, de sua história. Dessa forma necessita de uma educação que forme para a criticidade, para a autonomia, responsabilidade e humanidade. Por isso, considera o educando como ser singular, conduzido a expressar sua própria personalidade, sendo herdeiro de sua cultura e seu contexto social, como agente transformador.

Tendo em vista seus propósitos, possui em seu marco operativo, todos pertencentes à comunidade educativa, que participam do planejamento e avaliações de propostas norteada pelos princípios da educação progressista, organizando seu fazer pedagógico por meio de atividades dinâmicas e significativas. Possui comprometimento por um ensino de qualidade com sua comunidade escolar e Estado.

Tem por objetivo promover uma aprendizagem significativa a todos os educandos, integrando escola, família e comunidade; oferecer condições para o aprimoramento do corpo docente e oportunizar a inclusão social. O PPP da escola, no que tange ao processo de avaliação, traz em seu planejamento que, o professor titular com o segundo professor poderá adotar estratégias diferenciadas, para atendimento às especificidades dos alunos, com o objetivo de adequar e adaptar conteúdos para os alunos quando necessário.

Nas atribuições do segundo professor, se referindo aos anos iniciais do ensino fundamental, este, tem por função contribuir com seu conhecimento com o professor titular, com o propósito de conhecimento inclusivo diferenciado para qualificar a prática pedagógica e acompanhar, juntamente com o professor titular, o desenvolvimento da aprendizagem de todos os educandos. Tem a atribuição de planejar e executar as atividades pedagógicas, em conjunto com o professor titular, quando atuando nos anos iniciais do ensino fundamental, propondo adaptações curriculares nas atividades pedagógicas, sugerindo ajuda técnica que facilite o processo ensino-aprendizagem do aluno da educação especial e cumprir sua carga horária na escola, mesmo na ausência do aluno.

Ao consultar outros documentos, como a Lei Complementar Nº 668, de 28 de dezembro de 2015, que Dispõe sobre o Quadro de Pessoal do Magistério Público Estadual, instituído pela Lei Complementar nº 1.139, de 1992; sobre a descrição das atribuições do professor, especifica executar atividades compatíveis com o cargo, porém não deixa claro sobre o trabalho em conjunto com o 2º professor de sala de aula, consultando documentos como a Proposta Curricular de Santa Catarina (2014), sendo um documento onde foi criada a oportunidade para educadores catarinenses realizarem a sua atualização, onde puderam contribuir com suas ideias e experiências de escola e sala de aula, realizando o processo de formação inicial e continuada de professores com base na proposta curricular.

Mudanças no âmbito educacional vão se apresentando com o tempo e questões como a tecnologia e a diversidade, são experienciadas pela sociedade. Em face às mudanças sociais das redes de ensino, a atualização da proposta curricular se orienta por fios condutores desafiantes do campo educacional: formação integral de sujeito; percurso formativo; diversidade como configurações identitárias e novas modalidades da educação. A atualização expressa a diversidade de ideias e de diferentes abordagens, caracterizando as pessoas e os grupos que a representam,

sendo o currículo o que constitui o percurso formativo e o sujeito, a principal finalidade da formação. O currículo integrado expressa como intencionalidade coletiva de ação nos planos do ensino, e se conecta com a realidade dos sujeitos, compreendido como ser social e histórico, que faz suas mediações por diferentes linguagens. Segundo a proposta curricular, o currículo escolar precisa ser flexível num contínuo processo de construção e inovação; deverá priorizar as necessidades das pessoas com deficiência, transtorno global do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação e dos grupos étnicos e os meios que proporcionam o desenvolvimento intelectual, dos meios que promovam os processos próprios de aprendizagem.

Na educação especial, a inclusão de estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação demanda uma nova organização do trabalho pedagógico a partir da compreensão que se tem sobre diferença na escola e, conseqüentemente, sobre Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva (Proposta Curricular, 2014, p. 69).

Um ambiente que promova os recursos de acessibilidade, aos poucos possibilita o surgimento de um novo modelo, onde essas pessoas vão sendo participativas e atuantes na sociedade, reafirmando seu valor emancipatório sob a condição humana de conviver com igualdade entre seus pares.

Assim, a educação, conforme os documentos legais existentes vive em seu contexto transformações, seja de conceitos e também com relação a reorganização das práticas de ensino.

As leis trazem como o direito de todos a garantia do acesso à educação, e garantia de um sistema educacional inclusivo, sendo um marco a política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva (2008), que surgiu provocado pelo movimento de educação inclusiva. Um marco no sentido de compreender que a educação é de todos, ressignificando e reestruturando os serviços da educação especial com o ensino comum. Diante dessa perspectiva inclusiva, a educação especial passa a deixar de ser apenas caráter assistencialista, paralelo, e/ou clínica terapêutica. Passa a ser uma modalidade onde perpassa todos os níveis, bem como etapas e outras modalidades, com oferta de recursos e serviços, demarcando um momento histórico de caminhada e se consolidando no Atendimento Educacional Especializado (AEE), sendo sua principal ação, no campo do ensino comum, assegurando-lhes o acesso, a permanência, a participação e o sucesso escolar.

A política de educação especial (2018), em face do presente contexto, trata de orientações aos serviços especializados e práticas necessárias de articulação entre

todos os educadores com o objetivo de alcançar o sucesso na aprendizagem de todos os estudantes.

Superar desafios sobre a inclusão escolar, bem como o necessário envolvimento pedagógico na construção social e busca pela equidade é um obstáculo para o alcance de oportunidades iguais de realização do seu potencial humano e usufruir das oportunidades existentes. A política de Educação Especial (2018), traz em seu capítulo sobre inovações da política de educação especial no estado de Santa Catarina, para que se qualifique o processo ensino-aprendizagem dos estudantes da educação especial matriculados no ensino regular, na rede pública estadual.

Dentre os avanços identificados, destaca-se o parágrafo que traz sobre a implantação do segundo professor de turma, a saber: “implantação do segundo professor de turma, com a atribuição de correger a turma com o professor do ensino regular ou como apoio aos professores dos Anos Finais do Ensino Fundamental e Médio” (Política de Educação Especial, 2018, p. 25). Aqui pode-se perceber a relatividade com o ensino colaborativo, quando colocado a atribuição de correger a turma com o professor do ensino regular, subentendendo-se ainda com relação aos anos iniciais, pois aos anos finais é atribuída a função de apoio aos professores.

Com relação às diretrizes da política de educação especial, de modo a garantir a permanências dos estudantes da educação especial no ensino regular, instituiu serviços especializados, dentre os quais traz informações sobre o segundo professor de turma, “oferece suporte e acompanhamento, nas classes regulares, ao processo de escolarização de estudantes com diagnóstico de deficiência intelectual, Transtorno do Espectro Autista e/ou deficiência múltipla, que apresentem comprometimento significativo nas interações sociais e na funcionalidade acadêmica” (Política de Educação Especial, 2018, p. 41). E, em continuidade, dentre as atribuições, segundo a política de educação especial, o segundo professor deve tomar conhecimento antecipado do planejamento do professor(es) regente(s), e assim organizar e propor adequações e procedimentos metodológicos de acordo com as atividades propostas; cumprir a carga horária em sala de aula, mesmo na falta do estudante com deficiência; auxiliar o professor(es) regente(s) com relação a aprendizagem de todos os alunos. Não deve assumir sozinho, de forma integral os alunos da educação especial bem como não ministrar aulas na ausência do professor regente. Na ausência do segundo professor, nenhum aluno com deficiência deverá ser dispensado. Aqui percebe-se a responsabilidade primária do professor regente para com todos os alunos, sendo o

segundo professor apoio, não podendo assumir a turma, nem mesmo integralmente o aluno da educação especial. Enquanto que, na eventual ausência do segundo professor o aluno não poderá ser dispensado. Considerando o planejamento, este não traz a importância de existir de forma conjunta.

Considerando os professores de classe(regente) em relação aos estudantes da educação especial, dentre outras atribuições, está:

Tomar conhecimento quanto à matrícula de estudantes público-alvo da Educação Especial, nas turmas em que atua, para elaboração do planejamento e as adequações curriculares necessárias, com o apoio do Segundo Professor de Turma; entregar cópia do planejamento para o segundo professor de turma; planejar e organizar atividades, atendendo às especificidades dos estudantes, contando com o apoio do Segundo Professor de Turma (Política de Educação Especial, 2018, p. 42).

Pautada nos documentos apresentados, a EEB Castro Alves, bem como os professores em questão, constroem seus planejamentos guiados pelo Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense (2019). O Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense (2019), documento organizador das atividades educacionais, traz reflexões sobre a diversidade e orientações para o ensino da educação infantil, seguindo a unidade entre as séries iniciais e os anos finais do ensino fundamental, estreitando também as esferas da administração política estadual e municipal em sincronia, comunicando e garantindo o composto de aprendizagens essenciais com o objetivo de formar bons alunos para o futuro e uma educação pública de qualidade.

Este documento é uma ferramenta significativa e potencial que fundamenta e norteia toda prática pedagógica. Com apoio nesse princípio, nos baseamos em buscar informações sobre o ensino colaborativo. Constata-se no presente documento sobre a sua forma de elaboração, que foi sendo de forma democrática.

(...) o trabalho conduzido pela Secretaria Estadual de Educação, em regime de colaboração com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME), o Conselho Estadual de Educação (CEE) e, também, com a participação da Federação Catarinense de Municípios (FECAM), assegurou, de forma democrática, que todos os atores comprometidos com a educação em nosso Estado sejam partícipes na consolidação do currículo (Currículo Base, 2019, p. 14)

Encadeando esta ação, iniciada em 2015, após a criação da Comissão Executiva Estadual da BNCC, em 2016 criou-se o Comitê Executivo em regime de colaboração (SED, UNDIME/SC, CEE e UNCME). Os encontros para as consultas públicas e formações foram realizados em 2017. Assim, foi gerado um documento

anterior e entregue ao CEE até o final do ano de 2018. No ano seguinte, 2019, com a retomada de andamento do transcurso da implementação da BNCC em Santa Catarina, houve a mobilização de mais de 500 profissionais da educação no 1º Seminário em abril, para a ordenação e conclusão do currículo.

“O desafio neste momento consiste em fazer chegar à sala de aula, conquistar cada espaço, cada docente e cada gestor para tornar vivo o currículo em todo o território” (Currículo Base, 2019, p. 15). O currículo do território catarinense, é um trabalho coletivo, elaborado e escrito com a participação de muitos, tem a função de ampliar a qualidade da educação, é resultado de diálogos e estudos entre variados grupos por uma educação guiada pelo respeito e compromisso com o trabalho que envolve os processos de ensinar e aprender do professor.

Vemos ainda, sobre a educação especial, na perspectiva da educação inclusiva trazida pelo currículo base (2019), a Educação Especial como uma parte inseparável da Educação Básica, sendo uma modalidade de ensino que transversaliza os níveis, as etapas e as modalidades de ensino no contexto da educação catarinense, complementando ou suplementando a escolarização dos estudantes com necessidades educacionais específicas. Assim, pode contribuir para o contexto escolar com suas práticas diferenciadas e tornar o conhecimento alcançável a todos. Em consequência, estabelece a igualdade de direitos de uma educação para todos, cumprindo seu papel e também reconhece as necessidades, limitações e potencialidades dos sujeitos assegurando a equidade como princípio democrático e de direito à diversidade, relevante para o momento histórico vivido em que, a equidade visará a garantia da justiça curricular decorrente da exclusão de seus percursos de escolarização. Resgatar essa dignidade e o direito à educação de todos compete na ampliação de recursos e de qualidade no cumprimento das aprendizagens, em formação continuada e permanente para os profissionais e,

(...) a criação de uma cultura escolar mediada pelo trabalho colaborativo entre os educadores e os gestores, com a corresponsabilidade de viabilizar a integração da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva no Projeto Político Pedagógico da unidade educativa. Requer, também, que as instituições educativas no território catarinense assumam o compromisso com a escolarização da diversidade escolar e promovam a equidade das práticas curriculares com base na diferenciação curricular, integrada aos componentes curriculares das áreas do conhecimento, compreendida como justiça curricular, além de contemplar o desenho universal de aprendizagem (DUA), com a finalidade de ampliar as alternativas e as possibilidades de estratégias de aprendizagens por meio da adequação, de adaptação, de flexibilização e de diversificação curricular, em articulação com os profissionais do atendimento educacional especializado (Currículo Base, 2019, p. 108).

Aqui, pode-se ver algo sobre o trabalho colaborativo, da importância de formar para essa prática. Vemos esse processo em construção. Os documentos apresentados não trazem ainda de forma clara sobre o ensino colaborativo.

Mesmo na democratização das relações e iniciativas e participação em planejamentos e avaliações que visam a aprendizagem do aluno e reflexão coletiva de valores de comprometimento social, e a busca pela qualidade no processo ensino-aprendizagem, a participação e execução de projetos educacionais, trabalhos pertinentes ao que se refere e respeita ao dia a dia do professor em sala de aula, a condição atual está deficiente. No coletivo dos professores, juntamente com a direção, todos querem melhorias, existindo o planejamento no grande grupo em comum acordo, bem como propostas de avaliação e projetos coletivos são executados. Mas, no que tange ao fazer pedagógico, o compromisso central ainda está no professor titular, onde cada qual, professor titular e segundo professor não estão conseguindo fazer o planejamento juntos devido à falta de tempo. E, a legislação, apesar de mencionar/trazer todo esse aparato de leis, ainda não traz clareza sobre como deve ser a dinâmica dos dois professores dentro da sala de aula com relação à responsabilidade sobre o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos da educação especial como de todos os alunos. O desenvolvimento do aluno da educação especial em sala de aula, está ficando sob responsabilidade do professor da educação especial, enquanto os outros alunos, mesmo aqueles com defasagem na aprendizagem (sem laudo) estão sob a responsabilidade maior do professor titular. Quando se pensa em inclusão, na própria sala de aula, no fazer pedagógico, as diferenças ficam evidenciadas e o professor titular (que tem a maior parte dos alunos), não está atingindo a todos, ou demandando “sacrificar-se”, ou sacrificar seu tempo de planejamento sem tanto “efeito”. Podemos também perceber que a falta clareza em algumas especificidades, quando a lei traz sobre as sugestões técnicas que facilitem o aprendizado da criança da educação especial, não trazendo clareza a esse respeito e responsabilidade para com os demais alunos; também podemos ver a falta de clareza quando traz que o professor deverá cumprir a sua carga horária na escola, na eventual falta, do aluno da educação especial.

Na existência do ensino colaborativo, “as forças” (nesse caso) seriam maiores. Quando os dois professores são responsáveis juntamente por todos os alunos, não havendo separação entre alunos com laudo e os outros alunos, há um cenário mais preparado para inclusão, capaz de reger tantos benefícios.

Os resultados observados nesta pesquisa apontam que nos documentos norteadores não aparece a forma como o ensino colaborativo deve ser realizado, não especifica carga horária, não regulamenta. As políticas públicas deveriam ser mais efetivas neste sentido.

Assim, para explanar as considerações finais deste trabalho, resgatou-se a pergunta norteadora: Quais as possibilidades de contribuição do ensino colaborativo, para as professoras titulares e segundas professoras, na construção e reconstrução de seu fazer pedagógico na Escola Estadual Castro Alves de Araranguá/SC? O estudo demonstrou que os professores do ensino fundamental I, vêem a necessidade do trabalho colaborativo, de quanto pode acrescentar em práticas pedagógicas se forem proporcionados momentos em conjunto. O trabalho em conjunto proporciona a utilização de várias ferramentas e estratégias para preparar e desenvolver as aulas. Faz-se necessário o envolvimento dos alunos para a aprendizagem, adequação da linguagem às necessidades presentes da turma, considerando o tempo e o espaço escolar. É no trabalho colaborativo que nos apoiamos dando chance para nos aproximarmos mais dos alunos, percebê-los e poder conhecer suas histórias, que nos revelará individualidades, suas singularidades, enraizadas sobre memórias.

Escrever coletiva e colaborativamente abrange diferentes significados. A riqueza do processo democrático implica, também, compreender que muitas coisas poderiam ter sido feitas de outra forma e que elementos importantes e interessantes não encontram espaço para serem tratados aqui. Significa, portanto, que este documento precisa ser compreendido como ponto de partida, como material que precisa ser cotejado com a realidade e o movimento de cada escola, município ou região de Santa Catarina. Em outras palavras, estamos conscientes das limitações e das omissões que se evidenciarão na leitura e na interpretação de cada leitor. Contudo, temos a certeza de que as múltiplas interpretações deste documento também trarão para o debate cotidiano nas escolas e nos centros de Educação Infantil um conjunto singular de possibilidades para qualificar os processos de ensinar e de aprender (Currículo Base, 2019, p. 18).

Esta pesquisa é propensa a alterações e formação de novas memórias. As respostas à pesquisa apresentada são adequadas ao momento pois, procurou-se superar as angústias e encontrar melhores soluções para o fazer pedagógico em questão. Dos objetivos traçados foi diagnosticado por meio da narrativa dos docentes maneiras diferentes de compreender o que é ensino colaborativo, conceituando-se como práticas colaborativas, sendo este um dos estágios iniciais de envolvimento entre os profissionais. Alguns entendem que, qualquer ajuda pode ser ensino colaborativo. Há a adaptação de materiais, preparados pelos segundos professores,

para os alunos da educação especial, buscando maneiras de incluí-los no processo de ensino-aprendizagem. Sobre a existência do ensino colaborativo, não se pode ver o ensino colaborativo de forma clara. Percebe-se uma tentativa, por parte de alguns professores, de colocar em prática adaptações que favoreçam a inclusão, onde os problemas apresentados são sobretudo a falta de tempo para planejarem em conjunto: professores titulares e segundos professores. Veem como uma necessidade hoje para o fazer pedagógico.

A formação integral do ser humano implica compreender a Educação Básica em um movimento contínuo de aprendizagens, um percurso formativo no qual a elaboração de conhecimentos vai se tornando complexa de maneira orgânica e progressiva, independentemente das etapas de organização das instituições escolares. Esse movimento ininterrupto precisa ser garantido no diálogo entre as etapas, bem como entre os anos ou ciclos de formação. Essa articulação precisa acontecer também entre os diferentes componentes curriculares e em escolhas teórico-metodológicas que mobilizem os estudantes à aprendizagem, superando a ideia de transições, bem como da organização fragmentada das propostas pedagógicas educacionais (Currículo Base, 2019, p. 20).

Entende-se que ensino colaborativo é uma ação que precisa ser propagada entre os professores. Há a necessidade do diálogo constante e de somar as responsabilidades envolvidas no processo de ensino.

O desenvolvimento do produto final, vem favorecer essa dinâmica de envolvimento entre os profissionais como forma de explanação das necessidades hoje encontradas, objetivando a inclusão de todos. A metodologia utilizada supriu as buscas da pesquisa, evidenciando os fatos. Os resultados da pesquisa demonstram um equívoco na conceituação, onde a dificuldade encontrada foi a vasta compreensão sobre o significado do que é o ensino colaborativo, quando cada profissional trouxe maneiras diferenciadas de compreensão. Assim, pode-se perceber a importância de existir formação para professores. Os aspectos gerais encontrados foram quanto a dificuldade de colocar em prática o ensino colaborativo, sobre a dificuldade de tempo em conjunto para planejamento, sendo este, o ponto de partida para sua existência.

A relação entre os dois profissionais dentro da sala de aula, buscando objetivos em comum, planejando juntos, é o que faz diferença quando colocado em prática. Como vimos através deste estudo, nesse campo de amostras, foram estas as lacunas encontradas; não há tempo disponível entre estas professoras para buscar essa prática. À priori, se encerra a minha pesquisa neste campo, na escola de atuação. Porém se abre possibilidades para novos locais de pesquisa, onde poder-se-á, com a

implantação deste serviço, desenvolver uma nova perspectiva sobre a inclusão, bem como leveza ao trabalho do professor(es) em sala de aula.

Sugere-se ampliar este campo de amostra para outros campos de pesquisa, outras realidades, que possam existir na prática soluções para o planejamento do trabalho em conjunto. Este trabalho contribuiu no sentido de ver que há possibilidades de inclusão e valorização de cada estudante dentro da sala de aula, incluindo suas individualidades em uma prática pedagógica menos desgastante; uma prática pedagógica que fortalece, que beneficia tanto os professores quanto os alunos. Que essa pesquisa promova a abertura de análise e reflexões sobre possibilidades de serviços que disseminem a inclusão nas escolas, melhorando o trabalho educativo. Contribuiu também para saber que nada é melhor que um trabalho de parceria, onde tudo pode ser dividido: erros e acertos. Um método humano de atendimento entre tantas diferenças.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Rogério Ferreira de. As análises institucionalistas nas organizações e o conceito de "institucional". **Caleidoscópio - Revista de comunicação e cultura** nº 3, 2002, pp. 49-64. Disponível em: https://recil.ensinolusofona.pt/bitstream/10437/623/1/andrade_analisesinstitucionalistas_%231de1.pdf. Acesso em: 01 jul. 2023.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê, 2003.
- BRANDÃO, Vera Maria Antonieta T. **Labirintos da memória: quem sou?** São Paulo: Paulus, 2006.
- BRANDÃO, Vera Maria Antonieta T. **Labirintos da memória: quem sou?** 3.ed. São Paulo: Portal Edições: Envelhecimento, 2017.
- BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 09 jun. 2023.
- BRASIL. **Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em: 09 jun. 2023.
- BRASIL, **Plano Nacional de Educação Especial: Meta 4**. Disponível em: novaescola.org.br/conteudo/3000/pne-meta-4. Acesso em: 30 jun. 2023.
- BRASIL, **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2023.
- CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. Joel Candau; tradução Maria Leticia Ferreira. 1.ed. 8ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2021.
- CAPELLINI, Vera L. Messias Fialho; ZERBATO, Ana Paula. **O que é ensino colaborativo?** São Paulo: Edicon, 2019.
- CASTRO, Alexandra. Espaços Públicos, Coexistência Social e Cívica. Contributos para uma Reflexão sobre os Espaços Públicos Urbanos. **Cidades-Comunidades e Territórios** nº 5, dez. 2002, pp. 53-67. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/cct/article/view/9164/6611>. Acesso em: 30 jan. 2023.
- COSTA, Iclea. **Memória Institucional: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997, 161p.
- COSTA, Priscila Alves. Preparando todos os professores para ensinar todos os alunos. Identidade profissional do psicopedagogo. **Psicopedagogia clínica e**

institucional. Disponível em: <https://catalogo.estudosemfronteiras.com/lti?ua=1712>. Acesso em: 03/11/2023.

DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS. Conferência de Jomtien. Aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia, de 5 a 9 de março de 1990. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>. Acesso em: 01 jul. 2023.

DURKHEIM, Emile. **As formas elementares da vida religiosa.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

DURKHEIM, Émile. **Da Divisão do trabalho social** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ESTADO DE SANTA CATARINA. **Caderno - Política de educação especial** - Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2018. Disponível em: <https://www.sed.sc.gov.br/documentos/cadernos-sobre-as-diversidades-e-os-temas-que-os-compoem/7379-caderno-politica-de-educacao-especial-neesp>. Acesso em: 09 jun. 2023.

ESTADO DE SANTA CATARINA, LEI COMPLEMENTAR Nº 668, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015. Disponível em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2015/668_2015_Lei_complementar.html#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Quadro%20de,1992%2C%20e%20estabelece%20outras%20provid%C3%A2ncias. Acesso em: 06/11/2023.

ESTADO DE SANTA CATARINA. **Proposta Curricular** - 1998. Disponível em: <https://www.sed.sc.gov.br/documentos/ensino-89/proposta-curricular-156/1998-158/formacao-docente-233/282-proposta-curricular-formacao-docente-ed-infantil-series-iniciais-640>. Acesso em: 09 jun. 2023.

ESTADO DE SANTA CATARINA. **Proposta Curricular de Santa Catarina** - Formação Integral na Educação Básica - Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação, 2014.

FERREIRA, Ana Paula Gangi. **A relação professor e aluno e seus reflexos na aprendizagem:** estudo de caso em uma escola de Ensino Médio. Dissertação (Mestrado em Educação). Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2019, 120p. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/12225/1/anapaulagangiferreira.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4ª ed., São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social:** Teoria, método e criatividade. 21ª ed., Petrópolis: Vozes, 2002..

GONDAR, Jô. Memória individual, memória coletiva, memória social. **Morpheus-Revista eletrônica em ciências humanas** - Ano 08, número 13, pp. 1-6, 2008.

Disponível em: <https://seer.unirio.br/morpheus/article/view/4815/4305>. Acesso em: 01 abr. 2024.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HALBWACHS, Maurice **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 1993.

KORNALEWSKI, Alex Medeiros. FARIAS, Francisco Ramos de. Equívocos e efeitos da memória no âmbito de atuação do bibliotecário: reflexões sob o viés da política de desenvolvimento de coleções. **Revista Brasileira de biblioteconomia e Documentação**, v. 15, n. 3, set./dez., 2019. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1255>. Acesso em: 01 abr. 2024.

LE GOFF, Jacques. **Memória e História**. Campinas: Unicamp, 1992.

LIBÂNIO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 10ª ed., São Paulo: Cortez, 2012.

LOBATO, Vivian da Silva. Educação, Memória e História: Possíveis Enlaces. **Interdisciplinary Journal of the Graduate Program in Cities, Territories and Identities**, vol. 8, n. 10, 2014, pp. 65-75. DOI: <http://dx.doi.org/10.18542/rmi.v8i10.2706>.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2018.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual discursiva**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NÓVOA, António; ALVIM, Yara. **Escolas e Professores, Proteger, Transformar, Valorizar**. Salvador: SEC/IAT, 2022.

NÓVOA, António. **Professores: Imagens do futuro presente**. Lisboa: Educa, 2009.

NÓVOA, António. **Profissão Professor**. 2ª ed., Porto: Porto Editora, 1995.

PAZIN-VITORIANO, Maria Cristina de Carvalho. Centros de memória empresarial: documentos de arquivo como artefatos da cultura organizacional. In: OLIVEIRA, Lúcia Maria Velloso; OLIVEIRA, Isabel Cristina Borges de. **Preservação, acesso, difusão: desafios para as instituições arquivísticas no século XXI**. Rio de Janeiro: AAB, 2013, p.916-927.

PERALTA, Elsa. Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica. **Arquivos da memória**, n. 2, p. 4-23, 2007. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2391753.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2023.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, v.5 n. 10, 1992, p.200-212. Disponível em:

<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/download/1941/1080>. Acesso em: 01 jul. 2023.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 34ª ed., Petrópolis: Vozes, 2007.

SÁ, Celso Pereira de. **Sobre o Campo de Estudo da Memória Social: Uma Perspectiva Psicossocial**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-79722007000200015>. Acesso em 15/10/2023.

SCOTT, W. Richard. **Institutions and organizations**. Stanford: Sage Publications, 1995.

SELZNICK, Philip. SELZNICK, Philip. "Institutionalism" old" and" new". **Administrative science quarterly**, 1996. Vol. 41(2), 270-278. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2393719>. Acesso em: 01 jul. 2023.

THIESEN, Icléia. **Memória institucional**. João Pessoa: UFPB, 2013.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Anuário Brasileiro da Educação Básica 2021**. São Paulo: Moderna, 2021. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/07/Anuario_21final.pdf. Acesso em: 07 jun. 2023.

UNIVERSIDADE LA SALLE. **Linhas de pesquisa**. Canoas, 2023. Disponível em: <https://www.unilasalle.edu.br/canoas/ppg/memoria-social-e-bens-culturais>. Acesso em: 14 set. 2023.

VEBLEN, Thorstein. **The theory of the leisure class**. New York: Dover Publications, 1994.

VÍDEO DO YOU TUBE. **Qual a diferença entre memória e história?** Conceitos históricos. 18 minutos.

WEST, Frederick. IDOL, Lorna. **Collaborative consultation in the education of mildly handicapped and at-risk students**. Remedial Education and Special Education. v. 11, n. 1, p. 22-23, 1990. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/074193259001100105>. Acesso em: 01 jul. 2023.

APÊNDICE 1: PADLET

Padlet

CRISTIANE CRISTOFOLINI • 9M

Plano de Marketing

ESTRUTURA DE DIVULGAÇÃO:

Ensino Colaborativo

UM MÉTODO DE ENSINO QUALIFICADO ONDE TODOS SÓ TEM A GANHAR

PDF

página de venda E-BOOK

PRODUTO E-BOOK

Mostrar Página de venda

PREÇO

Produto de utilidade social e de fácil disseminação do conteúdo. Traz contribuição para a vida do professor em sala de aula a partir de novas práticas.

PRAÇA

Será disponibilizado no grupo de Whatsap dos professores da escola, site da secretaria de educação regional do estado e estará disponível para o acesso nas redes sociais: Instagram.

VAMOS FALAR SOBRE MÉTODO DE ENSINO

PDF

convite lançamento Ebook PDF

PROMOÇÃO

Será de forma direta após a qualificação da Dissertação do Mestrado. ACESSAR O CONVITE DE DIVULGAÇÃO

CONVITE DE LANÇAMENTO PRODUTO DIGITAL

DIA: 20 DE OUTUBRO DE 2023
LOCAL: ARARANGUÁ
REDES SOCIAIS:
Instagram

PDF

convite lançamento Ebook PDF B

PROMOÇÃO/CONVITE B

canva.com

A única mudança possível é trabalharmos juntos (Story do Instagram)

PROMOÇÃO

Post Instagram

Fonte: Desenvolvido pela autora (2023) Disponível em:

<https://padlet.com/cristiane202214161/plano-de-marketing-i15qd81m8dav69bi>

APÊNDICE 2: PLANILHA DE CUSTOS

A	B Serviço	C Custo	D Financiamento	E Observação
1				
2	1 horas para construção do e-book	R\$ 25,00 por hora		
3	2 diagramação	R\$ 25,00 por página		
4	3 alguém para fazer a revisão: ABNT	R\$ 20,00 a lauda		
5	4 revisão de estilo	R\$ 200,00		
6	5 fotos custos	R\$ 100,00		
7	6 tratamento da imagem	R\$ 20,00 a lauda		
8	7 horas de entrevista	R\$ 300,00		
9	8 deslocamento	R\$ 200,00		
10	9 aparelho para gravar	R\$ 50,00		
11	10 produção de jogos	R\$ 100,00		
12	11 serviços de terceiros para desenvolvimento de obj. pedagógico	R\$ 50,00		
13	12 ficha catalográfica	R\$ 90,00		
14	13 ISBN (banco de livros)	R\$ 120,00		
15	14 Divulgação	R\$ 500,00		
16	15 Capa bonita	R\$ 50,00		
17	16 Prefácio	R\$ 50,00		
18	17 Convite impresso	R\$ 100,00		
19	18 Brinde recordação (flor prof e foto)	R\$ 500,00		
20	19 Evento de lançamento	R\$ 400,00		
21	20 Cenário para tirar foto	R\$ 100,00		
22	21 Ambientação	R\$ 300,00		
23	22 (explo CARD eu..autor..p/ sair com uma foto autógrafo	R\$ 150,00 por hora		
24	23 recreacionista	R\$ 20,00 a hora		
25	24 reunião com os pais p/ qualquer explicação	R\$ 150,00		
26	25 vídeo de libras	R\$ 1.000,00		
27	26 vídeo para cegos	R\$ 1.000,00		
28				
29	Custo total estimado	R\$ 5.000,00		

Fonte: Desenvolvido pela autora (2023) Disponível em:

<https://docs.google.com/spreadsheets/d/1TCOUj47yB8biYfaBc046QCVUZIGREV96/edit?usp=s haring&oid=118338033778637522008&rtpof=true&sd=true>

ANEXO 1: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Prezado(a) Participante,

Você está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa para a realização de uma Dissertação de Mestrado em Memória Social e Bens Culturais intitulada UM ESTUDO SOBRE O ENSINO COLABORATIVO NOS ANOS INICIAIS: ANALISANDO AS NARRATIVAS DOCENTES SOBRE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EEB CASTRO ALVES/ARARANGUÁ-SC. que está sendo realizada pela mestranda Cristiane Cristofolini, sob orientação do prof. Dr. Clóvis Trezzi, da Universidade La Salle, Canoas-RS.

Sua participação neste estudo é importante para a pesquisa. Se você concorda em participar, leia atentamente as informações abaixo e, se estiver de acordo com os termos, assine onde está indicado seu nome. Caso queira desistir, mesmo após a assinatura, estará livre para fazê-lo a qualquer momento. Eu, Cristiane Cristofolini, peço sua autorização para que as informações prestadas possam ser posteriormente utilizadas para gerar conhecimentos acerca da realidade pesquisada, a partir de apresentação dos resultados em eventos científicos e publicações. Dessa forma, forneço abaixo os esclarecimentos necessários:

1. O objetivo da pesquisa consiste em investigar as possibilidades de contribuição do ensino colaborativo, na construção e reconstrução do fazer pedagógico, das professoras e segundas professoras, nas séries iniciais do ensino fundamental da Escola Estadual Castro Alves de Araranguá/SC; 2. A identidade dos entrevistados será preservada; um pseudônimo será usado no momento da transcrição; 3. Em relação aos riscos possíveis, destaco que há a possibilidade de você sentir-se sensível diante de fatos lembrados e de ter maior emotividade ao relatar experiências e sentimentos. Dentre os benefícios da pesquisa estão a possibilidade de externar vivências e de ressignificá-las, a partir do diálogo com o pesquisador; 4. Em qualquer momento do processo de pesquisa, você poderá pedir esclarecimentos, bem como ter acesso à gravação e à transcrição da(s) sua(s) entrevista(s). Pode também solicitar, se entender necessário, uma revisão ou mudança de opinião, a supressão de trechos ou mesmo o cancelamento da sua participação, requisitando a eliminação dos dados coletados; 5. A sua participação é voluntária e não cabem a você nenhum ônus ou gratificação financeira; 6. Qualquer esclarecimento com relação à pesquisa e/ou à entrevista poderá ser obtido junto a Mestranda Cristiane Cristofolini, pelo e-mail cristiane.202214161@unilasalle.edu.br ou junto ao orientador, Prof. Dr. Clóvis Trezzi, pelo e-mail clovis.trezzi@unilasalle.edu.br.

Por estar de acordo com os termos acima, eu, _____, me declaro voluntário(a) para esta pesquisa e dou consentimento livre e esclarecido para que sejam feitas as análises necessárias a esta pesquisa, bem como para o uso e a publicação dos dados, na forma acima referida, permanecendo com duas vias deste termo.

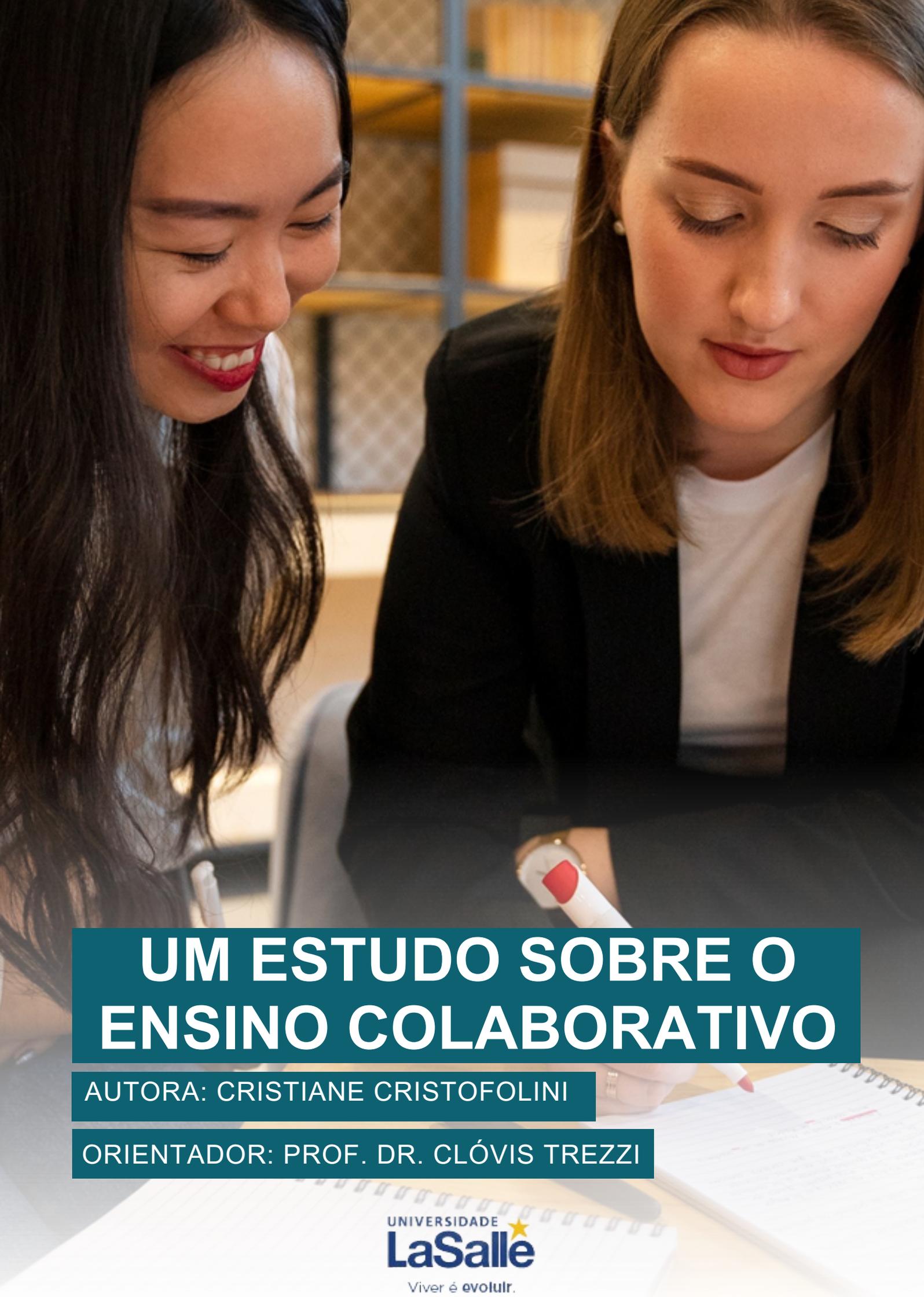
Balneário Gaivota, _____ de _____ de 2023.

Participante

Cristiane Cristofolini

ANEXO 2: ENTREVISTA

- 1). Descrição profissional: () Segundo professor; () Professor Titular; e formação.
- 2). Como você descreve o ensino colaborativo na sua escola?
- 3). As duas professoras conseguem realizar o planejamento em conjunto? Descreva este processo.
- 4). Que estratégias, recursos e materiais são usados nas aulas tendo em vista a adaptação didática? De que maneira eles ajudam?
- 5). Você tem acesso ao diagnóstico de deficiência e o estuda com antecedência para entender e atender as especificidades?
- 6). Você considera importante ter acesso e estudar o diagnóstico com antecedência? Comente.
- 7). Você considera que o ensino colaborativo é necessário? Comente. Quais as dificuldades que vocês encontram com o ensino colaborativo?
- 8). Qual a contribuição do ensino colaborativo para o fazer pedagógico?



UM ESTUDO SOBRE O ENSINO COLABORATIVO

AUTORA: CRISTIANE CRISTOFOLINI

ORIENTADOR: PROF. DR. CLÓVIS TREZZI

UNIVERSIDADE
LaSalle

Viver é evoluir.

UM ESTUDO SOBRE O ENSINO COLABORATIVO

A ideia inicial deste trabalho, fruto da pesquisa de mestrado da autora, é compartilhar sobre o ensino colaborativo, como algo a acrescentar à prática pedagógica; um caminho alternativo diante de tantos desafios.

É um escrito que explora a importância do ensino colaborativo no contexto dos anos iniciais da educação. Com uma linguagem clara e acessível, oferece uma visão exposta sobre o ensino colaborativo. Destinado a educadores, pesquisadores e profissionais da área de educação que desejam aprimorar suas práticas pedagógicas e promover um ambiente de aprendizagem colaborativo e inclusivo.

Ao ler esta composição, os leitores terão acesso a informações autênticas de uma pesquisa recente que faz uma investigação sobre o ensino colaborativo e a sua contribuição para o fazer pedagógico, sendo leitura indispensável.

A ideia inicial desta pesquisa é que trabalhar em sala de aula, de maneira colaborativa, muda a perspectiva do fazer pedagógico. Teve como objetivo investigar como ocorre essa mudança e em que medida ela contribui para os processos de ensino e aprendizagem.



UM ESTUDO SOBRE O ENSINO COLABORATIVO

No ensino colaborativo, ambos os professores participam plenamente do processo de ensino aprendizagem, contudo de formas diferentes. É um trabalho compartilhado, de coparticipação entre o professor de Ensino Comum, que mantém a responsabilidade primária sobre o conteúdo a ser ensinado e o professor de Educação Especial, que se responsabiliza pelas estratégias de promoção desse processo. E é de forma diversa em sala de aula que os dois professores trabalham com todos os estudantes.



Nossa sociedade é caracterizada por transformações. Como exemplo a organização social, nas tecnologias. Há o crescimento das desigualdades, de problemas sociais e isso está sendo refletido e sentido nas escolas.

A escola possui em si a responsabilidade de ser o berço das transformações, do contato com o conhecimento científico, da procura por novos horizontes, do refletir, sonhar e acreditar em um mundo melhor. Nela encontramos o reflexo de uma sociedade em constante transformação, as quais nem sempre conseguimos acompanhar sem que precisemos nos habituar a buscar sempre mais.

UM ESTUDO SOBRE O ENSINO COLABORATIVO

A sala de aula é o espaço onde tudo isso se mostra. O professor precisa descobrir e entender quem são os seus alunos, suas capacidades, além de familiarizar-se com as múltiplas facetas humanas, como traços de personalidade, características culturais e, sobretudo, em diferentes níveis de aprendizagens num mesmo espaço. Como ser um professor melhor para seus alunos? Qual é a maneira de lidar com tantas abordagens distintas para alcançá-los e despertar neles o desejo de aprender?



É perceptível a importância de criar uma educação que atenda a todos de maneira satisfatória. É imprescindível que se pense em algo melhor para aprimorar as práticas pedagógicas, especialmente nos dias de hoje.

A primeira referência desta pesquisa no referente ao ensino colaborativo são **Capellini e Zerbato** (2019). Para a elaboração desta obra, visitamos ainda documentos como a **Declaração Mundial de Educação para Todos** (1990), Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien – 1990) e a **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, aprovada em 2008.

Percebemos o aumento do número de alunos, público alvo da Educação Especial, que frequentam classes comuns. De acordo com o **Anuário Brasileiro da Educação Básica** (Todos pela Educação, 2021, p. 48), de 2010 a 2020 houve um aumento de 702,6 mil para 1,3 milhão de alunos com deficiência matriculados na educação básica. Em Santa Catarina, a porcentagem de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados em classes comuns passou de 92,0% para 99,7%.

UM ESTUDO SOBRE O ENSINO COLABORATIVO

Com isso buscamos elementos que possam servir de inspiração para a construção de uma educação que melhor atenda a todos. Reflexões sobre o ensino colaborativo fazem relação com o campo da memória social, quando se considera que o ensino colaborativo é uma forma de reconstrução deste cenário da sala de aula hoje, fugindo do modelo tradicional que prevê um professor apenas trabalhando sozinho na condução da classe. Quando se tem dois professores responsáveis pela aprendizagem de todos os alunos no mesmo espaço, aumentam as chances de aprender. Professor especializado e professor do ensino comum terão substancial ajuda no seu dia a dia com o planejamento e desenvolvimento das aulas, como também no seu crescimento profissional. A construção de parceria entre os professores possibilita a não sobrecarga a um mesmo profissional, pois estes passam a dividir tarefas, existindo tempo para novas buscas e novas pesquisas. Cada vez mais precisamos aprender para ensinar. Quando compreendemos a importância do nosso trabalho, que é a formação de pessoas, é necessário alcançar o máximo de excelência em nossa profissão. O aprendizado de pensar, fazer escolhas, tomar decisões, desenvolver a consciência humana e lidar com as emoções, requer dedicação. Conhecer como se dá o processo de desenvolvimento da criança, despertar e explorar todos os seus talentos de aprendizagem, é um grande desafio, pois temos consciência de que não somos iguais e, por isso, precisamos nos preparar para lidar com tantas potencialidades humanas.



UM ESTUDO SOBRE O ENSINO COLABORATIVO

A construção de parceria entre os professores pode diminuir as diferenças possibilitando, dessa forma, o aprendizado de novas práticas para que todos alcancem o conhecimento. O professor deve estar sempre em constante movimento na busca por novas aprendizagens, pois os alunos não são os mesmos. Os tempos se modificam e a nossa formação profissional nunca poderá parar.

Convido cada leitor a se apropriar desse trabalho, para que, despido de preconceitos, mergulhado em seu próprio tempo, debruçado sobre suas memórias, possa refletir, ressignificar e projetar um horizonte no qual cada um possa contribuir para uma conversa permanente sobre questões fundamentais que permeiam nosso meio, no respeito às diferenças, em uma cultura de paz.

Compreende-se que a inclusão, quando bem-feita, torna as pessoas mais inseridas na sociedade, de acordo com o seu direito. Assim, a relevância social da pesquisa está ligada diretamente à relação da escola inclusiva com o educando, visando transformá-lo em sujeito da própria vida. A inserção social da pessoa com deficiência é fundamental tanto para ela quanto para a sociedade.



UM ESTUDO SOBRE O ENSINO COLABORATIVO

O ensino colaborativo preconiza o desenvolvimento de um currículo não padronizado e tem como objetivo ensinar em ambientes inclusivos. Considera-se que, por vezes, um estudante pode ser diagnosticado com dificuldades ou mesmo impossibilidade de aprendizagem, quando na verdade ele é vítima de práticas de ensino excludentes ou de falhas nos processos pedagógicos que não consideram as diferenças. Essas falhas, que resultam em um atendimento inadequado, trazem maiores desafios e consequências para a vida limitada do estudante.

Quando professores e equipe administrativa da escola aderem ao ensino colaborativo, estão contribuindo para uma sociedade mais justa. A criação de uma cultura colaborativa na escola não é tarefa simples. Isso leva algum tempo, e é imprescindível que todos os envolvidos no processo educacional, incluindo as famílias e os estudantes, estejam comprometidos.

É preciso criar espaços formativos para os professores, o que permitirá a troca de vivências e conhecimentos a partir desta proposta. Durante as reuniões com os responsáveis e a comunidade, é importante informar sobre os benefícios do trabalho em conjunto. Isto só é possível com o apoio da equipe gestora. É um processo onde se contribui e aprende junto. Para a sua efetivação, há a necessidade de apoio das políticas públicas com o suporte das leis que garantem este serviço, necessitando de mudanças estruturais que fortaleçam esse trabalho dentro das escolas, bem como recursos necessários e formação inicial e continuada de qualidade aos profissionais para que trabalhem de forma clara sobre seus papéis e responsabilidades e de forma conjunta. Por ser uma estratégia inclusiva, é de impacto social.



UM ESTUDO SOBRE O ENSINO COLABORATIVO

A presente investigação está voltada à aplicabilidade do ensino colaborativo como forma de melhorar as práticas de ensino, e tem como questão norteadora: Quais as possibilidades de contribuição do ensino colaborativo para as professoras titulares e segundas professoras na construção e reconstrução de seu fazer pedagógico.

A questão é gerada pela percepção de que o ensino colaborativo é uma maneira diferente, não convencional, de se organizar o fazer pedagógico, que pode ser visto de maneiras distintas pelos professores. Essa percepção despertou o interesse da pesquisadora em aprofundar a compreensão da contribuição do ensino colaborativo para a prática escolar.



A realidade da sala de aula, hoje, nos pede para buscar soluções práticas mais efetivas para o trabalho docente. Durante a prática pedagógica em sala de aula, é comum que o professor encontre obstáculos, os quais existirão independentemente de sua formação.

UM ESTUDO SOBRE O ENSINO COLABORATIVO

Essas diferenças podem ser culturais, ou então de outra natureza: problemas socioemocionais com alunos desmotivados para a aprendizagem; crianças desassistidas pela família; carência afetiva e necessidade de amor; falta de atenção e indisciplina em casa; famílias trabalhando demais e com pouco tempo disponível para seus filhos; alunos desmotivados para os estudos e bastante ansiosos; diferentes personalidades e diferentes níveis de aprendizagem; diferentes ritmos e níveis de escrita; alunos com diferentes necessidades de aprendizagens, diferentes bagagens culturais e inclusão do diferente.



Posto isso, uma das maiores dificuldades em sala de aula é atender a todos com tantas peculiaridades.

No Estado de Santa Catarina há o professor titular que atua conjuntamente com o **segundo professor** em turmas que possuem alunos da Educação Especial. Portanto, já existe mais um professor em sala de aula, o especialista na Educação Especial. Isso, porém, não impede que algumas dificuldades persistam. Para que haja uma inclusão efetiva é de vital importância que os professores tenham tempo para planejamento em conjunto e não fiquem trabalhando de forma individualizada com seus alunos em sala de aula. Não há uma lei clara ou políticas públicas que detalhem como deve ser o trabalho em conjunto. Diante desses desafios, a realidade atual da sala de aula nos remete a buscar soluções práticas mais efetivas para o trabalho docente. Trabalhar em sala de aula de maneira colaborativa muda a perspectiva do processo de ensino e aprendizagem.

UM ESTUDO SOBRE O ENSINO COLABORATIVO

O **Estado de Santa Catarina** possui a função de segundo professor na sala de aula desde 2007. Isso faz do estado um dos pioneiros no ensino colaborativo no Brasil. A pesquisa, portanto, se justifica também pelo significado histórico desta atividade na educação catarinense e brasileira.

O aprimoramento das práticas pedagógicas visa aprimorar a qualidade social de todos, especialmente de cada estudante, buscando alternativas para assegurar a assimilação do saber. Além de desenvolver as capacidades de cada um, contribui para sua integralidade como sujeito histórico, podendo se desenvolver de forma individual e coletiva. O ensino colaborativo é fundamentado em princípios éticos, o que possibilita que todos tenham condições de se desenvolver e se transformar. Prioriza alunos que, independentemente de sua condição, se sintam parte da escola e a valorizem, assim como seus professores. Estar na escola deve ser um lugar de conquistas diárias em seu processo de formação, que lhe permite enxergar-se como um indivíduo singular e valorizado em seu ambiente. Um ser singular, único e sem estereótipos. Considerando que aprender e se desenvolver socialmente é o que dá base para a vida do educando, sobre como viver em sociedade, desenvolvendo-se de forma integral.

A educação inclusiva ocorre quando se respeita às diferenças, às singularidades, quando há interação e diálogo, e há espaço para troca de experiências.



UM ESTUDO SOBRE O ENSINO COLABORATIVO

Quando estamos em uma sala de aula, onde a criança chega trazendo histórias diferentes em sua bagagem, algumas vindas de condições difíceis, trazem na memória seus costumes, suas culturas, seu modo de falar/expressar, seus valores e nos deparamos com várias histórias de vidas. Cada ser humano possui sua essência, suas particularidades, sonhos, aprendizados. Se o que permanece para a criança é o que tem significado para ela, suas memórias a constituem. É no fazer pedagógico, no tocante das relações sociais, humanas que o “mistério” acontece. O aprendizado é fruto daquilo que é provocado na criança. É a partir das relações sociais que é tirado o que lhe é cômodo, gerando condições propícias para novos conhecimentos.



E o que mantém, podendo ser recuperado é o que foi vinculado pela emoção. Fica gravado como aprendizado o que foi significativo, constituindo esse sistema complexo da formação da memória.

Uma prática que enxerga e dá lugar ao diferente, que respeita semelhanças e diferenças é inclusiva e na escola é possível o encontro dessas diferenças. Cabe a nós, neste compromisso, facilitar as relações e o conhecimento do outro.

É necessário levar em conta as diferenças a fim de evitar uma prática discriminatória. Essa diversidade requer dos professores certas exigências para que todos tenham o mesmo atendimento, havendo interação e desenvolvimento do aprendizado, devendo ser constante no dia a dia. Para isso é necessário planejar, inserir as ideias discutidas em grupo.

Quando nos referimos à educação inclusiva, há a necessidade de falar sobre a formação dos professores. Sua atuação traz qualidade à sua prática pedagógica. Procurar informações diminui os obstáculos para essa prática inclusiva. Ao existirem espaços de reflexão e conhecimento, esses auxiliam para ressignificar e modificar paradigmas.

Ter uma atuação em sala de aula que crie oportunidades para que todos os alunos possam desenvolver suas potencialidades e serem atendidos de forma igualitária nos faz compreender o quanto a educação precisa de um trabalho colaborativo, tanto para a sua formação como para a sua laboração diária.

Os alunos, público-alvo da educação especial, estarem hoje frequentando o ensino regular é algo satisfatório, pois nossa sociedade está se abrindo para reafirmar que é sim, uma sociedade diversa, que compreende que todos nós somos indivíduos não padronizáveis.



UM ESTUDO SOBRE O ENSINO COLABORATIVO

Cada criança, público-alvo da educação especial ou não, nasce e cresce dentro de um ambiente extremamente particular; podendo receber afeto, cuidados, serem ouvidos ou não. Ao chegarem num ambiente social, podem ser acolhidos ou não, inseridos em uma sociedade ainda cheia de buscas, onde a inclusão ainda precisa ser discutida, onde as memórias não estão tão distantes de nós ao lembrarmos do não preparo da nossa sociedade para receber e acolher quem foge dos padrões sociais impostos. Não está distante de nós tantas histórias as quais podem ser lembradas e ainda sentidas.

Para conhecer mais, acesse: [Ensino colaborativo no campo da educação especial](#) (História da educação especial no Brasil ver pág.18).

